



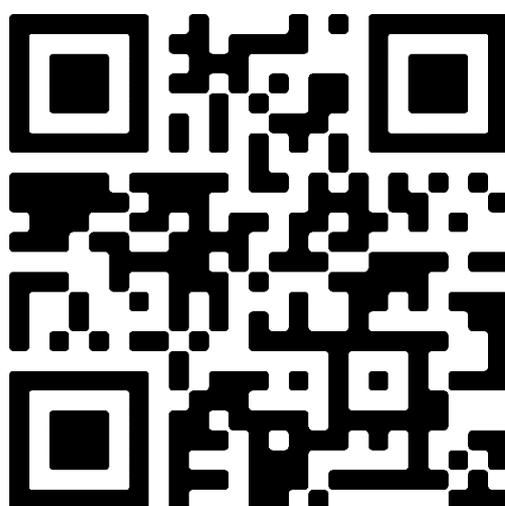
PESQUISA CENSITÁRIA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA,
CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA E RELATÓRIO TEMÁTICO DE
IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES DESTA
POPULAÇÃO NA CIDADE DE SÃO PAULO

PRODUTO XIII

**RELATÓRIO FINAL DO CENSO E PESQUISA AMOSTRAL DE PERFIL
SOCIOECONÔMICO E DE IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES**

**São Paulo/SP
2020**

Entregue em 29 de abril de 2020 à SMADS.



Para acessar os relatórios do Censo Poprua 2019 da Prefeitura de São Paulo aproxime a câmera do seu smartphone para o código de barras.

Contratante: Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS

Executor: Qualitest Inteligência em Pesquisa

Contrato: 008/SMADS/2019

APRESENTAÇÃO

O presente relatório é a última etapa do projeto de pesquisa denominado “*Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo 2019*” promovido pela Prefeitura Municipal de São Paulo e executado pela Qualitest Inteligência em Pesquisa, entre os meses de setembro de 2019 a abril de 2020.

Este documento apresenta os principais resultados das três etapas dessa pesquisa; (1) Pesquisa Censitária, (2) Amostral de Perfil Socioeconômico e (3) Relatório Temático de Identificação das Necessidades, considerando análise comparativa desses principais resultados com dados de pesquisas anteriores, e tem como objetivo a divulgação dos resultados da pesquisa para o público de técnicos da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) e de outras secretarias do governo municipal, aos membros do Comitê Pop Rua, aos participantes da rede de serviços socioassistenciais bem como ao público em geral.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Evolução da quantidade de pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo, 2000, 2009, 2011, 2015 e 2019	23
Gráfico 2 - Taxa de crescimento anual do total da população em situação de rua ...	24
Gráfico 3 - Correlação estatística entre as subprefeituras 2019 e 2015.....	27
Gráfico 4 - Desde que está em situação de rua em São Paulo, você só ficou dormindo/morando nesta região?.....	29
Gráfico 5 - Faixa etária.....	30
Gráfico 6 - Até que série estudou?.....	31
Gráfico 7 - Quais documentos?.....	32
Gráfico 8 - Porque você começou a dormir na rua e/ou Centros de Acolhida?.....	34
Gráfico 9 - Quando você deixou de ter uma moradia?.....	36
Gráfico 10 - Onde você costuma conseguir alimentos que consome?.....	37
Gráfico 11 - Antes de morar na Rua/Centro de Acolhida no que você trabalhava? ..	40
Gráfico 12 - Quando foi a última vez que você teve carteira assinada?.....	41
Gráfico 13 - Atualmente você está	42
Gráfico 14 - Quanto você ganha por mês (juntando todas as rendas)?	43
Gráfico 15 - E o que você faz para ganhar dinheiro?	44
Gráfico 16 - Com o que você gastou dinheiro hoje?	45
Gráfico 17 - Você recebe algum destes benefícios?	45
Gráfico 18 - Para resolver seus problemas de saúde, você procura?.....	47
Gráfico 19 - Problemas/condições de saúde.....	48
Gráfico 20 - Quando você faz sexo você usa preservativo/camisinha?	49
Gráfico 21 - Antes de morar na rua você usava?	51
Gráfico 22 - E atualmente você usa?	51
Gráfico 23 - Você usa bebida alcoólica?	52
Gráfico 24 - Você usa drogas?	52

Gráfico 25 - Você já esteve em alguma destas Instituições?	53
Gráfico 26 - Você já foi impedido de entrar em algum desses locais?	54
Gráfico 27 - Desde que está em situação de rua, por parte de quem você sofreu algum desses tipos de violência:	55
Gráfico 28 - Polícia (PM/Civil)	56
Gráfico 29 - GCM	56
Gráfico 30 - Pessoas que passam na rua	57
Gráfico 31 - Outros moradores de rua.....	57
Gráfico 32 - Comerciantes.....	58
Gráfico 33 - Segurança privada.....	58
Gráfico 34 - Traficantes	59
Gráfico 35 - Agentes públicos de Serviços de Acolhida/Centros de Convivência	59
Gráfico 36 - Outros agentes públicos na Rua.....	60
Gráfico 37 - Família.....	60
Gráfico 38 - Você participa de:	62
Gráfico 39 - Nos últimos seis meses você foi atendido em algum dos serviços listados abaixo?.....	63
Gráfico 40 - O que te ajudaria mais a sair da situação de rua?.....	64
Gráfico 41 - Faixa etária.....	66
Gráfico 42 - Cor/Raça/Etnia	66
Gráfico 43 - Há quanto tempo você está acolhido na República?	67
Gráfico 44 - Qual foi o principal motivo de ter saído da república da última vez?	68
Gráfico 45 - Antes de ficar na república, você estava?	69
Gráfico 46 - Se não estivesse na república, onde você estaria hoje?	69
Gráfico 47 - Alguma vez podia ou queria ir para República e não conseguiu?	70
Gráfico 48 - O que você mais gosta no serviço da república?	70
Gráfico 49 - Já teve dificuldade de relacionamento com outras pessoas nas repúblicas?	71

Gráfico 50 - Na sua opinião, quando uma pessoa quer sair das ruas, qual deveria ser a primeira coisa ofertada a ela?	72
Gráfico 51 - Até que série você estudou?	73
Gráfico 52 - Em que área era esse curso?.....	76
Gráfico 53 - Em que área era ou é esse trabalho?.....	79
Gráfico 54 - Antes de morar na rua/república no que você trabalhava?	81
Gráfico 55 - Quando foi a última vez que teve trabalho com registro em carteira? ...	81
Gráfico 56 - Atualmente você está?	82
Gráfico 57 - Quanto você ganha por mês?	82
Gráfico 58 - E o que você faz para ganhar dinheiro?	84
Gráfico 59 - Você recebe algum destes benefícios?	84
Gráfico 60 - Se saísse da república, você teria casa para onde poderia ir?	86
Gráfico 61 - Você considera que seu rendimento é suficiente para custear as despesas de um aluguel/moradia em São Paulo?	87
Gráfico 62 - O que você acha que foi importante para que eles saíssem das ruas?	89
Gráfico 63 - O que você acha que a política pública poderia fazer que contribuiria para a saída das pessoas das ruas?.....	90
Gráfico 64 - Para você, o que você acha que te ajudaria a superar a situação de rua?	90
Gráfico 65 - O que mais te atrapalha para sair da situação de rua (república)?	91
Gráfico 66 - Há alguém que te apoie ou com quem você possa contar que não esteja em situação de rua?	92
Gráfico 67 - Você já fez algum tratamento ambulatorial para o uso de drogas? (CAPS)	93
Gráfico 68 - Você já fez algum tratamento de internação para o uso de drogas? (CAPS, Clínica)	93
Gráfico 69 - O que te levaria a sair da casa de República?	96

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de pessoas em situação na cidade de São Paulo, 2000, 2009, 2011, 2015 e 2019	22
Tabela 2 - Variação anual da quantidade de pessoas em situação na cidade de São Paulo, 2000/2009, 2009/2011, 2011/2015 e 2015/2019.....	23
Tabela 3 – Variação anual da taxa de crescimento da população em situação na cidade de São Paulo, 2000/2009, 2009/2011, 2011/2015 e 2015/2019.....	24
Tabela 4 - Contagem da população em situação de rua, anos 2015 e 2019, por subprefeitura, São Paulo - SP	26

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. DADOS DO LEVANTAMENTO CENSITÁRIO	22
3. DADOS DA PESQUISA AMOSTRAL SOBRE O PERFIL SOCIOECONÔMICO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE SÃO PAULO	28
3.1 Resultados consolidados	28
3.1.1 Origem das pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo	28
3.1.2 Local de permanência	29
3.1.3 Perfil das pessoas em situação de rua	30
3.1.4 Acesso a documentação	31
3.2 Rua e acolhimento	33
3.3 Motivos de estar em situação de rua	34
3.4 Vínculos familiares	35
3.5 Tempo de rua	35
3.6 Segurança alimentar e cotidiano	37
3.7 Trabalho e renda	39
3.8 Saúde	46
3.9 Orientação sexual.....	48
3.10 Deficiência	49
3.11 Uso de álcool e drogas.....	50
3.12 Internação em Instituições	52
3.13 Cidadania.....	53
3.14 Participação social, atendimento em serviços públicos e superação da situação de rua.....	61
4. RESULTADOS DA PESQUISA DE IDENTIFICAÇÃO DE NECESSIDADES.....	65

4.1 Perfil dos usuários das repúblicas	65
4.2 Avaliação da oferta – República	67
4.3 Trabalho e educação profissional.....	73
4.4 Acesso ao trabalho.....	77
4.5 Histórico de trabalho e situação atual	80
4.6 Habitação.....	85
4.7 Saída das ruas.....	89
5. CARACTERÍSTICAS DOS GRUPOS	97
5.1 Perfil Idoso.....	97
5.2 Perfil Jovens (18 a 29 anos).....	98
5.3 Perfil transgêneros	100
5.4 Famílias em situação de rua.....	102
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	110

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório é a última etapa do projeto de pesquisa denominado “*Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo 2019*” promovido pela Prefeitura Municipal de São Paulo e executado pela Qualitest Inteligência em Pesquisa, entre os meses de setembro de 2019, a abril de 2020.

Este documento apresenta os principais resultados das três etapas dessa pesquisa; (1) Pesquisa Censitária, (2) Amostral de Perfil Socioeconômico e (3) Relatório Temático de Identificação das Necessidades, e traz uma análise comparativa desses principais resultados com dados de pesquisas anteriores¹. Seu objetivo é a divulgação dos resultados da pesquisa para o público de técnicos da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) e de outras secretarias do governo municipal, aos membros do Comitê Pop Rua, aos participantes da rede de serviços socioassistenciais bem como ao público em geral.

O conceito de população em situação de rua adotado no projeto foi idêntico o Decreto 7.053 de 3 de dezembro de 2009,

(...) considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

Para entendimento do conceito é importante considerar alguns pontos: Primeiro que a população em situação de rua é heterogênea, o que significa que, este grupo é composto por pessoas que têm diferentes características, diferentes experiências de vida e também diferentes origens entre outros aspectos. Uma característica comum é a condição de extrema pobreza, outra, é a falta de moradia convencional regular,

¹ Observa-se que relatórios completos dessas etapas já foram entregues a SMADS, e portanto, aqui serão apresentadas informações resumidas sobre estas etapas.

motivo pelo qual, estas pessoas, utilizam as ruas como espaço de moradia e sustento ou vivem em unidades de acolhimento institucional.

Outra questão relevante, é o conceito de rua adotado na definição. Este não é restrito ao local de passagem de veículos, trazendo uma concepção mais ampliada, e compreendendo outros espaços públicos, como as praças, canteiros centrais de avenidas, baixios de viadutos, calçadas e recuos de edifícios, mocós, cemitérios, carros abandonados, entre outros. Assim, são consideradas pessoas em situação de rua aquelas que vivem nesses espaços ainda que sob barracas improvisadas.

Além disso, é importante mencionar que as condições acima descritas, abrigam diferenças de situações, como a experiência de pessoas pernoitando nas ruas por razões ocasionais, temporárias ou duradouras. Para identificar as pessoas em situação de rua, os entrevistadores aplicavam perguntas filtro: “Onde o(a) Sr.(a) vai dormir hoje?”, e “Onde o(a) Sr.(a) tem dormido?”. Se a resposta fosse na rua ou no Centro de Acolhida para alguma dessas perguntas, os entrevistadores aplicavam o questionário.

Seguindo a definição técnica de população em situação de rua adotada neste projeto, e também em consonância com as pesquisas anteriores realizadas na cidade, foram excluídos da pesquisa grupos de pessoas que mantêm proximidade com a condição de pessoas em situação de rua, mas que não se encaixam na definição. Foram excluídas, por exemplo, as pessoas que habitam as ocupações, ou outras moradias precárias² nos bairros, a população carcerária que, quando da sua detenção, estava em situação de rua, e os internados em hospitais ou clínicas para tratamento de dependência química. Essa distinção é importante para organização do campo da política pública focalizada para esse segmento populacional.

Neste texto, foram adotadas as expressões pessoa(s) em situação de rua para se referir aos indivíduos e população em situação de rua para se referir ao conjunto de pessoas em situação de rua.

² Exceto as pessoas vivendo em barracas, barracos ou outras construções em baixo de viadutos. Estas foram contadas como pessoas em situação de rua.

Para entrar no escopo desse trabalho, será descrita brevemente a metodologia das três etapas **(1) Pesquisa Censitária, (2) Amostral de Perfil Socioeconômico e (3) Relatório Temático de Identificação das Necessidades**, para em seguida apresentar os principais resultados dessas três etapas.

A metodologia para realização da **(1) Pesquisa Censitária** da população em situação de rua na cidade de São Paulo, envolveu um amplo trabalho de planejamento com o mapeamento da cidade, a definição dos setores e zonas censitárias e a construção de um quadro de referência com informações sobre os principais serviços públicos vinculados ao atendimento à população em situação de rua, bem como sobre a distribuição espacial dessa população na cidade³.

O levantamento da distribuição espacial da população em situação de rua na cidade, envolveu a identificação dos locais de habitual permanência de pessoas em situação de rua na cidade e as características desses locais e de seus frequentadores. Foi realizado também o levantamento da rede de serviços destinada ao atendimento à população em situação de rua, com informações sobre a localização das unidades, a capacidade de atendimento e as rotinas. Essas informações serviram de referência para indicar os locais de contagem de pessoas, e de possíveis concentração de pessoas em situação de rua.

O planejamento da pesquisa censitária envolveu duas preocupações centrais: o risco da ocorrência de subenumeração⁴; e de sobreenumeração⁵. Para minimizar os riscos dessas ocorrências a estratégia de trabalho empregou atenção especial a identificação e a mobilidade das pessoas em situação de rua.

Para organização operacional e continuidade dos resultados optou-se por seguir a mesma metodologia dos censos anteriores, dividindo a cidade em 9 (nove) grandes áreas, chamadas de **distritos censitários**, e realizando a contagem em 9 noites,

³ A construção desse quadro contou com a colaboração de equipes técnicas de Supervisões de Assistência Social (SAS), de técnicos do Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS), da equipe da Coordenação do Observatório da Vigilância Socioassistencial (COVS) e do Comitê Pop Rua.

⁴ Quando não se consegue identificar todos os elementos de uma população.

⁵ Quando um mesmo elemento é contabilizado mais de uma vez.

sendo uma noite para cada uma dessas áreas⁶.

A seguir é apresentado a abrangência territorial dos distritos censitários.

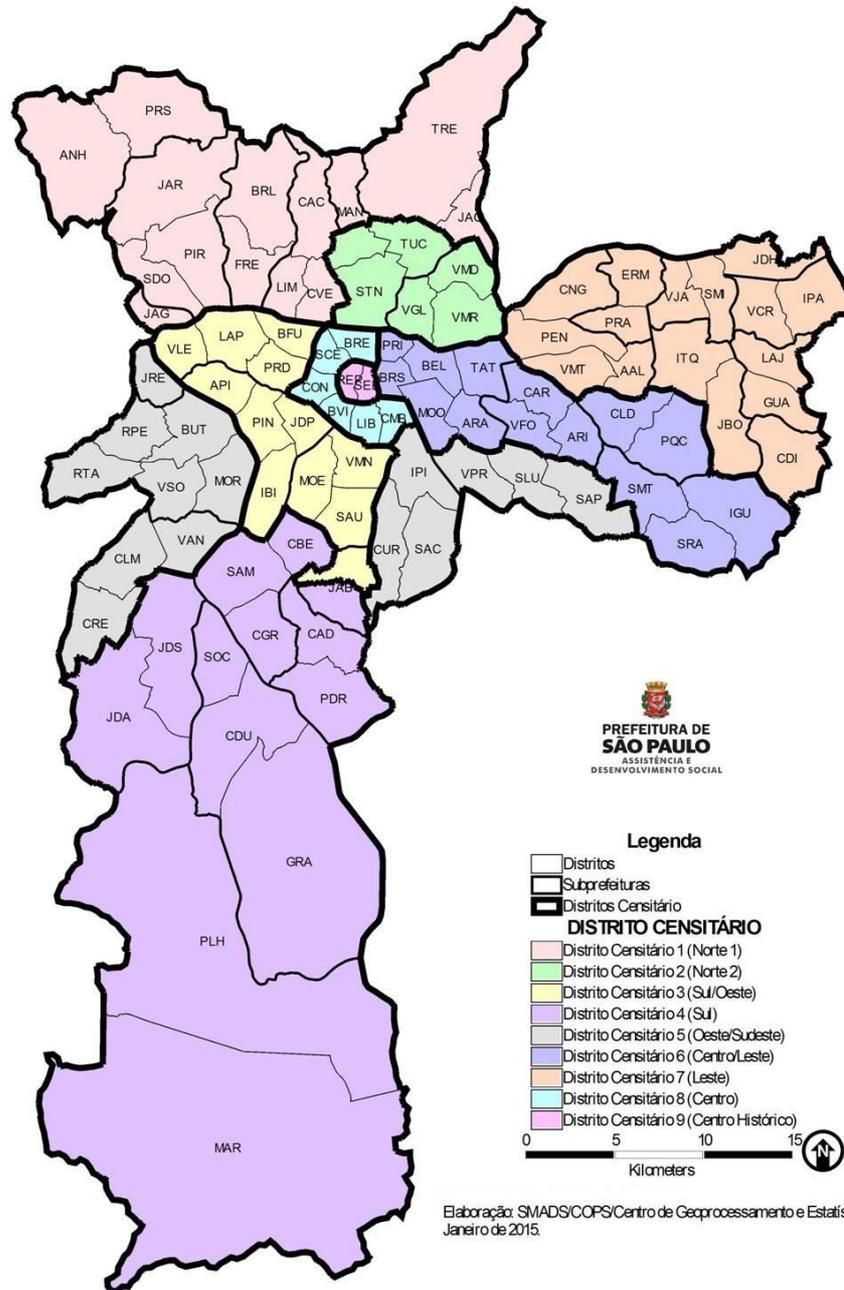
DISTRITO CENSITÁRIO	ABRANGÊNCIA
Distrito Censitário 1 (Norte 1)	Anhanguera, Perus, Jaraguá, Pirituba, São Domingos, Jaguará, Brasilândia, Freguesia do Ó, Cachoeirinha, Limão, Casa Verde, parte norte de Mandaqui, Tremembé e Jaçanã.
Distrito Censitário 2 (Norte 2)	Parte sul de Mandaqui, Tucuruvi, Santana, Vila Guilherme, Vila Maria e Vila Medeiros.
Distrito Censitário 3 (Sul/Oeste)	Vila Leopoldina, Lapa, Barra Funda, Perdizes, Alto de Pinheiros, Pinheiros, Jardim Paulista, Itaim Bibi, Moema, Vila Mariana, Saúde e parte norte do Jabaquara.
Distrito Censitário 4 (Sul)	Campo Belo, Santo Amaro, Campo Grande, Cidade Ademar, Pedreira, parte sul de Jabaquara, Socorro, Jardim São Luis, Jardim Ângela, Cidade Dutra, Grajaú, Parelheiros e Marsilac;
Distrito Censitário 5 (Oeste/Sudeste)	Jaguaré, Rio Pequeno, Raposo Tavares, Butantã, Vila Sônia, Morumbi, Vila Andrade, Campo Limpo, Capão Redondo, Cursino, Sacomã, Ipiranga, Vila Prudente, Sapopemba e São Lucas;
Distrito Censitário 6 (Centro/Leste)	Pari Brás, Belém, Mooca, Tatuapé, Água Rasa, Carrão, Vila Formosa, Aricanduva, Cidade Líder, São Mateus, Parque do Carmo, São Rafael e Iguatemi;
Distrito Censitário 7 (Leste)	Cangaíba, Penha, Vila Matilde, Ermelino Matarazzo, Ponte Rasa, Artur Alvim, Vila Jacuí, Itaquera, São Miguel, Jardim Helena, Vila Curuçá, Itaim Paulista, José Bonifácio, Lajeado, Guaianases e Cidade Tiradentes.
Distrito Censitário 8 (Centro)	Santa Cecília, Bom Retiro, Consolação, Bela Vista, Liberdade e Cambuci.
Distrito Censitário 9 (Centro Histórico)	Sé e República.

Os distritos censitários foram particionados em áreas menores, com tamanho suficiente para serem percorridos por uma equipe de campo. Essas áreas foram denominadas **setores censitários**. Foram organizados também roteiros para orientar o trabalho dos pesquisadores. Nos roteiros eram registrados os limites do setor, os pontos de atração da população em situação de rua levantados na construção do

⁶ Os limites dos distritos levaram em conta o padrão de deslocamento da população em situação de rua no município, e sempre que possível esses limites deveriam ser barreiras naturais que dificultassem a circulação das pessoas em situação de rua, tais como estradas de ferro, grandes vazios, rios e grandes avenidas, e que preferencialmente, cada distrito municipal deveria estar contido num mesmo distrito censitário.

quadro de referência, as áreas com eventual presença de crianças, barracas, mocós, locais de tráfico de drogas, prostituição, áreas comerciais, terminais de transporte público, mercados municipais, cemitérios e serviços de atendimento à população de rua, entre outras informações⁷, conforme a figura a seguir. Vale ressaltar também que os recenseadores não se limitavam somente aos locais indicados nos roteiros, a determinação foi realizar uma busca ativa nos setores censitários.

⁷ Além de percorrerem os pontos previamente identificados, os pesquisadores realizavam busca ativa na área sob sua responsabilidade e perguntavam a comerciantes, transeuntes e as pessoas em situação de rua entrevistadas sobre a existência de locais em que fosse possível encontrar outras pessoas em situação de rua.



População em Situação de Rua por Subprefeitura e Distritos

Para contagem das pessoas adotou-se a técnica de contagem simples⁸. Com base nessa técnica, os pesquisadores percorreram os distritos censitários, identificando e contando as pessoas em situação de rua. Em algumas áreas foram utilizados veículos como meios de locomoção. Em cada distrito censitário, a rua e os centros de acolhida⁹

⁸ Esta técnica também foi adotada nas pesquisas censitárias da população em situação de rua anteriores.

⁹ Os pesquisadores dos Centros de Acolhida receberam as informações de nome, endereço, telefones de contato, pessoas de referência, características do centro de acolhida, perfil de atendimento, capacidade de atendimento e horário de funcionamento, entre outras. A contagem foi realizada na porta dos Centros de

foram recenseados no mesmo dia/noite.

Para a coleta de dados foram utilizados aparelhos de tablets com o software *SurveyToGo* para a aplicação dos instrumentos de pesquisa. Esse sistema permitiu a aplicação de questionários de forma off-line/online, o georreferenciamento das entrevistas e outros recursos que garantiram a qualidade dos dados.

A coleta de dados foi realizada entre os dias 09 e 30/10/2020, sempre entre as terças e quintas feiras, sendo realizada das zonas periféricas para o centro da cidade.

Após a realização do censo foi realizada a pesquisa **(2) Amostral de Perfil Socioeconômico** que objetivava realizar o levantamento do perfil socioeconômico da população em situação de rua na cidade. Esta contou com uma amostra de 2000 pessoas em situação de rua. A amostra foi planejada com base em critérios estatísticos fundamentados nos aspectos da quantidade de pessoas recenseadas e sua distribuição espacial na cidade.

Para definição da amostra unidades do serviço de acolhimento institucional foram estratificadas de acordo com dois critérios: primeiro por sua classificação para a política de assistência social, como: Centros de Acolhida (CA) ou Centros de Acolhida Especial (CAE). Segundo, com base nas características específicas de segmentos do público atendido, que basicamente faziam a distinção entre, os Centros de Acolhida Especiais e os Centros de Acolhida, classificados como unidades que atendiam pessoas adultas em geral (estrato: adulto), apenas mulheres e mulheres gestantes (estrato: mulher), apenas famílias (estrato: família), apenas pessoas idosas e pessoas convalescentes (estrato: idoso), apenas mulheres transgêneros (estrato: mulher trans). Em seguida, foram realizados o sorteio aleatório e a distribuição geográfica dos centros de acolhida.

Para definição da amostra dos indivíduos que estavam nas ruas, primeiro foram definidas as unidades amostrais primárias correspondentes a sub-regiões de cada subprefeitura. Em seguida foram definidas as pessoas que deveriam compor a

Acolhida e ao mesmo tempo na parte interna da unidade. O trabalho de campo era iniciado no momento da abertura do serviço, e o término do trabalho era definido em cada caso, respeitando a rotina do serviço de acolhida.

amostra. Com base nestes critérios, primeiro a população em situação de rua foi estratificada proporcionalmente em relação a sua distribuição territorial na cidade, segundo, também proporcionalmente, em relação aos seguimentos específicos; homens, mulheres, famílias, idosos e transgêneros. Essa metodologia objetivou garantir a diversidade da amostra, para que as características da população em situação de rua na cidade fossem expressas em um modelo estatístico válido. A população em situação de rua foi distribuída proporcionalmente entre as 32 subprefeituras do município. Em seguida, a amostra foi distribuída a partir dos 92 distritos, sendo que foram realizados alguns agrupamentos em distritos com menor incidência de pessoas em situação de rua. Com base nesta metodologia, garantiu-se que fossem entrevistadas pessoas de todas as áreas da cidade. A distribuição da população em situação de rua por seguimentos foi aplicada ao universo da amostra e não foi restrita ao critério territorial. Para seleção dos indivíduos os pesquisadores sortearam os entrevistados no campo¹⁰.

O perfil socioeconômico foi constituído a partir de um formulário, elaborado, a partir dos formulários das pesquisas anteriores, com perguntas sobre alguns aspectos da vida das pessoas em situação de rua, como suas vivências anteriores e posteriores a situação de rua, relação com o trabalho, educação, condições de saúde e existência de deficiências, acesso à cidadania e a serviços de assistência social, além da vivência da experiência da situação de rua em si, sendo aplicado por meio eletrônico, através de aparelhos de tablets com o software *SurveyToGo*.

Os entrevistados eram pessoas adultas (maiores de 17 anos), em condições de responder ao questionário. As entrevistas foram realizadas entre os dias 25/11/2019 a 10/12/2019 de dezembro, nos horários de 16h00 às 22h00, tanto nos centros de acolhida, quanto nos logradouros do município.

Finalmente, para produção da terceira etapa da pesquisa, o **(3) Relatório Temático de Identificação das Necessidades**, que tinha como objetivo aprofundar o conhecimento sobre os aspectos de habitação e trabalho enquanto necessidades da população em situação de rua no processo de superação da situação

¹⁰ Entrevistando a primeira pessoa encontrada no local indicado na amostra, e em seguida saltando três pessoas e entrevistando a quarta pessoa aleatoriamente. De modo a garantir a diversidade da amostra.

de rua.

O público alvo dessa etapa da pesquisa foram os populares em situação de rua residentes nas casas repúblicas, primeiramente porque se desejava avaliar a potencialidade dessa modalidade de atendimento, segundo porque, essa categoria de acolhimento, exigia que seus usuários estivessem em um processo de superação da condição de em situação de rua, inclusive com prazo para deixar a república.

Eram 5 unidades de casas repúblicas, localizadas nas subprefeituras de Santana/Tucuruvi de Casa Verde/Cachoeirinha, Lapa, Aricanduva/Formosa/Carrão, Ermelino Matarazzo, Sé e Mooca, com capacidade de acolhimento para até 195 pessoas.

O desenho da pesquisa envolveu a elaboração de dois questionários, um para ser aplicado, por meio de entrevistas estruturadas com as pessoas em situação de rua residentes nas casas repúblicas, outro para ser enviado aos coordenadores das repúblicas por meio de um formulário web para ser respondido pelos próprios coordenadores. Ambos os questionários objetivaram compor questões que envolvessem a avaliação da oferta república, e também o lugar dos aspectos prioritários trabalho e habitação enquanto necessidades das pessoas em situação de rua no processo de superação da situação de rua.

Para análise dos resultados das entrevistas e dos questionários, foram revisitados os resultados do censo e da pesquisa amostral.

Uma das necessidades dessa etapa do trabalho era aprofundar as análises sobre os segmentos específicos da população em situação de rua, de modo a favorecer a identificação da necessidades específicas vinculadas a cada segmento. Para aprofundamento dessas informações foram realizadas análises a partir dos resultados do censo e da pesquisa amostral, por meio da estratificação das informações através da adição de filtros específicos, no relatório em *Business Intelligence*¹¹ entregue a SMADS. Os segmentos estratificados na análise foram: de jovens, pessoas de 18 a

¹¹ Os relatórios das fases do projeto foram entregues neste formato, o que possibilita a análise dinâmica dos resultados.

29 anos¹², idosos, pessoas acima de 60 anos¹³, transgêneros, que é um dos segmentos vulneráveis priorizados durante a realização do censo, e famílias. Após a adição desses filtros as informações sobre os segmentos foram sistematizadas e destacadas na parte escrita do relatório impresso.

As entrevistas foram realizadas a partir de um questionário estruturado com questões com variáveis de respostas. As questões desenvolvidas para a entrevista, buscavam responder a indagações sobre as ofertas das casas repúblicas, e sobre as prioridades temáticas indicadas no termo de referência da pesquisa, como as condições de trabalho e de habitação, além de outros aspectos relacionados a autonomia dos usuários e questões sobre possíveis motivos para superação da situação de rua, reincidências, e metodologias de acompanhamento durante os processos de superação da situação de rua.

A coleta de dados foi realizada entre os dias 04 e 15 de fevereiro de 2020 e o critério de seleção das amostras foi a disponibilidade dos usuários das casas repúblicas já que a experiência na realização das etapas anteriores das pesquisas censitárias e do perfil socioeconômico demonstrou certa dificuldade para encontrar os residentes destas unidades, tendo em vista que o perfil dos usuários das repúblicas é de pessoas que trabalham e ou estudam, tendo menor disponibilidade para participar da pesquisa.

As entrevistas, foram realizadas de segunda a sexta-feira entre o horário das 16:00 às 22:00 horas e aos sábados, das 08:00 às 15:00 horas e a coleta de dados foi realizada por meio da utilização de tablets e do software SurveyToGo.

Para complementar as informações das entrevistas junto aos usuários das repúblicas, foi elaborado um questionário para os coordenadores das repúblicas. Este, foi encaminhado para os coordenadores através de um formulário eletrônico, com questões semiestruturadas, sem a adoção de variáveis de respostas e foi respondido pelos coordenadores e recebido também por meio eletrônico. Estes questionários serviram de complemento para análise das informações obtidas através das

¹² Conforme o Estatuto da Juventude. Lei Nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.

¹³ Conforme o Estatuto Lei no 10.741, de 1º de outubro de 2003.

entrevistas aplicadas junto às pessoas em situação de rua usuárias das casas repúblicas.

A análise dos dados das entrevistas foi realizada a partir da descrição dos resultados, foram realizadas também algumas comparações entre resultados dessa etapa da pesquisa com resultados das pesquisas do perfil e do censo. Além disso, foram identificadas algumas necessidades, e indicadas possíveis alternativas para seu enfrentamento. Algumas questões também indicaram possíveis fragilidades do acompanhamento e áreas de possíveis melhorias.

Finalmente, foram analisadas algumas particularidades de segmentos de pessoas em situação de rua, a partir de dados selecionados do censo e da pesquisa amostral do perfil.

Para organização das informações neste relatório a primeira parte do texto traz as principais informações obtidas em cada parte da pesquisa. Na pesquisa censitária, foram destacadas nesta parte do documento as informações de quantidade e distribuição das pessoas em situação de rua na cidade e a comparação da quantidade de pessoas em situação de rua por distrito em relação ao censo de 2015.

A segunda parte do texto traz as principais informações obtidas na pesquisa amostral. Foram apresentadas informações de perfil dos usuários, avaliação da rede de serviços, situação de saúde, trabalho e de acesso a itens de cidadania.

A terceira parte do texto traz as principais informações obtidas na última parte da pesquisa, a pesquisa de identificação de necessidades. Nesta etapa, foram priorizadas as informações sobre as dimensões trabalho e habitação, que eram as prioridades da pesquisa.

A última parte do texto é referente ao perfil de segmentos prioritários da população situação de rua na cidade. Os segmentos priorizados foram jovens, idosos, transgêneros e famílias.

Por fim, destacamos que as informações apresentadas neste documento foram extraídas dos relatórios completos das três etapas da pesquisa: **(1) Pesquisa Censitária, (2) Amostral de Perfil Socioeconômico e (3) Relatório Temático de**

Identificação das Necessidades. Além disso, estão disponíveis também os relatórios dessas etapas em *Business Intelligence (BI)* a partir dos quais é possível realizar estratificações das informações por filtros pré-estabelecidos por subprefeitura, por distrito, por sexo e por idade.

2. DADOS DO LEVANTAMENTO CENSITÁRIO

Realizado entre os dias 09 e 30 de outubro de 2020, o levantamento censitário contou 24.344 pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo. Desse total, 12.651 pessoas (52,9%), foram recenseadas nas ruas e 11.693 (47,1%), pessoas foram recenseadas nos centros de acolhida. A tabela a seguir apresenta o detalhamento do resultado do Censo da População em Situação de Rua em 2019.

Comparando-se os dados do censo de 2019 com os de períodos anteriores, temos que, o Censo de 2000 chegou ao número de 8.706 pessoas em situação de rua, em 2009 foram contadas 13.666 pessoas, em 2011 foram contadas 14.478, em 2015 foram contadas 15.905 e no ano de 2019 foram recenseadas 24.344 pessoas. O crescimento da população em situação de rua no município de São Paulo foi de 53% nos últimos 4 anos.

Tabela 1 - Quantidade de pessoas em situação na cidade de São Paulo, 2000, 2009, 2011, 2015 e 2019

Ano	Acolhido	Rua	Total	Ano	Acolhido	Rua	Total
2000	3.693	5.013	8.706	2000	42,42%	57,58%	100,00%
2009	7.079	6.587	13.666	2009	51,80%	48,20%	100,00%
2011	7.713	6.765	14.478	2011	53,27%	46,73%	100,00%
2015	8.570	7.335	15.905	2015	53,88%	46,12%	100,00%
2019	11.693	12.651	24.344	2019	48,03%	51,97%	100,00%

Quando comparado o número de pessoas em Centros de Acolhimento e pessoas na Rua, observa-se que nos anos de 2000 e 2019 a quantidade de pessoas que dormiam na rua superou a quantidade de pessoas que pernoitavam nos centros de acolhimento da cidade, já nos anos de 2009, 2011 e 2015 o número de pessoas nos centros de acolhida excedeu a quantidade de pessoas que dormiam na rua, conforme os gráficos a seguir.

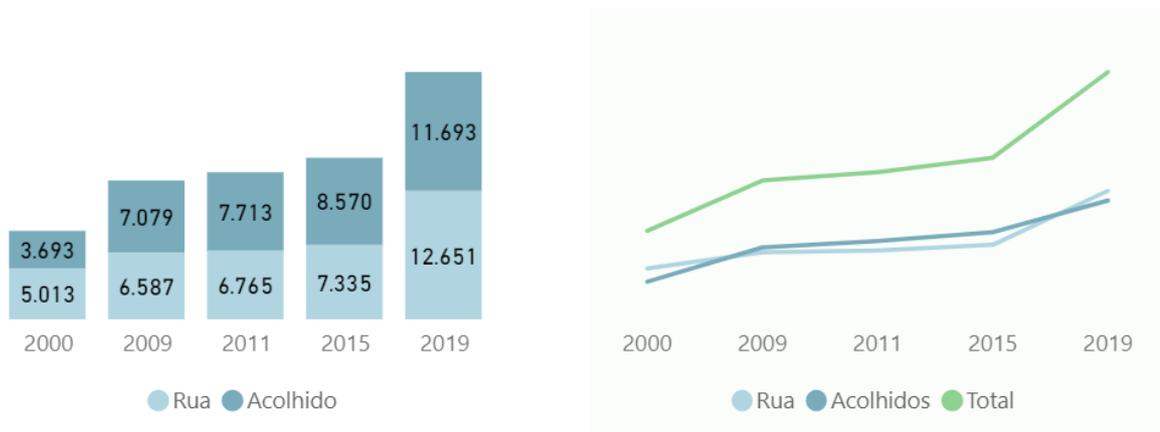


Gráfico 1- Evolução da quantidade de pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo, 2000, 2009, 2011, 2015 e 2019

A tabela a seguir demonstra, em números absolutos e percentuais, que a população em situação de rua no município de São Paulo cresceu continuamente entre 2000 e 2019. Pode-se afirmar que a população em situação de rua cresceu 179% em 19 anos. Pode-se extrair também da tabela que o crescimento anual entre os anos de 2015 e 2019 foi de 11,23% ao ano, sendo que o crescimento anual entre os anos de 2000 e 2009 foi de 5,14%, 2,93% entre 2009 a 2011 e 2,38% entre 2011 e 2015.

Tabela 2 - Variação anual da quantidade de pessoas em situação na cidade de São Paulo, 2000/2009, 2009/2011, 2011/2015 e 2015/2019

Situação Ano	Acolhido		Rua		Total	
	Nº de pessoas	Variação anual	Nº de pessoas	Variação anual	Nº de pessoas	Variação anual
2000	3.693		5.013		8.706	
2009	7.079	7,50%	6.587	3,08%	13.666	5,14%
2011	7.713	4,38%	6.765	1,34%	14.478	2,93%
2015	8.570	2,67%	7.335	2,04%	15.905	2,38%
2019	11.693	8,08%	12.651	14,60%	24.344	11,23%

Ao comparar os resultados censitários com o crescimento da população geral da cidade, verifica-se que este foi menor que o crescimento da população em situação de rua. Ou seja, aumentou o número de pessoas em situação de rua em relação ao número de paulistanos. A tabela a seguir apresenta a variação anual do crescimento da população geral da cidade.

Tabela 3 – Variação anual da taxa de crescimento da população em situação na cidade de São Paulo, 2000/2009, 2009/2011, 2011/2015 e 2015/2019

Ano	População	Variação anual
2000	10.434.252	
2009	11.037.590	1,88%
2011	11.303.626	3,59%
2015	11.504.120	1,32%
2019	12.252.023	4,76%

fonte: IBGE

Foi analisado, também, a taxa de crescimento da população em situação de rua com base nos resultados dos Censos realizados pela SMADS. A taxa de crescimento representa o ritmo médio de crescimento ocorrido em um período considerado. Sendo assim, utilizando a função da regressão linear, com base nos resultados dos Censos realizados em 2000, 2009, 2011 e 2015, constatou-se que a estimativa da quantidade de pessoas em situação de rua para o Censo de 2019 seria de 18.216.

Entretanto, com base nos resultados consolidados e apresentados do Censo em 2019, o número encontrado foi de 24.344 pessoas em situação de rua, ou seja, 33,64% a mais do que o esperado, levando em consideração o cálculo apresentado.

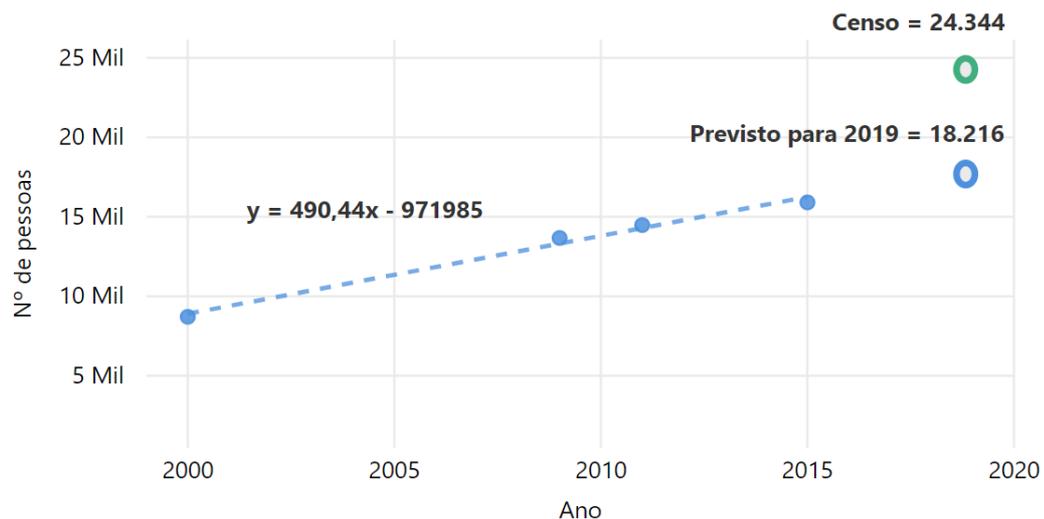


Gráfico 2 - Taxa de crescimento anual do total da população em situação de rua

Ademais, foi realizado um estudo de correlação estatística entre os Censos de 2015 e 2019. A tabela a seguir apresenta os resultados obtidos, em números absolutos e

percentuais (em função do total encontrado em cada Censo), por subprefeitura do município de São Paulo.

Para facilitar a visualização, os resultados da correlação foram classificados nas seguintes cores: verde (diminuição na proporção em relação ao total), amarelo (acrécimo de até 2,5% em relação à proporção total) e vermelho (acrécimo superior à 2,5% em relação à proporção total).

Tabela 4 - Contagem da população em situação de rua, anos 2015 e 2019, por subprefeitura, São Paulo - SP

Subprefeituras	Ano 2015	Ano 2015 %	Ano 2019	Ano 2019 %	2019 -2015
Aricanduva-Formosa-Carrão	56	0,76	94	0,74	● -0,02
Butantã	53	0,72	67	0,53	● -0,19
Campo Limpo	40	0,55	127	1,00	● 0,46
Capela do Socorro	99	1,35	153	1,21	● -0,14
Casa Verde-Cachoeirinha	55	0,75	189	1,49	● 0,74
Cidade Ademar	15	0,20	89	0,70	● 0,50
Cidade Tiradentes	24	0,33	174	1,38	● 1,05
Ermelino Matarazzo	18	0,25	65	0,51	● 0,27
Freguesia-Brasilândia	99	1,35	113	0,89	● -0,46
Guaianases	29	0,40	86	0,68	● 0,28
Ipiranga	96	1,31	92	0,73	● -0,58
Itaim Paulista	81	1,10	81	0,64	● -0,46
Itaquera	37	0,50	178	1,41	● 0,90
Jabaquara	140	1,91	83	0,66	● -1,25
Jaçanã-Tremembé	70	0,95	95	0,75	● -0,20
Lapa	409	5,58	491	3,88	● -1,69
M'boi Mirim	13	0,18	47	0,37	● 0,19
Mooca	842	11,48	835	6,60	● -4,88
Parelheiros	1	0,01	14	0,11	● 0,10
Penha	71	0,97	153	1,21	● 0,24
Perus	6	0,08	18	0,14	● 0,06
Pinheiros	214	2,92	319	2,52	● -0,40
Pirituba	36	0,49	67	0,53	● 0,04
Santana-Tucuruvi	275	3,75	319	2,52	● -1,23
Santo Amaro	199	2,71	332	2,62	● -0,09
São Mateus	64	0,87	132	1,04	● 0,17
São Miguel	75	1,02	76	0,60	● -0,42
Sapopemba	29	0,40	16	0,13	● -0,27
Sé	3.864	52,68	7.593	60,02	● 7,34
Vila Mariana	121	1,65	379	3,00	● 1,35
Vila Maria-Vila Guilherme	146	1,99	116	0,92	● -1,07
Vila Prudente	58	0,79	58	0,46	● -0,33
Total	7.335	100,00	12.651	100,00	

● acréscimo mais de 2,5% ● acréscimo até 2,5% ● diminuição

Analisando os resultados obtidos por subprefeitura, pode-se afirmar que houve aumento da quantidade de pessoas em situação de rua em 27 das 32 subprefeituras do município de São Paulo, em comparação com o Censo 2015. A subprefeitura com o maior aumento foi a Sé, com 3.864 pessoas em situação de rua em 2015 e 7.593

em 2019 (aumento de 96,5%). Nas subprefeituras de Jabaquara, Sapopemba e Vila Maria-Vila Guilherme houve diminuição no número de pessoas em situação de rua.

A análise de correlação fornece um número que resume o grau de relacionamento linear entre as variáveis estudadas. Sendo assim, é apresentado a seguir um gráfico com a correlação estatística entre os resultados obtidos nos Censos de 2015 e 2019 por subprefeitura do município de São Paulo. O resultado obtido de correlação foi de 99,2%, considerado altamente correlacionado.

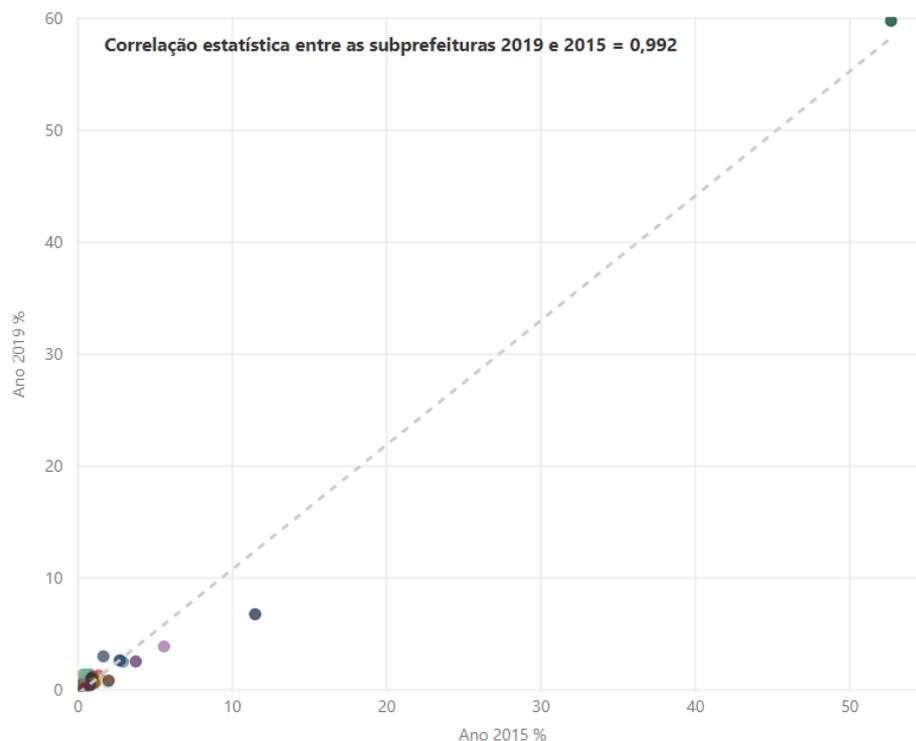


Gráfico 3 - Correlação estatística entre as subprefeituras 2019 e 2015

3. DADOS DA PESQUISA AMOSTRAL SOBRE O PERFIL SOCIOECONÔMICO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE SÃO PAULO

Apresentaremos a seguir uma síntese descritiva dos principais resultados obtidos na pesquisa amostral sobre o perfil socioeconômico da população em situação de rua. Os resultados foram consolidados para população em situação de rua em geral, sem distinção de seguimentos dos entrevistados nas ruas ou nos Centros de Acolhida considerando que estes dois estratos são partes constitutivas de uma mesma população como indica o conceito de população em situação de rua adotado na pesquisa.

O detalhamento do perfil buscou seguir a ordem de aplicação das entrevistas, todavia, em alguns momentos essa ordem foi alterada, pois durante a escrita do texto verificou-se que a informação fazia mais sentido associada a outra ou em outra categoria ou bloco de questões.

Algumas expressões utilizadas nos questionários estão em desuso ou não são mais adequadas para se referir a determinadas realidades ou situações, todavia, optou-se por utilizá-las para facilitar o entendimento dos entrevistados e alcançar respostas mais próximas da realidade.

3.1 Resultados consolidados

3.1.1 Origem das pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo

A pesquisa amostral da população em situação de rua da cidade de São Paulo, mostrou que a maioria absoluta da população em situação de rua na cidade é de nacionalidade brasileira, 96,7% e que entre os 3,4% de estrangeiros, 38,8%, são oriundos da Venezuela, que a soma dos estrangeiros oriundos de países da América Latina equivale a 56,8%, dos originários do continente africano é de 25%.

Já entre os nascidos no Brasil, 55% são naturais do estado de São Paulo, sendo que 34,0% são naturais da cidade de São Paulo e os outros 21% são originários de outras cidades desse estado. Entre os que vieram de outros estados, 9,5% vieram da Bahia,

6,3% de Minas Gerais com e 5,1% de Pernambuco. Os originários dos estados do nordeste correspondem a 25,1% dos Brasileiros não naturais de São Paulo.

Entre as pessoas em situação de rua não naturais da cidade de São Paulo, 63,9% declararam viver na cidade a mais de 5 anos, 17,1% entre 1 ano e 5 anos e 18,4% a menos de um ano.

3.1.2 Local de permanência

Sobre as regiões de permanência das pessoas em situação de rua, e os movimentos de troca de localidade dentro da cidade, a maioria das pessoas em situação de rua, 60,4% continuavam dormindo ou morando na mesma região em que começaram a ficar em situação de rua em São Paulo. 33,1% já moraram ou ficaram em situação de rua em outras regiões e apenas 5,8% ficava trocando de lugar.

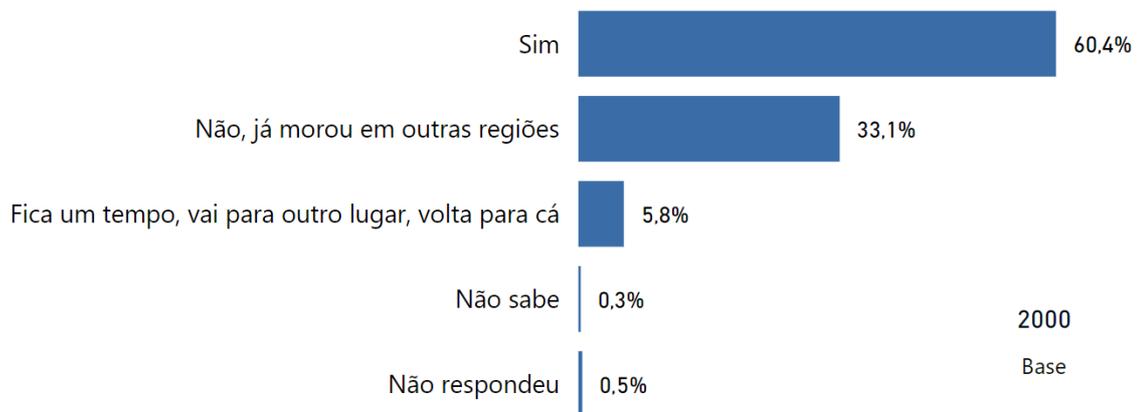


Gráfico 4 - Desde que está em situação de rua em São Paulo, você só ficou dormindo/morando nesta região?

Entre os que ficam no mesmo lugar ou região, os principais motivos apontados foram, ter companheiro(a) na região (15,6%), sentir mais liberdade na região (12,3%), ter muitos serviços que atendem as pessoas em situação de rua no entorno (12,3%), ter locais para passar a noite (5,2%). Ter facilidade para conseguir trabalho ou dinheiro foi apontado apenas por 0,9% dos entrevistados.

Já entre os que ficam mudando de lugar, os principais motivos apontados para mudarem de lugar com frequência foram, falta de vagas nos centros de acolhida

20,8%, procura de trabalho com 15,8%, brigas com outras pessoas em situação de rua, com 11,5%, falta de segurança e ameaças de morte.

Em síntese, 96,7% das pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo são nascidos no Brasil. Destes, 55,0% são naturais do estado de São Paulo e 30% são naturais do município de São Paulo. Entre os 3,4% de imigrantes, 38,8% são de venezuelanos. A entrada dos imigrantes em território nacional, ocorreu principalmente através dos estados de Roraima 34,3%, e São Paulo 29,9%. Entre os que não nasceram na cidade de São Paulo, 63,9% estão na cidade há mais 5 anos. E 60,4% permanecem na mesma região da cidade que começaram a ficar em situação de rua.

3.1.3 Perfil das pessoas em situação de rua

Em relação a distribuição das pessoas em situação de rua por sexo tem-se que 14,6% das pessoas entrevistadas são do sexo feminino e 85,5% são do sexo masculino. Já em relação a idade ou faixa etária 53,4% das pessoas em situação de rua na cidade estavam na faixa etária entre 30 a 49 anos, 19,7% na faixa etária entre 18 e 29 anos, 15,9% entre 50 e 59 anos e 11,1% 60 anos. A média de idade das pessoas em situação de rua na cidade é de 41,68 anos, a mediana de 41 e a idade máxima registrada foi de 82 anos. O gráfico abaixo estratifica a população em situação de rua por idade.

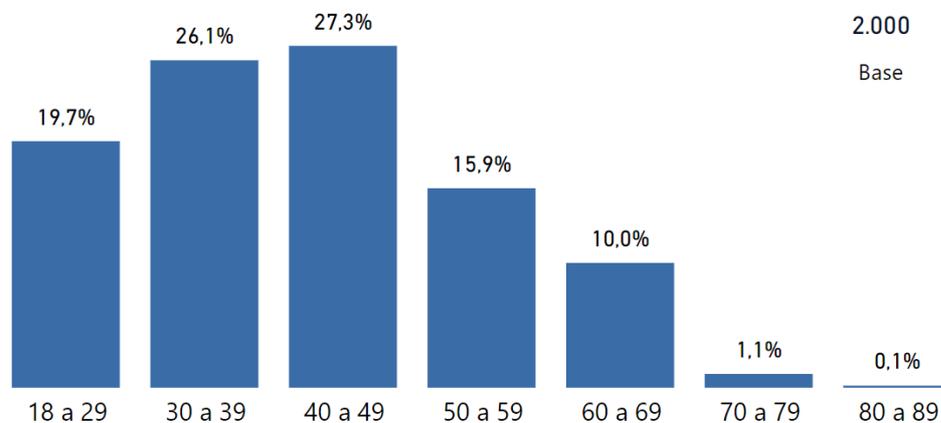


Gráfico 5 - Faixa etária

No que se refere a raça/cor/etnia, 48,9% das pessoas em situação de rua na cidade se declararam pardos, 26,1% brancos, 19,7% pretos, 2,4% indígenas e 1,1% amarelos. A soma de pretos e pardos equivale a 68,6% da população em situação de rua na cidade.

Ao avaliar o quesito escolaridade, verificou-se que 8,4% das pessoas em situação de rua declararam não saber ler e escrever, e 91,5% declararam saber ler e escrever, que 8,1% das pessoas entrevistadas declararam não terem frequentado escola formal e 91,9% declararam terem frequentado escola regular. Além disso, verificou-se que entre os(as) entrevistados(as) 23,9% não concluíram o ensino fundamental, sendo que este nível de escolaridade foi concluído por 14,1% das pessoas em situação de rua. 20,7% concluíram o ensino médio, este grau não foi concluído por 13,4% daqueles que chegaram a este nível de escolaridade. 1,1% concluíram além do ensino médio o ensino técnico profissionalizante e 8,3% chegaram ao ensino superior, sendo que 4,1% declararam concluir uma graduação e 0,3% declararam ser pós-graduados(as).

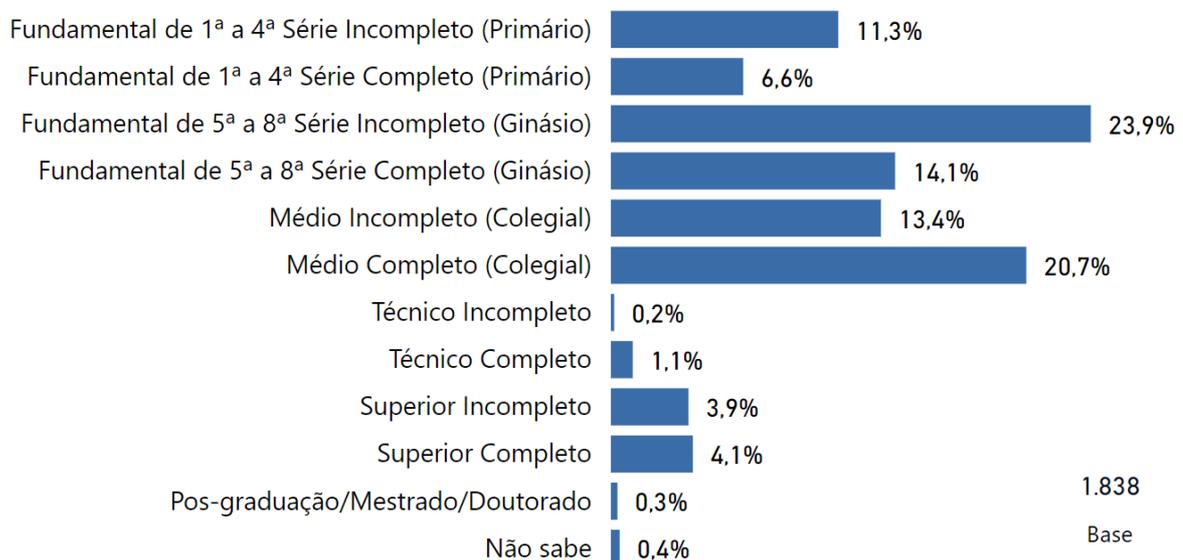


Gráfico 6 - Até que série estudou?

3.1.4 Acesso a documentação

Sobre o acesso e posse de documentação civil, 71,4% das pessoas em situação de rua na cidade possuíam documentação civil e estavam de posse de ao menos um de

seus documentos. 10,6% declararam possuir documentos, porém estes estariam de posse de algum familiar e 18% declararam não possuir documentos.

Entre os documentos mais mencionados pelos (as) entrevistados (as) 92,8% disseram ter Carteira de Identidade, 85,3% Cadastro de Pessoa Física (CPF), 70,6% Cartão do SUS e 67,2% Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). O gráfico a seguir traz uma lista de documentos que as pessoas em situação de rua declararam possuir na ocasião da pesquisa.

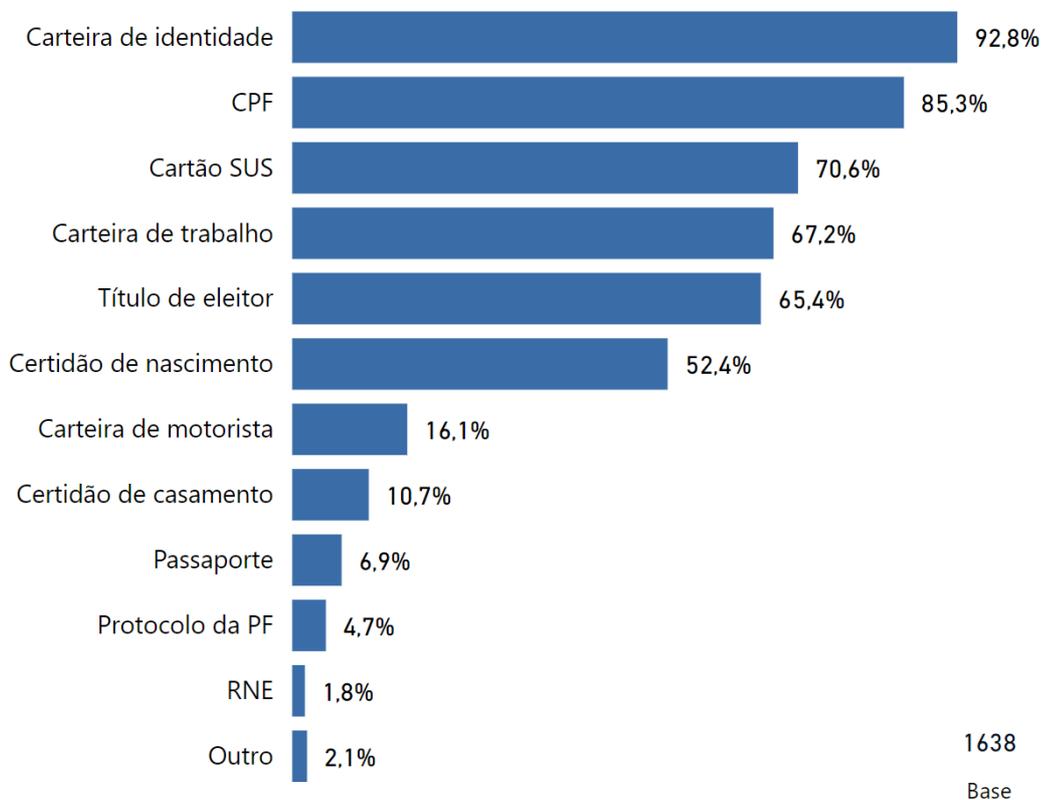


Gráfico 7 - Quais documentos?

Assim, verifica-se que 85,5% das pessoas em situação de rua na cidade são do sexo masculino. Pelo menos 89,0% está em idade produtiva, entre os 18 e os 59 anos. A soma de pretos e pardos, equivale a 68,6% das pessoas em situação de rua. A maior parte das pessoas em situação de rua, 91,5% sabe ler e escrever, e também a maior parte, 91,9% frequentou escola. A soma dos (as) que não concluíram o ensino médio chega a 69,3%, e, 4,1% concluíram o nível superior. 82% possuem ao menos um

documento oficial, e este documento é a Carteira de Identidade para 92,8% das pessoas entrevistadas.

3.2 Rua e acolhimento

Entre as pessoas entrevistadas nas ruas 75,2% já haviam dormido em centros de acolhida e 62,6% não haviam procurado vagas em centros de acolhida nos últimos 7 dias. Entre as pessoas entrevistadas nos centros de acolhida 80,7% já haviam dormido nas ruas. 39,2% dos (as) entrevistados (as) só haviam dormido nos centros de acolhida nos últimos 7 dias, e 38,7% só haviam dormido nas ruas também durante os últimos 7 dias. 43,1% das pessoas acolhidas utilizavam vagas fixas nos centros de acolhida. 28,3% relataram que utilizam os centros de acolhida todos os dias, 5,7% relataram que utilizam os centros de acolhida de 4 a 6 vezes por semana, 11,1% de 2 a 3 vezes por semana e 9,5% 1 vez por semana. 40,5% relataram que não utilizam os centros de acolhida. 59,5% dos (as) entrevistados (as) avaliaram os centros de acolhida como ótimos ou bons, e 57,1% avaliaram os núcleos de convivência como ótimos ou bons.

Questionados se já teriam sido impedidos de entrar nos centros de acolhida 19,3% relataram já ter sido impedidos de entrar em algum centro de acolhida por estarem alcoolizados (as) ou por ter feito uso de outras drogas, e 19,5% daqueles que se declararam LGBTQ+ foram impedidos de entrar por sua orientação sexual ou identidade de gênero, 6,6% relataram por ter alguma anotação no prontuário do SISA. 15,9% relataram já ter sido expulsos (as) de algum centro de acolhida. 19,9% dos entrevistados relataram já ter sofrido algum tipo de discriminação por funcionários do centro de acolhida, e 30,2% relataram que não receberam alimentação ou que foram impedidos de repetir a alimentação. 33,8% responderam que já encontraram seus colchões sujos ou com insetos, e 17,0% declararam que já tinham sido agredidos (as) por outros usuários (as) nos centros de acolhida. Por fim os (as) entrevistados (as) foram perguntados (as) se em situações de problemas pessoais eles (as) teriam procurado os (as) assistentes sociais para conversar, e se já haviam recebido algum encaminhamento da equipe técnica do centro de acolhida para tratamento de saúde, para vaga de emprego, participação em cursos, passagens e outros. Verificou-se que, 56,6% dos entrevistados já haviam procurado os (as) assistentes sociais dos centros

de acolhida para conversar em situações de problemas pessoais, 55,7% declararam nunca ter recebido encaminhamentos nos centros de acolhida.

3.3 Motivos de estar em situação de rua

Os principais motivos apontados para situação de rua foram, conflitos familiares, com 40,9%, a dependência química com 33,3% (somados o uso de drogas lícitas e ilícitas) a perda de trabalho, com 25,8%, a perda da moradia, com 13,2%, seguido de separação conjugal com 6,0%, falecimento dos parentes, com 5,5%, problemas de saúde, com 4,4%, serem egressos do sistema prisional com 2,9%, entre outros motivos apresentados no gráfico a seguir.



Gráfico 8 - Porque você começou a dormir na rua e/ou Centros de Acolhida?

3.4 Vínculos familiares

74,0% das pessoas em situação de rua na cidade declararam viver sozinhas, 17,3% declararam viver com algum membro da família, 6,8% declararam viver com amigos e 1,8% declarou viver com outras pessoas. Antes da situação de rua apenas 25,9% dos entrevistados declarou viver, enquanto 69% declarou viver com familiar. Sobre a manutenção de relações com os familiares, 28,8% declararam que faziam contato com os familiares fora das ruas toda semana, 15,5% declararam que faziam contato pelo menos uma vez por mês e 9,4% faziam contato ao menos uma vez por ano. 7,6% declararam que quase nunca faziam contato com familiares e 37,6% declararam que não tinham mais contato com familiares fora das ruas. Além disso, 62,0% tinham filhos, sendo que entre os que tinham filhos, 48,7% afirmaram que eles estavam com o outro genitor, 19,2% que os filhos estavam com outros parentes e 16,4% declararam que os filhos estavam em suas próprias casas (filhos adultos) e apenas 6,4% declararam que seus filhos estavam com seus filhos. 46,2% dos entrevistados ainda, responderam que desejavam retomar seus vínculos familiares.

3.5 Tempo de rua

Em relação ao tempo da situação de rua e ida para as ruas, 26,4% dos entrevistados afirmaram ter deixado de ter uma moradia convencional a menos de um ano, 16,3% entre um ano e dois anos, 9,8% entre 2 e 3 anos, 12,8% entre 3 e 5 anos, 14,5% entre 5 e 10 anos e 17,9% a mais de 10 anos. Para mais da metade das pessoas em situação de rua, 52,5%, a perda da moradia convencional ocorreu a menos de três anos.

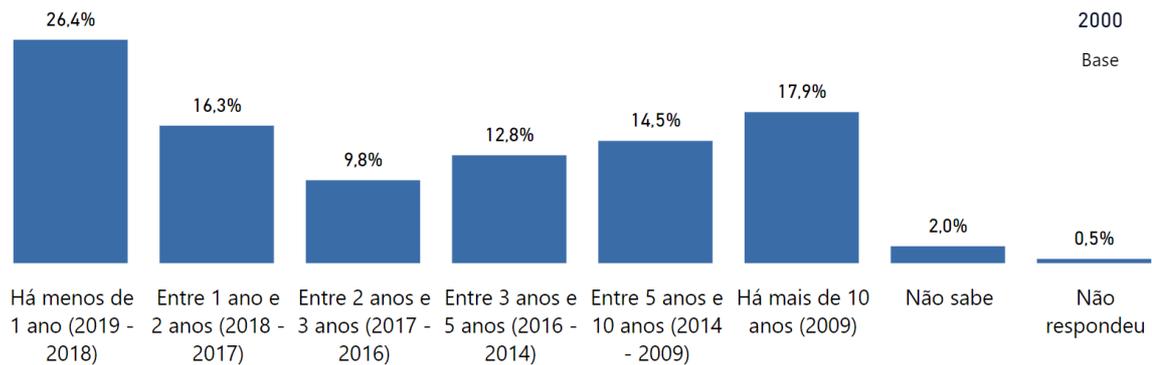


Gráfico 9 - Quando você deixou de ter uma moradia?

Outra questão relevante era que em relação ao local onde ficava a última moradia convencional, 67,6% declararam que ficava na cidade de São Paulo, e que após sair da moradia convencional 60,9% declararam que foram direto para as ruas e 26,6% declararam que foram direto para algum centro de acolhida. 11,3% declararam que não foram imediatamente para nenhum desses dois lugares.

Para estes 11,3% que responderam que não foram diretamente nem para as ruas, nem para algum centro de acolhida após perder a condição de ter uma moradia convencional, 25,8% relataram que foram morar em uma pensão/hotel ou cortiço. 20,9% responderam que foram morar na casa de parentes, 11,6% na casa de amigos, 11,1% nos locais de trabalho¹⁴, 4,9% relataram que foram para o sistema prisional, 4,0% relataram que foram para local de tratamento de saúde, 2,7% para casa de companheiro (a), 1,8% para orfanato/asilo/abrigo¹⁵, e 1,3% relataram ter ido para alguma ocupação. É relevante que o percentual de pessoas em situação de rua que passaram pelas ocupações seja tão baixo.

Em relação ao tempo de situação de rua, 26,0% relataram que estava em situação de rua a menos de 6 meses, 14,3% relataram que estavam em situação de rua de 6 meses a 1 ano, e 20,6% de 1 ano a 3 anos. 10,6% relataram que estavam nas ruas de 3 a 5 anos, 11% de 5 a 10 anos e 15,4% a mais de 10 anos. A soma dos que estão nas ruas a menos de 3 anos equivale a 60,9% do total de pessoas em situação de rua

¹⁴ Em geral guardadores de veículos, catadores de recicláveis e vendedores ambulantes.

¹⁵ Apesar de estas não serem as nomenclaturas adequadas atualmente para se referir a modalidade de serviços de acolhimento institucional, estes termos foram utilizados para facilitar o entendimento das pessoas entrevistadas.

na cidade. Já a soma daqueles que estão nas ruas a mais de 5 anos equivale a 26,4% do total.

3.6 Segurança alimentar e cotidiano

Questionados onde conseguiam os alimentos que consumiam 49,8% responderam que em algum serviço da Prefeitura de São Paulo, 22,7% que ganhavam de algum restaurante, lanchonete ou bar, 21,6% que recebem de algum grupo que distribui comida nas ruas, 18,2% relataram que comiam em restaurantes populares, também 18,2% relataram que ganhavam comida de pessoas nas ruas, 17,6% relataram que compravam a comida, 5,1% que comiam em lugares conhecidos como bocas de rango, 4,2% que comiam no trabalho, 2,7% que ganhavam em feiras ou supermercados e também 2,7% relatavam que catavam ou coletavam a comida. 1,8% relataram que faziam a própria comida. Chama atenção o baixo percentual de pessoas que preparam o próprio alimento.

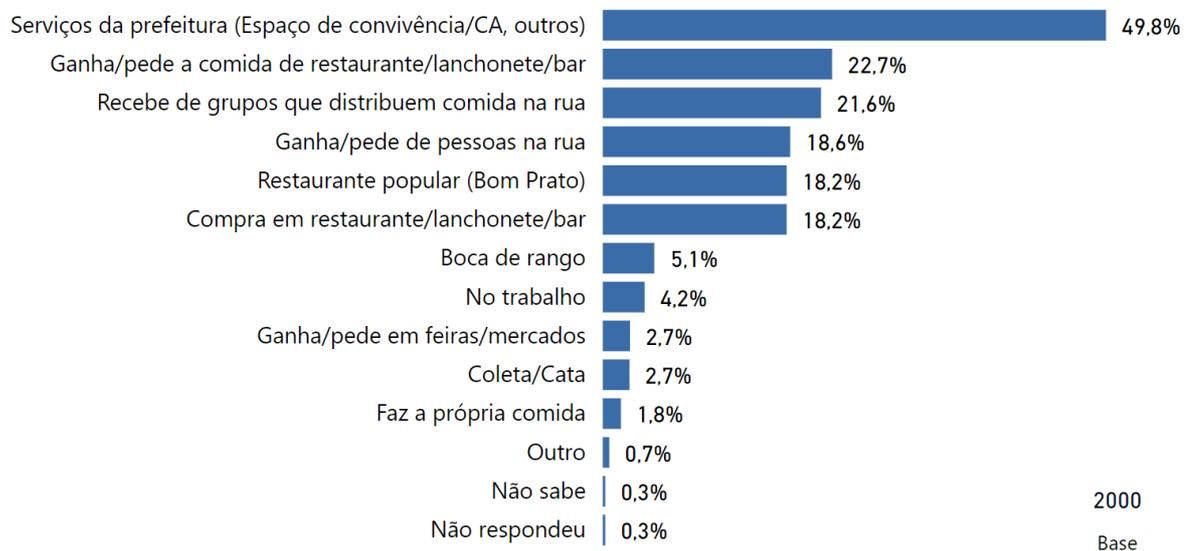


Gráfico 10 - Onde você costuma conseguir alimentos que consome?

Questionados também se haviam passado algum dia inteiro sem comer nada nos últimos 7 dias. 35,3% das pessoas entrevistadas responderam que sim¹⁶.

¹⁶ Em números absolutos isso significa que 8593 pessoas em situação de rua passaram pelo menos um dia inteiro sem se alimentar nos últimos 7 dias.

Perguntados sobre como faziam para se vestir, 36,0% recebiam roupas de doações de pedestres, 25,8% recebiam de centros de acolhida ou de espaços de convivência, 15,7% compravam em brechós e 2,8% relataram que não usavam roupas limpas. Também para conseguir chinelo ou outro tipo de calçado 40,2% das pessoas em situação de rua relataram que compravam calçados, 40,0%, que recebiam de doações de pedestres, 16,5% que recebiam em centros de acolhida ou de convivência, e 2,7% que não utilizavam calçados. No grupo de outros, que corresponde a 15,8% encontramos principalmente as alternativas: doações de igrejas, utiliza os que eram seus, recebem de doações, acham no lixo, recebem de familiares ou amigos.

Em relação ao acesso a água para beber 46,5% dos entrevistados relataram que conseguem água para beber em estabelecimentos comerciais e postos de gasolina, 38,2% que conseguem água para beber nos centros de acolhida e 17,4% nos centros de convivência. 14,4% conseguem água para beber nas estações de trem, metrô ou terminais rodoviários, 6,7% nas igrejas, 3,8% no trabalho e 3,0% em alguma sede projeto ou organização não governamental de apoio.

Já os principais lugares de acesso a água para realização de higiene pessoal e para lavar roupas são, os centros de acolhida, com 60,7%, os Núcleos de Convivência com 13,5%, os Postos de Gasolina e outros estabelecimentos comerciais com 6,4%, a casa de amigos com 4,1%, as igrejas com 3,5% e espaços pagos como rodoviária, e comércios.

Sobre os locais onde as pessoas em situação de rua fazem suas necessidades fisiológicas, foi perguntado especificamente onde costumam defecar. 43,2% relataram que utilizam os centros de acolhida, 32,0% utilizam banheiros públicos, 20,9% utilizam postos de gasolina ou estabelecimentos comerciais, 19,7% utilizam banheiros de metrô, 12,6% utilizam os centros de convivência e 10,7% defecam nas ruas o que equivale a 2605 pessoas. 3,9% defecam em seus ambientes de trabalho, 3,3% em igrejas, 2,9% em sacos plásticos, potes ou recipientes e 0,3% em caixas eletrônicas. Na categoria outros, os principais locais apontados foram, parques públicos, serviços de saúde (hospitais, AMA, CAPS, ou hospitais, casa de familiares ou amigos). Trata-se de uma necessidade fisiológica essencial e uma questão de saúde pública.

Para as pessoas do sexo feminino foi perguntado também se no período menstrual utilizavam absorventes ou coletores. 57,4% relatou que sim, utilizava absorventes ou coletores. 27,8% respondeu que não menstruava, 5,5% respondeu que utilizava absorventes, mas que as vezes utilizava também pedaços de panos ou papéis, 4,8% respondeu que não utilizava nada, 2,4% respondeu que não utilizava absorventes, mas pedaços de panos ou papéis.

Perguntadas como faziam para conseguir os absorventes ou coletores, as pessoas do sexo feminino entrevistadas responderam que 36,1% pegam nos centros de acolhida, centros de convivências ou projetos, 35,5% compravam e 24,0% pediam nas ruas ou recebiam de doações.

Já em relação as alternativas de diversão utilizadas pelas pessoas em situação de rua, 25,8% dos entrevistados relataram que não se divertem, 22,5% relataram frequentar parques públicos, 12,4% relataram consumir bebidas alcoólicas para se divertir, 11,2% relataram participar de atividades culturais, 7,8% frequentam roda de amigos ou conhecidos nas ruas, 7,3% participam de shows públicos, 6,9% utilizam drogas para se divertir, 5,7% participam de jogos de rua, 3,7% fazem sexo para se divertir e 3,2% frequentam centro de convivências para se divertir. Na categoria outros, as principais variáveis foram frequentar bibliotecas (0,16%), encontrar familiares (0,14%), ir a igrejas (0,13%), ir a baladas (0,12%), frequentar bares e restaurantes (0,12%) também. Outras opções indicadas no campo outros foram assistir televisão, acessar a internet, andar na rua e frequentar cinema e shopping.

Perguntados(as) também se tinham animais de estimação. 14,1% das pessoas em situação de rua responderam que tinham animais de estimação, e 85,3% declararam não ter animais de estimação.

3.7 Trabalho e renda

Sobre a área ou setor de trabalho e renda foram realizadas perguntas que buscavam identificar as condições de trabalho anteriores e posteriores a situação de rua, bem como as alternativas de renda. Antes de estar em situação de rua apenas 4,2% dos entrevistados relataram que não trabalhavam. 18,9% relataram que trabalhavam na

área de construção civil, 16,6% trabalhavam em serviços de limpeza/cozinha, 13,1% trabalhavam no comércio formal, 12,9% eram ajudantes em geral, 9,3% na indústria, 6,9% trabalhavam em serviços de zeladoria, portaria ou vigia, 6,3% em serviços de transporte, 5,0% em serviços administrativos, entre outros, conforme o gráfico a seguir.



Gráfico 11 - Antes de morar na Rua/Centro de Acolhida no que você trabalhava?

Sobre a formalização do vínculo de trabalho através de registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CPTS), 75,7% relataram já ter trabalhado com registro em carteira de trabalho, e 24,1% relataram que nunca trabalharam com registro em carteira. Em relação ao período de tempo desde a última vez trabalhada com registro em carteira, 9,6% relataram que isso ocorreu a menos de 6 meses, 9,0% de 6 meses

a 1 ano, 20,6% de um ano a 3 anos, 17,2% de 3 a 5 anos, 17,5% de 5 a 10 anos, 23,5% há mais de 10 anos.

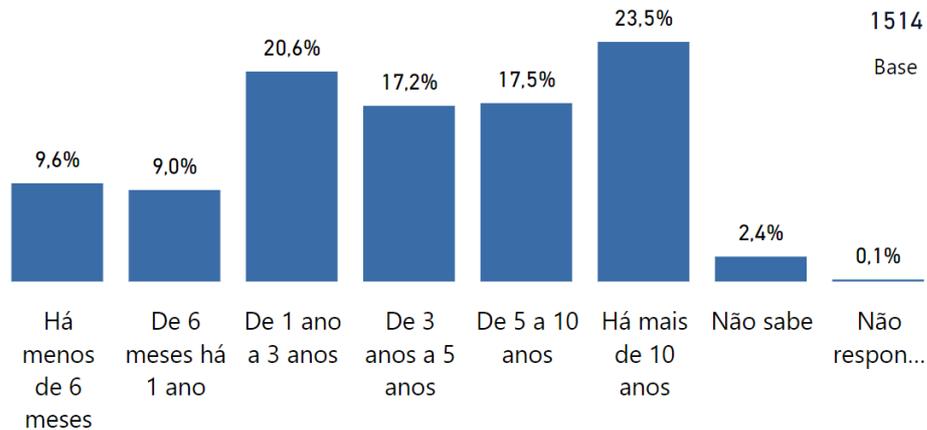


Gráfico 12 - Quando foi a última vez que você teve carteira assinada?

Em relação a condição atual frente ao trabalho, 44,0% dos entrevistados(as) responderam que estavam desempregados ou que não trabalhavam, 36,3% responderam que estavam fazendo bicos, 11,0% responderam que trabalhavam por conta própria, 4,4% respondeu que estava trabalhando sem registro em CTPS, 2,6% responderam que estavam empregados com registro em carteira, e 0,8% responderam que estavam no programa operação trabalho. No censo de 2015 o percentual dos que trabalhavam com registro em carteira era de 7,2% para o grupo de acolhidos e 2,2% para o grupo de pessoas vivendo nas ruas, já o percentual de trabalhadores empregados sem registro em carteira era de 10,7% para o grupo dos acolhidos e 2,6% para o grupo de pessoas vivendo nas ruas, e o percentual de pessoas trabalhando por conta própria era de 57,7% para o grupo de acolhidos e 73,8% para o grupo de pessoas vivendo nas ruas. Em 2015 ainda, apenas 26% dos acolhidos, e 21% das pessoas vivendo nas ruas não trabalhavam.



Gráfico 13 - Atualmente você está

No que se refere a renda das pessoas em situação de rua, 18,9% dos entrevistados(as) responderam que tinham renda inferior a R\$ 119,00 reais por mês¹⁷, 9,7% tinham renda entre R\$ 120,00 e R\$ 239,00 reais¹⁸, 18,8% tinham renda de R\$ 240,00 até R\$ 658,00 reais¹⁹ por mês e 10,0% tinham renda entre R\$ 659,00 até R\$ 997,00 reais²⁰ por mês. 15,1% declararam ter renda de R\$ 997,00 até R\$ 1.996,00, 2,9% declararam ter renda entre R\$ 1.997,00 até R\$ 2.994,00, 2,7% declararam ter renda acima de R\$ 2.994,00 por mês, e 15,0% declararam não ter renda nenhuma. A época da pesquisa o valor do salário mínimo nacional era de R\$ 997,00 reais. A soma dos (as) entrevistados (as) que recebiam até um salário mínimo era de 57,4%. Chama atenção que uma parcela da população em situação de rua na cidade declare não ter nenhuma renda e também o fato de que, 20,7% das pessoas em situação de rua declarem receber valores superiores ao salário mínimo nacional, sendo que no total 5,6% declararam receber mais de 2 salários mínimos.

¹⁷ O Banco Mundial utiliza a faixa de US\$ 1 dólar por dia por pessoa como linha de indigência (renda suficiente para comprar apenas os alimentos necessários para repor os gastos energéticos). Valores referentes a cotação do dólar a R\$ 3,96 quando da preparação da pesquisa.

¹⁸ O Banco Mundial utiliza a faixa de US\$ 2 dólares por dia por pessoa como linha de pobreza extrema (renda considerada suficiente para satisfazer as necessidades mínimas dos moradores de um domicílio). Valores referentes a cotação do dólar a R\$ 3,96 quando da preparação da pesquisa.

¹⁹ O Banco Mundial utiliza a faixa de US\$ 5,5 dólares por dia por pessoa como linha de pobreza em países de renda média alta como o Brasil, (renda considerada suficiente para satisfazer as necessidades básicas dos moradores de um domicílio). Valores referentes a cotação do dólar a R\$ 3,96 quando da preparação da pesquisa.

²⁰ Valor limite de R\$ 997,00 era o valor de um salário mínimo nacional quando da realização de pesquisa.

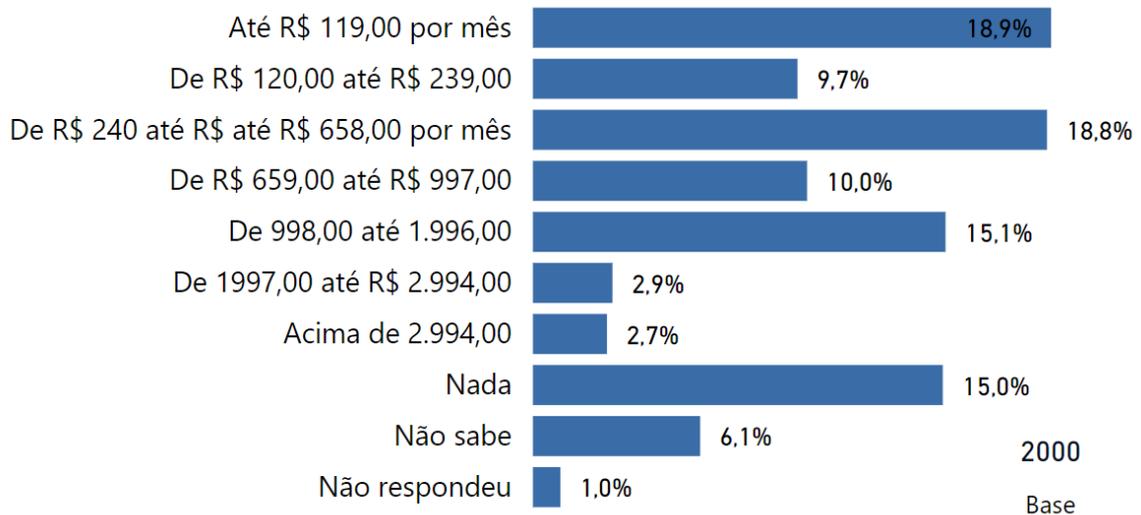


Gráfico 14 - Quanto você ganha por mês (juntando todas as rendas)?

No censo de 2015, a renda mensal média obtida pelos acolhidos que disseram trabalhar com carteira assinada era de R\$ 1.024,00 e a mediana R\$ 967,0012. A média estimada, ultrapassava o salário mínimo vigente em 2015²¹, assim como a mediana. O valor mínimo encontrado foi R\$ 500,00 e o máximo foi de R\$ 2.000,00. Já entre as pessoas em situação de rua que vivem nas ruas e declararam trabalhar com carteira assinada o valor mínimo declarado encontrado foi de R\$ 700,00 e o máximo de R\$ 1.800,00.

Quando perguntados o que faziam para ganhar dinheiro, os(as) entrevistados(as) apresentaram as seguintes respostas, 19,9% eram catadores de recicláveis, 14,5% eram ajudantes gerais, 13,8% comerciantes ambulantes, 9,4% pediam esmolas, entre outros motivos, conforme o gráfico a seguir.

²¹ O Valor do salário mínimo a época era de R\$ 788,00.



Gráfico 15 - E o que você faz para ganhar dinheiro?

Sobre como as pessoas em situação de rua gastavam dinheiro, foi perguntado aos entrevistados com o que haviam gasto dinheiro no dia da entrevista. 41,4% relataram que não haviam gastado dinheiro naquele dia, 33,6% relataram que gastaram dinheiro com comida, 13,5% relataram que gastaram com bebidas alcoólicas, 10,4% com cigarros, 10,2% com drogas ilícitas, 9,9% com refrigerantes, águas ou sucos, 4,5% com produtos de higiene, 2,8% com transporte público e 1,3% com remédios. Na categoria outros os principais registros foram compra de café, roupas, celular e doces.

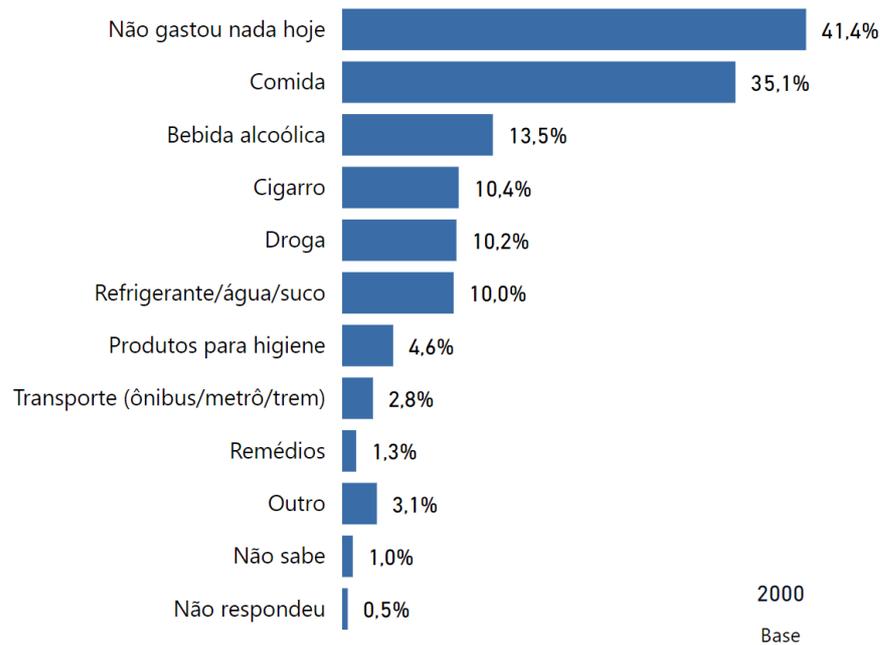


Gráfico 16 - Com o que você gastou dinheiro hoje?

Sobre o recebimento de benefícios socioassistenciais, 47,0% declararam não receber nenhum tipo de benefício, 44,9% declararam receber algum benefício de transferência de renda condicionada tipo o Programa Bolsa Família, 3,9% declararam receber Benefício de Prestação continuada (BPC), 3,0% aposentadoria ou pensão, 0,9% auxílio doença, 0,7% auxílio aluguel, e 0,5% seguro desemprego.

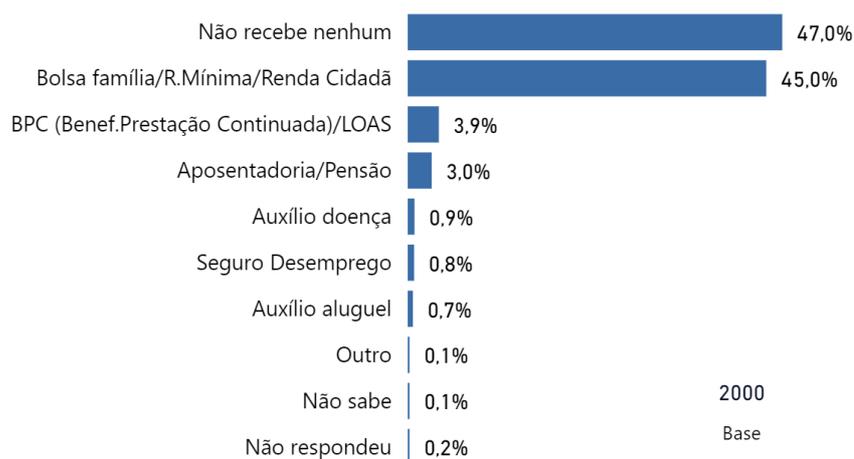


Gráfico 17 - Você recebe algum destes benefícios?

Para finalizar o bloco foi perguntado também se os(as) entrevistados(as) já haviam participado de algum curso profissionalizante. 53,2% responderam que sim e 46,6% responderam que não.

3.8 Saúde

Os dados apresentados são decorrentes das declarações das pessoas entrevistadas, e apresentam alguns limites: as informações representam a percepção do entrevistado, não se sabe, se os entrevistados têm diagnósticos médicos fundamentados em exames diagnósticos para as enfermidades declaradas, ou se eles percebem tais enfermidades. As questões apresentadas não tinham como objetivo aprofundamentos em situações como, por exemplo, no caso do diabetes, se o(a) entrevistado(a) estava em acompanhamento ou não, se o diabetes estaria controlado ou descompensado, se o entrevistado fazia ou não uso de insulina, etc.

Outras simplificações também foram necessariamente adotadas, como, por exemplo, no caso das doenças mentais, onde foi perguntado se a pessoa tinha depressão ou doença dos nervos. Essas simplificações foram necessárias para viabilizar as respostas dos entrevistados, elas resultaram da experiência dos pré-testes e também foram submetidas ao crivo das áreas de interesse no governo municipal.

A primeira questão apresentada nesse bloco era onde os(as) entrevistados(as) procuravam auxílio para resolverem seus problemas de saúde. Essa questão permitia mais de uma resposta. 69,0% dos(as) entrevistados(as) responderam procurar postos de saúde, Unidades Básicas de Saúde ou o serviço de Assistência Médica Ambulatorial (AMA), 43,9% relataram procurar prontos socorros ou hospitais, 18,2% relataram procurar agentes do consultório na rua ou de saúde, 16,2% relataram procurar os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), 13,4% procuram farmácias e 9,1% declararam não fazer nada para resolver seus problemas de saúde. Destaca-se a grande incidência de procura pelos serviços de saúde formais. Isso pode indicar o reconhecimento que as pessoas em situação de rua têm desses componentes do Sistema Único de Saúde (SUS).

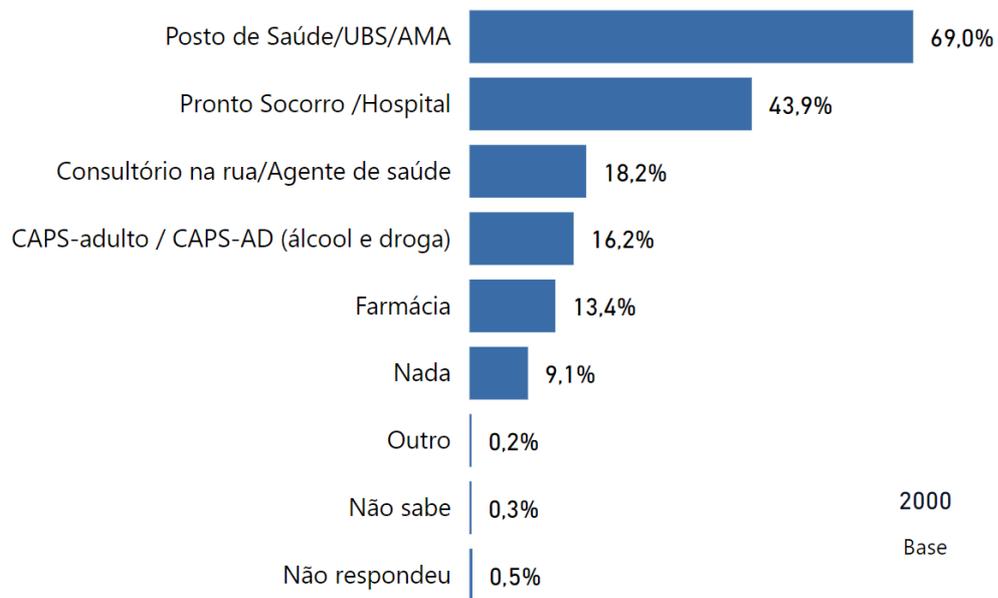


Gráfico 18 - Para resolver seus problemas de saúde, você procura?

Sobre as doenças infecciosas e condições crônicas, 31,1% informaram ter depressão/doença dos nervos, 25,7% problemas de saúde bucal (dor de dente, inflamação nas gengivas, etc), 25,7% com dores crônicas (artrite/reumatismo, dor na coluna, etc), consequências de acidentes, 21,5%, doenças respiratórias com 18,9%, doenças no aparelho digestivo com 18,1%. O gráfico a seguir apresenta os problemas de saúde da população em situação de rua.



Gráfico 19 - Problemas/condições de saúde

Sobre a gestação e acompanhamento pré-natal, foi perguntado as pessoas entrevistadas do sexo feminino se estavam grávidas e se faziam acompanhamento pré-natal. 7,2% das entrevistadas declararam estar grávidas, das quais 61,9% afirmaram que estavam fazendo acompanhamento pré-natal e 38,1% declararam não estar fazendo o acompanhamento pré-natal.

3.9 Orientação sexual

Sobre orientação sexual, identidade de gênero e uso de preservativos. 87,7% das pessoas em situação de rua entrevistadas se declararam heterossexuais, 4,6% se declararam homossexuais, 3,4% declararam ser bissexuais, 2,4% preferiram não responder, 1,9% declararam que não sabiam sua orientação sexual, e 0,1 declararam ter outra orientação sexual.

No que se refere a identidade de gênero, 95,8% declararam ser cisgêneros²², 1,5% se declararam mulheres transgêneros, 09% declararam ser travestis, 0,5% declararam ser homens transgêneros, 0,9% declararam que não sabiam sua identidade de gênero, e 0,6% preferiram não responder.

Já em relação ao uso de preservativos 48,9% relataram que sempre fazem o uso de preservativos, 19,4% relataram que usam preservativos às vezes, 15,2% relataram que não utilizam porque não gostam, 8,2% responderam que não fazem sexo, 2,9% relataram usam porque o(a) parceiro(a) não gosta, 2,0% responderam que não usam e não dizer o porquê não usam, 1,1% não responderam, 1,0% não usam porque esquecem, 0,9% não usam porque não tem os preservativos e 0,5% não sabem se usam preservativos.



Gráfico 20 - Quando você faz sexo você usa preservativo/camisinha?

3.10 Deficiência

Perguntados se tinham alguma dificuldade permanente para enxergar 52,8% responderam que não tinham dificuldade permanente para enxergar, 29,5% declararam que tinham dificuldade para enxergar, e que não usavam óculos, 11,3% relataram ter alguma dificuldade para enxergar mesmo usando óculos, 5,1% relataram

²² Em estudos de gênero, é um termo para pessoas cuja identidade de gênero corresponde ao gênero que lhes foi atribuído no nascimento. Por exemplo, alguém que se identifica como mulher e foi designada como mulher ao nascer é uma mulher cisgênero. O termo cisgênero é o oposto da palavra transgênero.

ter grande dificuldade para enxergar mesmo usando óculos, e 1,1% declararam que não enxergavam de modo algum.

A respeito de dificuldades para ouvir, 81,8% declararam não ter dificuldade nenhuma para ouvir, 14,9% declararam que tinham dificuldades para ouvir, mas que não faziam uso de aparelho auditivo, 2,0% declararam que tinham alguma dificuldade para ouvir mesmo usando aparelho auditivo, e 0,7% declararam que tinham grande dificuldade para ouvir mesmo usando aparelho auditivo.

Sobre dificuldades permanentes para caminhar ou subir degraus, 74,3% declararam não ter nenhuma dificuldade, 18,5% declararam ter dificuldade e não fazer uso de aparelho auxiliar para se locomover, 3,6% declararam ter alguma dificuldade mesmo fazendo uso de aparelho auxiliar, 2,5% declararam ter grande dificuldade mesmo usando aparelho auxiliar e 0,9% declararam que não conseguem caminhar ou subir degraus de modo algum. Além disso, 5,1% dos(as) entrevistados(as) declararam que faziam uso de cadeiras de rodas, muletas, andador ou bengalas para se locomover.

3.11 Uso de álcool e drogas

Questionados se antes de morar nas ruas os entrevistados faziam uso de drogas, e de quais drogas faziam uso²³, 68,9% declararam fazer uso de cigarro antes de morar nas ruas, 68,2% declararam fazer uso de bebidas alcólicas, 40,1% declararam fazer uso de maconha, 35,6% declararam fazer uso de cocaína, 23,9% declaram fazer uso de crack, 13,4% declararam fazer uso de inalantes, 2,4% declararam fazer uso de outras substâncias, e apenas 12,6% declararam não fazer uso de nenhum tipo de drogas.

²³ A questão permitia mais de uma resposta.

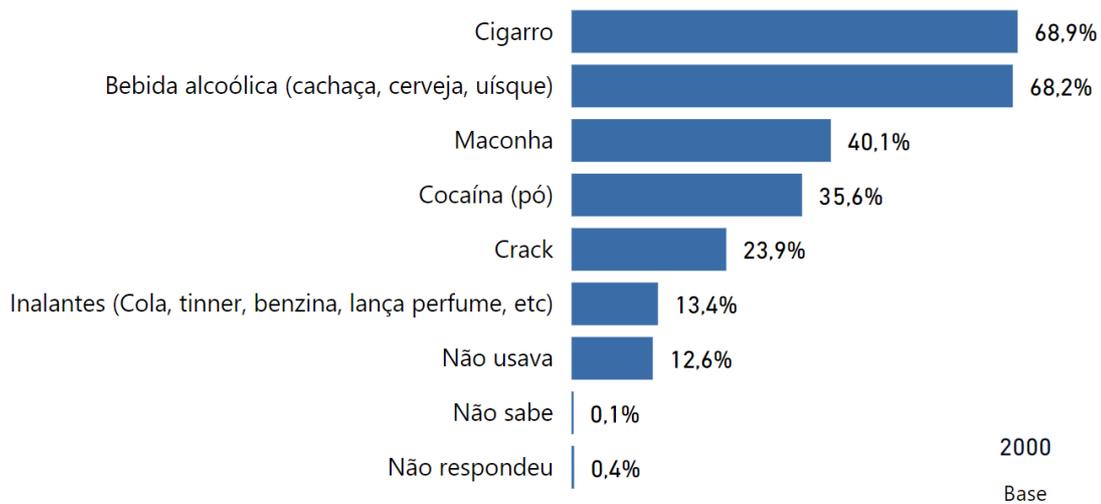


Gráfico 21 - Antes de morar na rua você usava?

Sobre o uso de drogas atualmente, 65,0% declararam que faziam uso de cigarros, 56,1% declararam fazer uso de bebidas alcoólicas, 28,9% declararam fazer uso de maconha, 22,3% declararam fazer uso de cocaína, 18,9% declararam fazer uso de crack, 5,3% declararam fazer uso de inalantes, 0,9% declararam usar outras substâncias e 17,3% declararam que não faziam uso de nenhuma substância. Esta questão permitia mais de uma resposta. Observa-se que houve redução do uso de drogas em todas as categorias após a situação de rua.

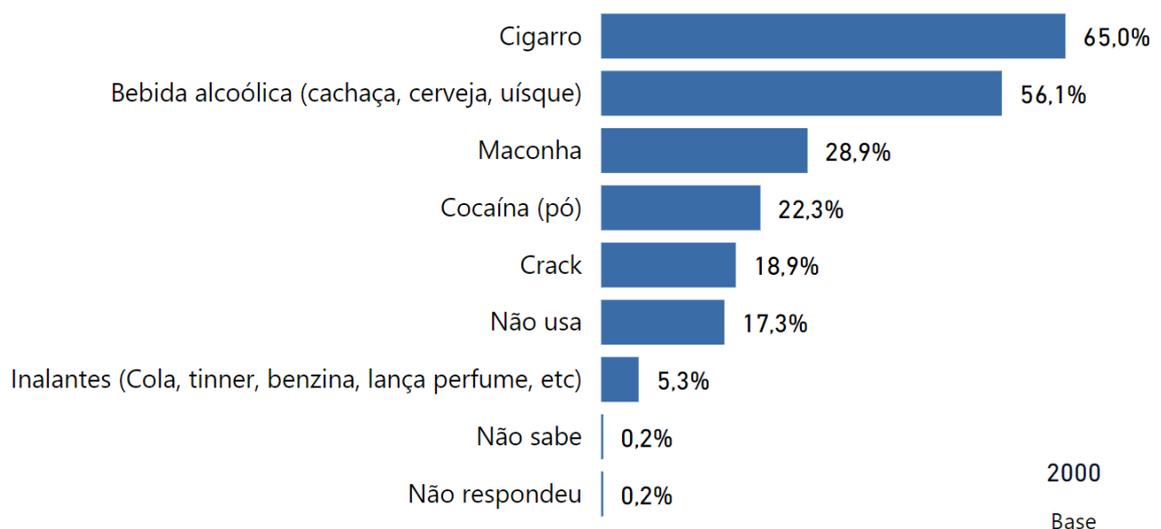


Gráfico 22 - E atualmente você usa?

Sobre a frequência do uso de bebidas alcoólicas, 36,6% declararam fazer uso de álcool todos os dias, 35,8% alguns dias por semana e 25,5% menos de uma vez por semana.



Gráfico 23 - Você usa bebida alcoólica?

Sobre o uso de drogas ilícitas, 39,0% declararam fazer uso de drogas todos os dias, 37,1% declararam fazer uso de drogas alguns dias por semana, e 20,9% declararam fazer uso de drogas menos de uma vez por semana.

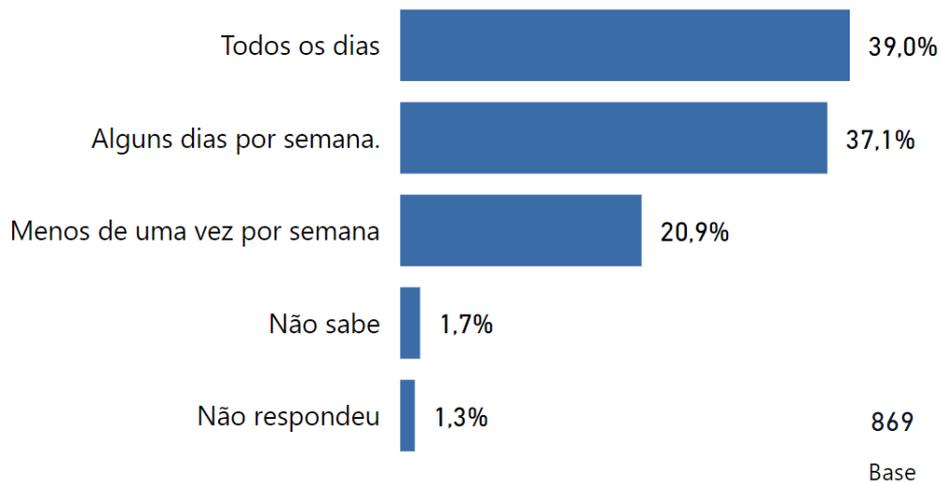


Gráfico 24 - Você usa drogas?

Sobre o uso de crack, perguntou-se ainda, quantas pedras de crack eram utilizadas por dia. A média foi de 14,7 pedras por dia.

3.12 Internação em Instituições

As pessoas em situação de rua entrevistadas foram perguntadas também sobre sua eventual passagem por algumas instituições, tais como penitenciárias e outras

instituições do sistema prisional ou de justiça, orfanatos, internatos ou abrigos, clínicas ou instituições psiquiátricas e clínicas para recuperação de dependentes químicos entre outras. 40,5% das pessoas entrevistadas informaram que não haviam passado por nenhuma das instituições perguntadas. 32,1% declararam já ter sido internados em clínicas para tratamento de dependência química, 31,2% declararam já terem sido privados de liberdade em instituições do sistema prisional, 13,4% declararam serem egressos de serviços de acolhimento institucional como os abrigos, internatos e orfanatos²⁴, 13,0% declararam já ter passado por internação psiquiátrica, e 11,9% declararam ter passagem pelo sistema sócio educativo, Fundação Casa e extinta FEBEM²⁵, 0,4% declararam ter passado pro asilos.



Gráfico 25 - Você já esteve em alguma destas Instituições?

3.13 Cidadania

No bloco denominado de cidadania, foram feitas perguntas aos entrevistados sobre o acesso a lugares públicos e sobre violências sofridas. Perguntou-se, se os(as) entrevistados(as) teriam alguma vez, após a condição de situação de rua, sido

²⁴ Atualmente essas nomenclaturas não são mais adequadas, todavia optou-se por utiliza-las para facilitar o entendimento dos entrevistados.

²⁵ Idem nota anterior.

impedidos de entrar em alguns lugares, dentre os quais bares e lanchonetes, shoppings, transporte coletivo, bancos, órgãos públicos, equipamentos culturais, e serviços de saúde ou assistência social.

A maior parte das pessoas em situação de rua, 67,3% declarou nunca ter sido impedida de entrar em nenhum dos lugares mencionados. 19,3% declararam terem sido impedidos(as) de entrar em bares, lanchonetes ou restaurantes, 13,2% declararam terem sido impedidos de entrarem em shoppings, 13,0% declararam terem sido impedidos de entrarem em transportes coletivos (trem, metrô, ônibus), 10,5% declararam terem sido impedidos de entrar em bancos, 7,6% declararam terem sido impedidos de entrarem em órgãos públicos, 6,2% declararam ter sido impedidos de entrar em equipamentos culturais, 4,2% declararam ter sido impedidos de entrar em serviços de saúde e 4,0% declararam ter sido impedidos de entrar em serviços de assistência social.



Gráfico 26 - Você já foi impedido de entrar em algum desses locais?

Sobre a violência sofrida, foi perguntado aos entrevistados(as) se já teriam sofrido violências praticadas por alguns autores como comerciantes, policiais, guardas civis, agentes públicos e familiares. 39,8% dos entrevistados relataram ter sofrido violência por parte de policiais, 27,5% de outras pessoas em situação de rua, 26,9% por parte dos guardas civis municipais, 22,6% de pessoas que passam nas ruas, 21,7% da família. O gráfico a seguir apresenta o detalhamento.

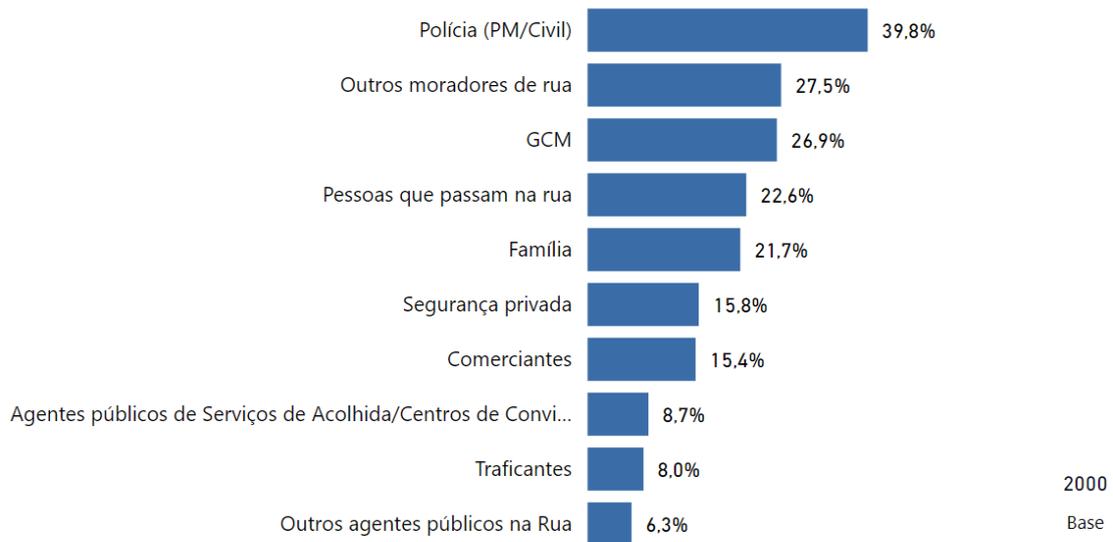


Gráfico 27 - Desde que está em situação de rua, por parte de quem você sofreu algum desses tipos de violência:

Nota-se que os três principais agentes agressores apontados são a Polícia Militar, 39,8% dos entrevistados relatando já ter sofrido alguma violência por parte dessa instituição, outras pessoas em situação de rua, com 27,5%, e praticamente empatados a Guarda Civil Metropolitana com 26,9% e outras pessoas que passam nas ruas, com 22,6%. Destaca-se que em seguida a família é indicada como agressora, com 21,7% das pessoas em situação de rua tendo declarado já ter sofrido algum tipo de violência por parte de membros da família.

Quando perguntados sobre o tipo de violência sofrida, em relação a polícia Militar 71,7% dos (as) que declararam ter sofrido violências por parte da polícia indicaram que sofreram agressões físicas corporais, 53,8% declararam ter sido vítimas de violências verbais, 11,3% foram vítimas de preconceitos, 11,3% foram vítimas de ações de dispersão, 6,9% foram retirados a força das ruas, 6,7% tiveram seus pertences retirados a força por agentes deste órgão, 5,2% relataram ter sofrido agressões graves por meio de arma de fogo, arma branca ou queimaduras praticadas por agentes da polícia, 3,8% declararam ter sido roubados por policiais e 1,3% ainda declararam ter sofrido abuso sexual por parte da polícia.

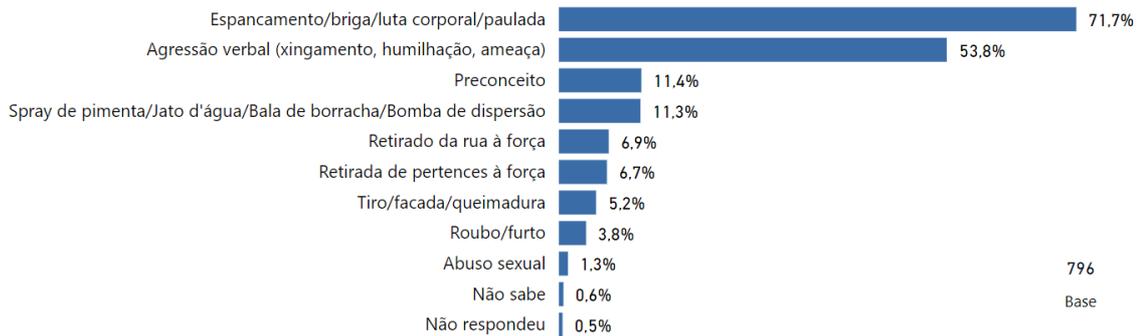


Gráfico 28 - Polícia (PM/Civil)

Já em relação as violências praticadas por agentes da Guarda Civil Metropolitana, as agressões físicas foram indicadas por 66,4% dos (as) entrevistados, e as agressões verbais por 51,9%, 13,9% declararam ter sido vítimas de ações de dispersão, 11,3% tiveram seus pertences retirados a força por agentes desse órgão, 9,7% declararam ter sofrido preconceito, 3,9% violências físicas graves, 3,9% foram roubados (as) ou furtados (as) por guardas civis, e 0,7% declararam ter sofrido abuso sexual.

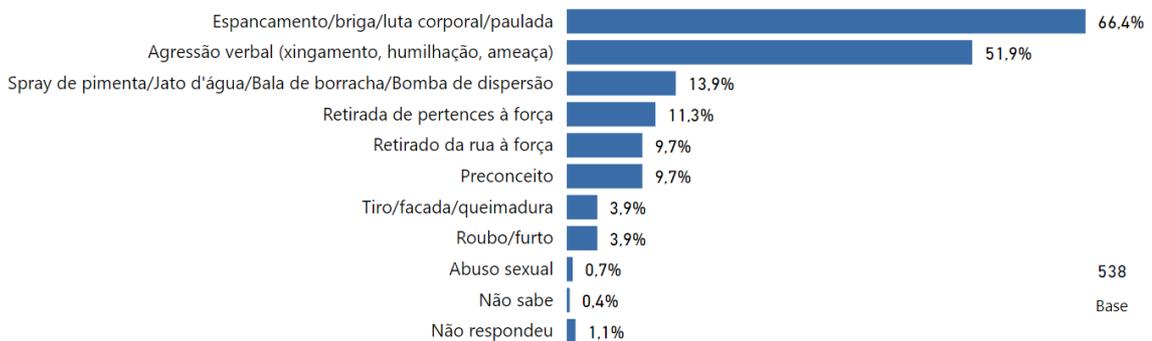


Gráfico 29 - GCM

Em relação as pessoas que passam pelas ruas, das violências sofridas pela população em situação de rua praticada por essas pessoas, 59,9% declararam ter sido vítimas de agressões verbais, 38,1% de agressões físicas, 17,7% de preconceito, 8,2% de roubos/furtos, 3,3% de agressões físicas graves, 2,9% de alguma ação de dispersão, 2,9% de abuso sexual, e 2,4% de ter sido retirados a força de seus lugares.



Gráfico 30 - Pessoas que passam na rua

Em relação as violências sofridas por outras pessoas em situação de rua, as agressões físicas foram registradas por 57,6%, as agressões verbais por 48,2%, o roubo e o furto por 13,6%, o preconceito por 6,0%, as agressões físicas graves por 4,7%, a retirada de pertences a força por 3,3%, o abuso sexual por 3,1%, a retirada a força das ruas por 2,7% e as ações de dispersão por 0,9%.

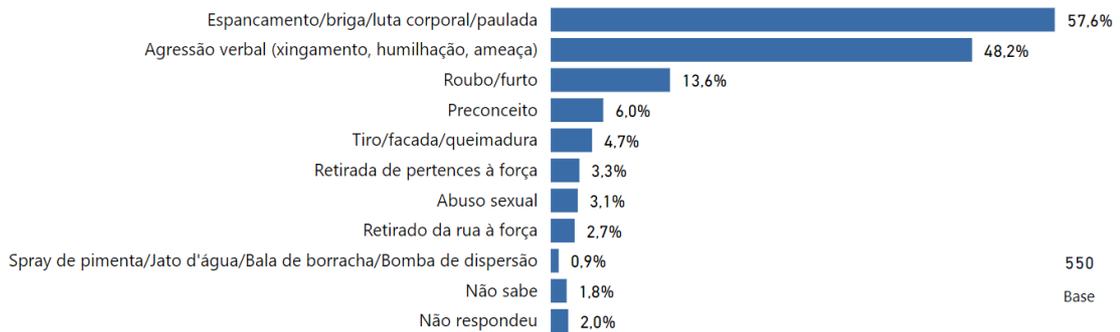


Gráfico 31 - Outros moradores de rua

Por parte dos comerciantes, a principal violência foi a agressão verbal, com 65,5%, seguida pelas agressões físicas, com 30,0%, e pelo preconceito com 22,8%. A retirada a força das ruas aparece com 8,8%, a retirada dos pertences a força com 4,2%, as ações de dispersão com 2,9%, o roubo ou furto com 1,6%, o abuso sexual com 1,0% e as agressões físicas graves, com 1,0%.



Gráfico 32 - Comerciantes

Em relação as situações de violências sofridas pela população em situação de rua, praticadas por seguranças privados, as agressões verbais, parecem com 57,0%, as agressões físicas com 44,0%, o preconceito com 18,0%, a retirada a força com 10,8%, a retirada de pertences a força com 3,2%, as ações de dispersão com 2,5%, as agressões físicas graves com 1,6%, os roubos/furtos com 1,3% e o abuso sexual com 0,6%.



Gráfico 33 - Segurança privada

Por parte de traficantes a violência mais comum é a agressão física, com 54,7%, seguida pela agressão verbal com 52,8%. Os roubos ou furtos são responsáveis por 5,0% dos relatos, 4,4% relataram violências físicas graves por meio de armas, ou queimaduras, 3,8 relataram ter sido vítimas de preconceitos, 2,5% foram retirados a força, 1,3% vítimas de ações de dispersão, e 0,6% vítimas de abuso sexual.

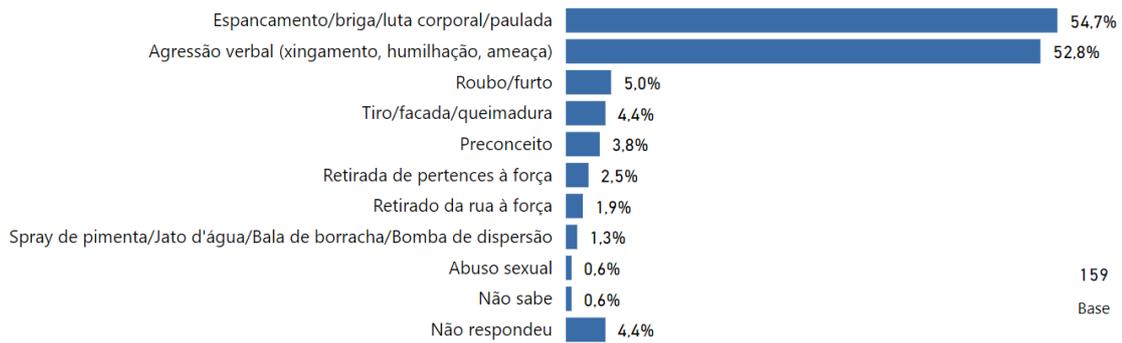


Gráfico 34 - Traficantes

Em relação as violências praticadas por agentes públicos dos centros de acolhida ou centros de convivência, a principal queixa das pessoas em situação de rua que declararam ter sido vítimas de violência por parte desses agentes, foi a agressão verbal, com 68,8%, seguida pela agressão física, com 21,4% e do preconceito também com 21,4%. A retirada da rua a força foi registrada por 8,7%, o roubo ou furto por 5,2%, a retirada de pertences a força por 4,6%, o abuso sexual por 3,5% e a violência física grave por 2,3%, seguida pelas ações de dispersão por 2,3%.



Gráfico 35 - Agentes públicos de Serviços de Acolhida/Centros de Convivência

Sobre as violências praticadas por outros agentes públicos nas ruas, a agressão verbal aparece em primeiro lugar, sendo registrada por 52,0% dos (as) entrevistados (as), 36,0% relataram ter sido vítimas de agressões físicas, 23,2% foram vítimas de preconceitos, 10,4% foram retirados das ruas a força e também tiveram seus pertences retirados a força. 5,6% declararam ter sido vítimas de roubos ou furtos, 4,8% vítimas de agressões físicas graves, 4,0% vítimas de ações de dispersão, e 3,2% vítimas de abuso sexual.



Gráfico 36 - Outros agentes públicos na Rua

Para finalizar o bloco sobre as violências, verifica-se que a violência mais sofrida por parte de membros da família é a agressão verbal, que foi relatada por 62,9% dos entrevistados, seguida pela violência física que foi relatada por 46,3% dos(as) entrevistados(as). O preconceito aparece logo em seguida com 12,2% e o abuso sexual aparece em quarto lugar com 6,5%. As agressões graves aparecem com 5,3%, seguidas por roubos ou furtos e pela retirada de pertences a força, ambos com 2,8%. Finalmente a retirada da força da rua é registrada com 2,3% e as ações de dispersão com 0,9%.



Gráfico 37 - Família

Nota-se que o maior percentual de agressão física foi atribuído a Polícia Militar. Assim, 71,1% das queixas foram relacionadas às violências sofridas por parte desta instituição. A agressão verbal é a principal queixa de violências praticadas por agentes públicos dos centros de acolhida ou serviços de convivência, com 68,8%, e o preconceito é a principal queixa contra outros agentes públicos que atuam nas ruas, com 23,2%. As ações de retirada das ruas a força (9,7% CGM X 6,9% PM), retirada de pertences a força (11,3% CGM X 6,7% PM) e o uso de meios de dispersão como

jetos de água, bombas de gás e balas de borracha (13,9% CGM X 11,3% PM), foram atribuídas em valores superiores a GCM em relação a PM. Os percentuais mais elevados de abusos sexuais foram atribuídos a membros da família, com 6,5%. A família também foi responsável pelos indicadores mais elevados de violências físicas graves (tiro, facada, queimadura, etc.), com 5,3%, seguida pela polícia com 5,2%. Entre as violências praticadas por outras pessoas em situação de rua, os roubos e furtos, aparecem com 13,6%.

3.14 Participação social, atendimento em serviços públicos e superação da situação de rua

O próximo bloco trazia questões sobre as possibilidades de participação social, o acesso a alguns serviços públicos e a indicação de uma prioridade para promover a superação da Situação de rua.

Sobre a participação foi perguntado aos(as) entrevistados(as) se participavam de movimentos sociais e outras atividades comunitárias. 13,5% dos entrevistados declararam participar de algum movimento de população em situação de rua, 10,1% declararam participar de movimento de catadores de materiais recicláveis, 13,8% declararam participar de movimento por luta de moradia, 6,4% declararam participar de movimento LGBTQ+, 7% declararam participar de movimentos de mulheres, 6,3% declararam participar de outros movimentos.

Além disso, 8% dos (as) entrevistados (as) declararam participar de conselhos participativos, 10,4% declararam participar de atividades em escolas, 31,7% declararam participar de instituições religiosas, 6,1% de cooperativas e 6,1% de associações.



Gráfico 38 - Você participa de:

Sobre o acesso a serviços públicos que deveriam atender as pessoas em situação de rua, foi perguntado, se nos últimos 6 meses os(as) entrevistados(as) teriam sido atendidos(as) em alguns dos serviços públicos listados. 57,3% declararam ter sido atendidos(as) em centros de acolhida, 36,1% declararam ter sido atendidos(as) nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), 30,2% declararam ser atendidos(as) em núcleos de convivência, 29,8% declararam ser atendidos(as) em equipamentos de saúde, 22,9% declararam ser atendidos nos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS), 19,3% pelo consultório na rua, 15,7% pelo Centro de Apoio ao Trabalho e ao Emprego (CATE), 15,2% em defensorias públicas, 10,5% declararam ser atendidos(as) pelo Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS), 7,5% declararam ser acompanhados(as) por serviços de catadores de recicláveis, 7,3% por serviços de Ouvidorias de Direitos Humanos, 3,9% declararam ser atendidos (as) por Centro de Referência LGBTQ+, 3,3% por Conselho Tutelar, 2,7% pelo Centro de Referência de Atendimento para Imigrantes (CRAI), 2,1% por Centros de Referência para a Mulheres e 19,0% declararam não ter sido atendido(a) por nenhum desses serviços nos últimos 6 meses.

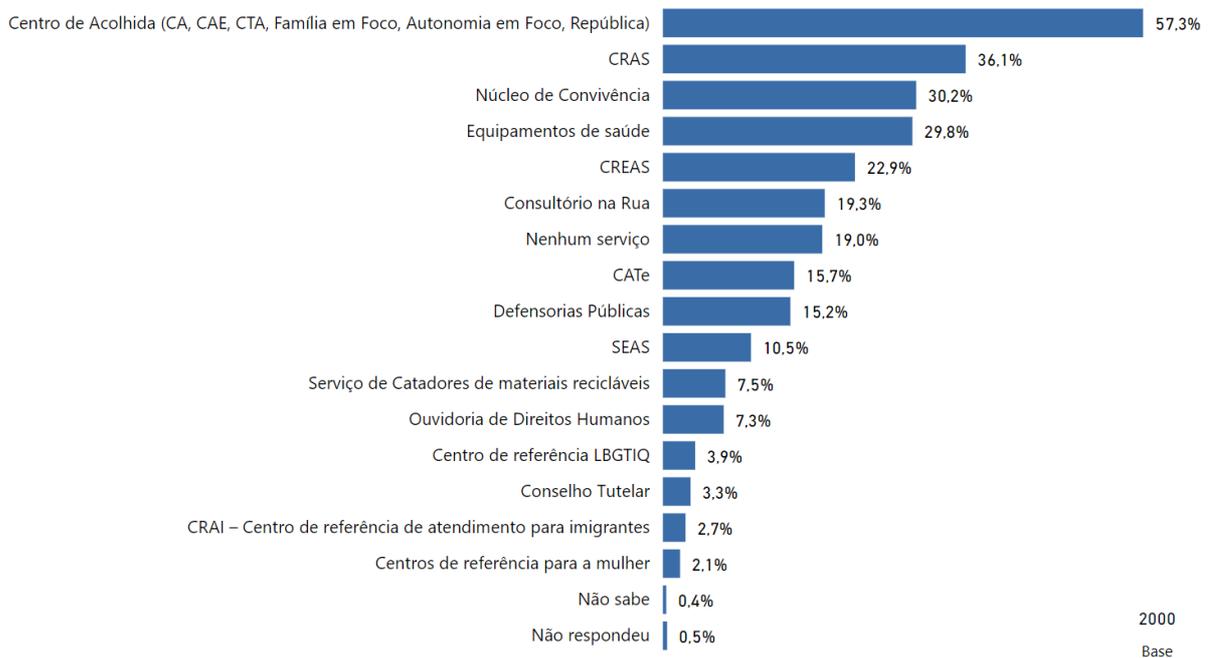


Gráfico 39 - Nos últimos seis meses você foi atendido em algum dos serviços listados abaixo?

Verifica-se que o serviço mais indicado pelos(as) entrevistados(as) foi os centros de acolhida que atenderam mais de 57,3% das pessoas entrevistadas, seguidos pelos CRAS e pelos núcleos de convivência. Os centros de acolhida e os núcleos de convivência tem a natureza de satisfazer necessidades básicas dos usuários e é importante sua complementariedade com serviços que tenham a natureza de ofertar acompanhamento. Verifica-se que serviços que tem a natureza de ofertar acompanhamento psicossocial como os CRAS e CREAS, atenderam parcelas significativas das pessoas em situação de rua 36,1% os CRAS e 22,9% os CREAS.

Chama atenção a pouca incidência de menção ao SEAS, apenas 10,5%, já que este deveria ser um serviço muito presente no cotidiano das pessoas em situação de rua, e uma das principais portas de entrada para a assistência social, conforme prevê a Tipificação Nacional da Assistência Social.

Por fim foi perguntado as pessoas em situação de rua entrevistadas, o que mais as ajudaria a sair das ruas. 48,0% declararam que seria ter emprego fixo, 17,8% ter uma moradia permanente, 5,9% acesso a benefícios financeiros, 5,6% retornar a casa da família, 5,2% superar a dependência de álcool e outras drogas, 2,5% declararam que

não sabem, 2,4% declararam que não desejam deixar as ruas, e 10,9% apresentaram outros motivos.

Entre os principais motivos apresentados na categoria outros destacamos, em ordem de prioridade pela ocorrência, iniciativa própria, melhoria da condição financeira, fé, recuperar a saúde, ter documentos, ter apoio de outra pessoa, ter tratamento de saúde, encontrar uma pessoa legal para se relacionar, ter abrigo e conseguir passagem para ir embora e passagem para voltar para a cidade de origem.

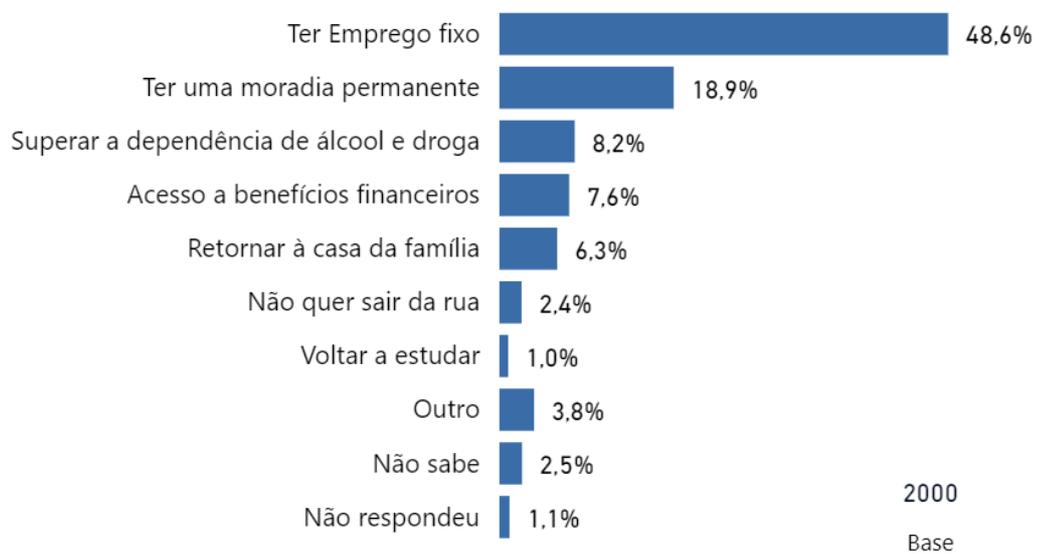


Gráfico 40 - O que te ajudaria mais a sair da situação de rua?

4. RESULTADOS DA PESQUISA DE IDENTIFICAÇÃO DE NECESSIDADES

Para análise dos resultados dessa etapa, primeiro apresentou-se o perfil dos usuários desse serviço, em seguida foram apresentadas informações relacionadas a avaliação da oferta república. Priorizou-se a análise das duas áreas eleitas como estruturantes dessa etapa do trabalho, trabalho e habitação.

4.1 Perfil dos usuários das repúblicas

O primeiro grupo de questões foi relacionado ao perfil das pessoas em situação de rua vivendo nas casas repúblicas envolvendo questões sobre a divisão sexual dos usuários das repúblicas, a idade, e etnia.

Em relação ao sexo, os dados da pesquisa mostraram que 91,8% dos usuários das repúblicas eram do sexo masculino e 8,2% do sexo feminino.

Ao comparar essa informação com o perfil geral da população em situação de rua na cidade tem-se que 85,5% são do sexo masculino e 14,6% das pessoas são do sexo feminino, de modo que, nas repúblicas é maior o percentual de indivíduos do sexo masculino o que pode indicar a necessidade de incentivos para garantia do acesso igualitário das pessoas do sexo feminino à essa política.

O próximo aspecto observado, foi em relação a idade ou faixa etária dos entrevistados. A esse respeito, a pesquisa mostrou que 31,8% dos entrevistados estavam na faixa etária dos 40 a 49 anos, 29,1% entre 30 a 39 anos, 21,8% de 50 a 59 anos, 10% de 18 a 29 anos e 7,3% entre 60 a 69 anos.

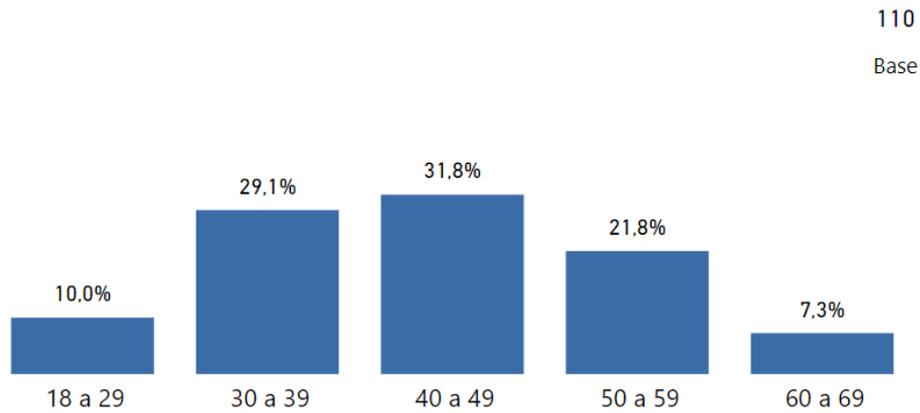


Gráfico 41 - Faixa etária

Em comparação com as informações da população em situação de rua em geral, 27,3% estão entre as idades de 40 a 49 anos, 26,1% estão na faixa etária entre 30 a 49 anos, 19,7% na faixa etária entre 18 a 29 anos, 15,9% entre 50 e 59 anos e 11,2% acima dos 60 anos. Assim, verifica-se que o perfil dos usuários das repúblicas concentra-se mais no segmento de adultos, entre 30 e 49 anos (60,9%) com menor percentual de jovens que na população em situação de rua em geral e também menor percentual de idosos.

A média de idade das pessoas em situação de rua acolhidas no serviço república ficou em 43,39 anos, superior à média da população em situação de rua da cidade em geral, que é de 41,68 anos, e a mediana ficou em 43 anos, também superior a mediana geral da população em situação de rua na cidade que é de 41 anos. Já a idade máxima encontrada nas repúblicas foi de 66 anos e a mínima de 20.

No que se refere ao critério de raça/cor/etnia, 36,4% dos residentes nas repúblicas se declararam pardos, 36,4% pretos e 27,3% brancos.

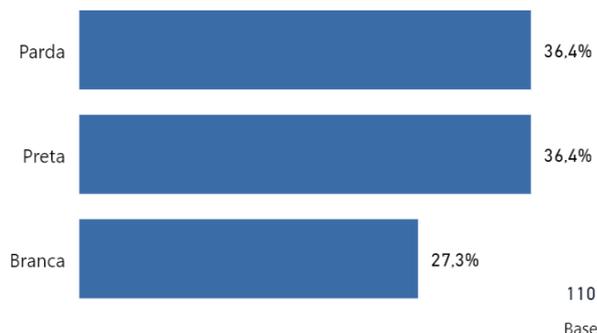


Gráfico 42 - Cor/Raça/Etnia

Em comparação com a população em situação de rua da cidade, 48,9% dos entrevistados se declararam pardos, 26,1% brancos, 19,7% pretos, 2,4% indígenas e 1,1% amarelos, verifica-se maior percentual de atendimento de pessoas autodeclaradas pretas nas repúblicas.

4.2 Avaliação da oferta – República

Para avaliação da oferta república, os entrevistados foram questionados sobre o tempo de permanência no serviço, se era a primeira vez que eram acolhidos nas repúblicas, os motivos de terem saído da república, para onde foram quando saíram das repúblicas e onde estavam antes de irem para as repúblicas entre outras questões.

Em relação ao tempo de acolhimento na casa república, 30% estavam acolhidos de 06 meses a 1 ano, 23,6% de 1 ano a 2 anos, 18,2% de 3 meses a 6 meses, 12,7% de 1 a 3 meses, 9,1% a menos de um mês e apenas 5,5% a mais de 2 anos. A soma dos que estavam acolhidos nas casas repúblicas a menos de 1 ano equivale a 70% dos usuários do serviço.

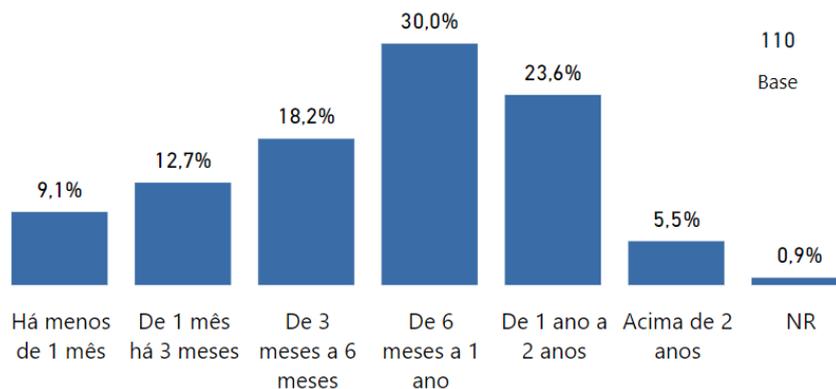


Gráfico 43 - Há quanto tempo você está acolhido na República?

Para 87,3% dos usuários do serviço, essa era a primeira vez que estavam acolhidos no serviço república, já 12,7% eram reincidentes na utilização do serviço.

Entre os que saíram das repúblicas e voltaram a utilizar o serviço, 50% saíram por ter acabado o tempo de permanência, 21,4% em razão da localização da república e

7,1% por dificuldade em lidar com alguma regra da casa.

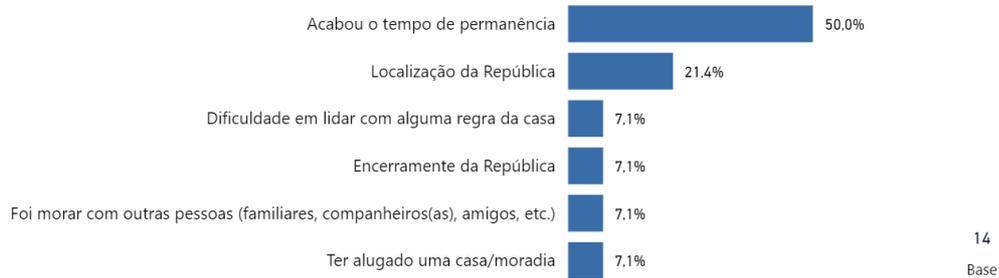


Gráfico 44 - Qual foi o principal motivo de ter saído da república da última vez?

Sabe-se que o tempo de permanência no serviço é limitado, todavia é preciso avaliar se o período determinado é suficiente para organização de seus usuários de modo a que quando deixarem o serviço já estejam suficientemente organizados para diminuir os riscos de não conseguirem se manter fora das ruas e acabarem voltando para a situação de rua. Talvez seja mais vantajoso para o município estender o tempo de permanência no serviço para alguns usuários do que correr o risco de favorecer a reincidência dos usuários.

Quando questionados para onde foram quando saíram das repúblicas e acabaram voltando, 50% afirmaram que foram para outra república, 42,9% responderam que foram para uma moradia própria e 7,1% responderam que para casa de familiares.

Sobre a vida pregressa ao acolhimento no serviço, questionados sobre onde estavam antes de ir para a república, 89,1% responderam que estavam em um centro de acolhida, 6,4% responderam que vieram direto de casa para a casa república, 1,8% responderam que vieram de uma unidade prisional, 1,8% hotel/pensão e 0,9% de uma comunidade terapêutica.

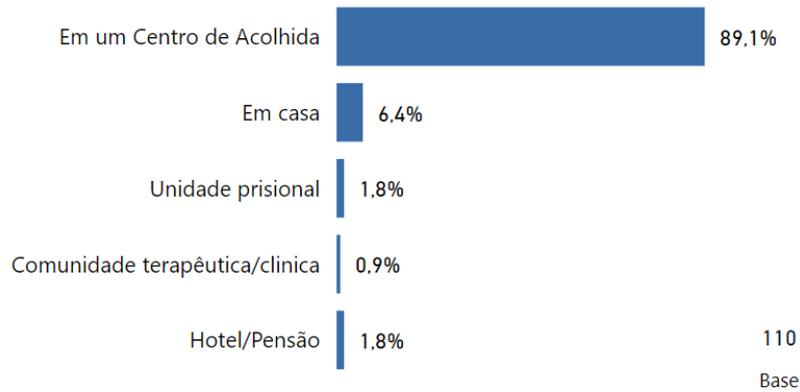


Gráfico 45 - Antes de ficar na república, você estava?

Perguntados também se não estivessem vivendo na república onde estariam vivendo, 63,6% relataram que estariam em algum centro de acolhida, 10,9% em casa, 13,6% nas ruas, 6,4% em casa de familiares e 0,9% em alojamento de trabalho.

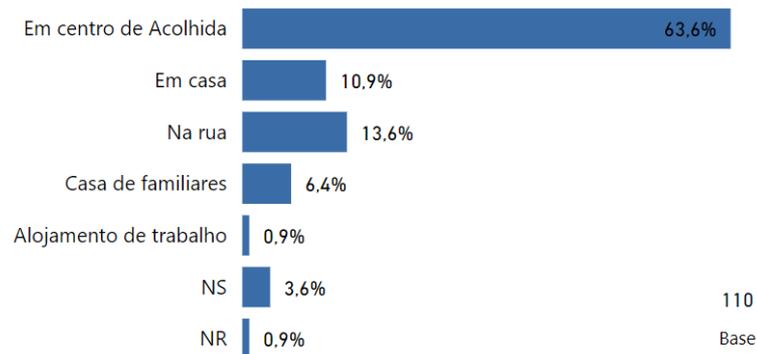


Gráfico 46 - Se não estivesse na república, onde você estaria hoje?

Em relação a importância das repúblicas, ao serem perguntados sobre o quanto as repúblicas eram importantes, 77,3% dos entrevistados responderam que elas eram muito importantes, 21,8% responderam que elas eram importantes e apenas 0,9% que elas eram pouco importantes.

Perguntados também se alguma vez os entrevistados queriam ou podiam ir para as repúblicas e não conseguiram, 72,7% dos entrevistados responderam que não, 15,5% responderam que sim, mas que não tinha vaga, 10,0% responderam que sim, mas que não tinha renda e 0,9% responderam que sim, mas que os técnicos não teriam permitido.



Gráfico 47 - Alguma vez podia ou queria ir para República e não conseguiu?

Sobre o que mais gostavam nas repúblicas, 41,8% respondeu que mais gostava da maior autonomia em oposição aos centros de acolhida, 32,7% que mais gostavam de maior liberdade nesse serviço, 10,9% que mais gostavam de não estar nas ruas, 8,2% mais gostavam por se sentir mais seguros, 4,5% por ter mais privacidade, e 1,8% por poder ficar com seus familiares.

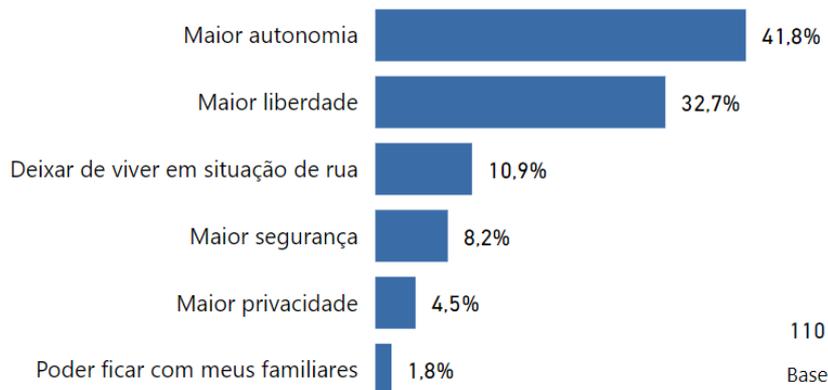


Gráfico 48 - O que você mais gosta no serviço da república?

Os entrevistados foram perguntados também se já teriam tido dificuldades de relacionamento com outras pessoas nas repúblicas, ao que 81,8% responderam que não tiveram dificuldades de relacionamento das repúblicas, 16,4% responderam que sim, com outros moradores, e 1,8% que sim com a coordenação e também com outros moradores.



Gráfico 49 - Já teve dificuldade de relacionamento com outras pessoas nas repúblicas?

Ainda sobre os conflitos nas repúblicas, perguntados se já teriam presenciados conflitos nas repúblicas, 43,64% dos entrevistados responderam que já teriam presenciado conflitos nas repúblicas, 56,36% que não, nunca haviam presenciado conflitos nas repúblicas. Sobre a possível ocorrência de situações de violência física dentro das repúblicas, perguntados se já teriam presenciado alguma situação, 73,64% responderam que não, nunca haviam presenciado, e 26,36% responderam que sim, já haviam presenciado.

Para finalizar esse bloco de questões foram realizadas duas perguntas, primeiro, se o entrevistado desejava deixar a condição de pessoa em situação de rua²⁶, segundo qual deveria ser a primeira oferta da política pública, para uma pessoa em situação de rua quando ela desejasse sair das ruas. Em resposta a primeira pergunta, 97,27% responderam que desejavam deixar a situação de rua, e apenas 2,73% responderam que não desejam deixar a situação de rua.

Já em resposta a segunda questão que era, “na sua opinião, quando uma pessoa quer sair das ruas, qual deveria ser a primeira coisa ofertada a ela?”, mais da metade dos entrevistados, 51,8% responderam que era oportunidade de trabalho, 20,9% responderam que era oportunidade de moradia, 9,1% que era tratamento para superar o uso de drogas ilícitas, 3,6% tratamento para superar o uso de álcool, 3,6% ter uma fonte de renda, 2,7% indicaram que era receber cuidados de saúde, apenas 1,8% indicaram a necessidade de obter apoio para resolver conflitos familiares e 0,9% receber algum apoio para voltar para cidade de origem.

²⁶ A pergunta foi elaborada dessa forma porque o conceito de população em situação de rua abrange a população acolhida.



Gráfico 50 - Na sua opinião, quando uma pessoa quer sair das ruas, qual deveria ser a primeira coisa ofertada a ela?

Não por acaso, que as principais ofertas ou áreas de políticas indicadas pelos entrevistados foram respectivamente trabalho e habitação, que são também as áreas indicadas como prioridades nesse estudo. É que já se tem um entendimento, no ramo de estudos sobre população em situação de rua, de que é necessário o fortalecimento dessas duas áreas para o enfrentamento dessa situação.

Em comparação com os motivos da situação de rua, os principais motivos apontados pelas pessoas para estarem em situação de rua, quando da realização da pesquisa amostral, foram, conflitos familiares, com 40,9%, a dependência química com 33,3% (somados o uso de drogas lícitas e ilícitas), a perda de trabalho, com 25,8% e o quarto motivo apontado foi a perda da moradia, com 13,2%.

Verifica-se que trabalho e moradia aparecem respectivamente como terceiro e quarto motivo para a situação de rua, mas são as áreas indicadas em primeiro e segundo lugar como prioridades para a política de atenção as pessoas em situação de rua como políticas para promover a superação dessa condição, por outro lado, os conflitos familiares, que surgem como o primeiro motivo para a situação de rua surgem com apenas 1,8% enquanto primeira coisa a ser ofertada para as pessoas em situação de rua para superação da situação de rua, e o tratamento para o uso de drogas que aparece como segundo motivo para situação de rua, aparece também com apenas 9,1%.

4.3 Trabalho e educação profissional

No campo de questões sobre trabalho e educação as primeiras questões eram sobre a alfabetização e a frequência a escola dos entrevistados. Verificou-se que entre os usuários da república, 100% deles sabiam ler e escrever, e 98,2% haviam frequentado a escola. Os percentuais de alfabetização e a frequência a escola dos usuários da república foi superior aos dados gerais da população em situação de rua, onde 91,5% declararam saber ler e escrever e 91,9% declararam terem frequentado escola regular.

Em relação a escolaridade, verifica-se que 37,0% dos residentes das repúblicas concluíram o ensino médio, 17,6% iniciaram o ensino superior, mas ainda não o haviam concluído, 12,0% não haviam concluído o ensino fundamental, 11,1% não haviam concluído o ensino médio e 7,4% haviam concluído o ensino superior, sendo que 2,8% dos entrevistados ainda, possuíam diploma de pós graduação em algum nível.

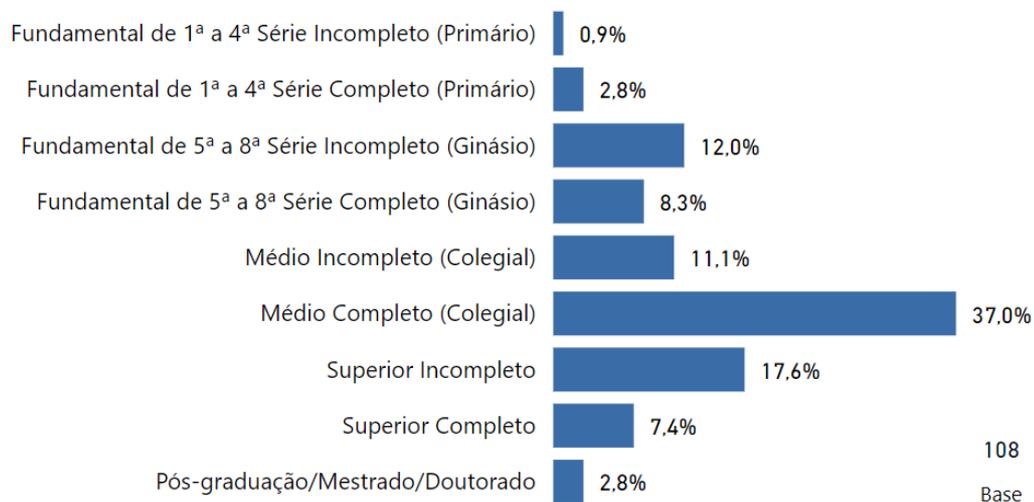


Gráfico 51 - Até que série você estudou?

Em comparação com os dados gerais da população em situação de rua, verifica-se que 23,9% dos entrevistados não haviam concluído o ensino fundamental, que 14,1% haviam concluído o fundamental, que 20,7% haviam concluído o ensino médio, e que 13,4% não haviam concluído o ensino médio, 8,3% chegaram ao ensino superior, sendo que 4,1% declararam concluir uma graduação e 0,3% declararam ser pós-graduados. Os dados mostram que o perfil dos usuários do serviço república possui

escolaridade superior ao da população em situação de rua em geral.

Outro campo de investigação foi a respeito da qualificação profissional. Esse buscava identificar se havia alguma intervenção da política pública no sentido de intervir em um dos principais motivos da situação de rua, o desemprego, tendo em vista, que a qualificação profissional é frequentemente apontada como uma das possíveis causas do desemprego individual. Perguntados se já haviam participado de algum curso profissionalizante ofertado por algum órgão governamental ou financiado por órgão governamental, apenas 37,3% dos entrevistados responderam que sim. Esse parece um percentual baixo para um segmento da população em situação de rua que recebe um atendimento diferenciado em que se presume que os usuários tenham maior autonomia.

Entre as áreas de formação dos cursos ofertados, 31,7% eram na área de serviços, 29,3% eram vinculados as áreas administrativas, como os cursos de auxiliar ou assistente administrativo, auxiliar de recursos humanos ou telemarketing, 19,5% vinculados à área de prestações de serviços de elétrica e instalações em geral, 12,2% na área de alimentação, 4,9% na construção civil e 2,4% em áreas da hidráulica.

Entre os que tiveram acesso aos cursos, 34,1% relataram que estes cursos eram exclusivos para pessoas em situação de rua, e 63,4% que os cursos não eram exclusivos.

Não se pretende aqui defender que os cursos profissionalizantes para pessoas em situação de rua devessem ser exclusivos. As duas modalidades são interessantes a depender do estágio do processo de acompanhamento e dos objetivos da formação. O mais importante é garantir as condições de participação em condições de igualdade, como, por exemplo, garantindo as condições objetivas para participação, tais como transporte, alimentação e material didático entre outras.

Ainda sobre os cursos, a maioria dos que os iniciaram, 92,7% conseguiram concluí-los. Entre os que não conseguiram concluir os cursos, 33,3% responderam que tiveram dificuldades para se deslocar, e 66,7% relataram outros motivos.

A respeito da oferta de recursos para garantia de permanência dos usuários nos cursos, 68,3% relataram que receberam alimentação, 63,4% que receberam material

de estudos, 58,5% receberam auxílio para o transporte, e 29,3% receberam auxílio financeiro.

Perguntados também sobre encaminhamento para o trabalho ou emprego após os cursos, 39,5% relataram que não receberam encaminhamento, 26,3% relataram ter recebido encaminhamento para trabalho ou emprego, mas sem garantia de contratação, e 18,4% relataram que receberam encaminhamento para o trabalho com garantia de contratação.

97,4% daqueles que realizaram os cursos obtiveram seus certificados de conclusão dos cursos e 50% dos que concluíram os cursos conseguiram emprego na área de formação do curso realizado. Perguntados também se consideravam que os cursos ofertados para a população em situação de rua eram adequados ao seu perfil, 54,5% consideraram que sim, que os cursos eram adequados para população em situação de rua.

Não foi questionado aos entrevistados, sobre os motivos pelos quais eles consideravam que os cursos profissionalizantes ofertados para as pessoas em situação de rua não eram adequados. É relevante que a área responsável pela oferta de formação profissional ouça a população em situação de rua quando da definição dos cursos ofertados para este segmento. Todavia, mais da metade dos entrevistados consideraram os cursos adequados ao seu perfil o que é um percentual significativo.

Os entrevistados também foram questionados se já haviam realizado cursos profissionalizantes por conta própria. 62,7% responderam que já haviam realizado cursos profissionalizantes por conta própria. As áreas de formação destes cursos eram, para 33,3% administrativa, 26,1% áreas de serviços, 13% área da construção civil, 8,7% elétrica, 8,7% de serviços de beleza, 7,2% na área de alimentação, 1,4% de corte e costura e 1,4% de marcenaria.



Gráfico 52 - Em que área era esse curso?

Em comparação com as áreas de cursos ofertados pelos órgãos governamentais ou em parcerias com o governo, verifica-se que houve redução percentual em todas as áreas e apareceram três novas áreas de interesse, serviços de beleza, corte e costura, e marcenaria.

Em síntese, conclui-se que, tendo em vista que a dimensão trabalho é considerada um dos principais eixos estratégicos para a promoção das ações que objetivem a superação da situação de rua, o desemprego pode ser interpretado pelo menos sob dois aspectos. Enquanto desemprego estrutural necessitado de uma leitura do ponto de vista macroeconômico, aspecto sob o qual os municípios têm pouca influência e do ponto de vista individual. Sob esse último aspecto a formação ou qualificação para o trabalho pode ser fortalecida junto aos indivíduos, objetivando melhorar suas qualidades e formação profissionais. O fortalecimento ou melhoria dessa chamada empregabilidade pode ser promovido através da melhoria da formação técnica e profissional.

Considerando também que o segmento dos usuários da república é um segmento em que se investe mais em autonomia, que os usuários da republica tem maior nível educacional que os demais e que eles tem prazo para superarem a situação de rua ou de dependência do Estado, parece que o percentual daqueles que tiveram acesso aos cursos profissionalizantes seja baixo. Além disso nem todos aqueles que tiveram acesso à essas formações receberam auxílios para garantir as condições de permanência nos cursos.

Assim, é necessária uma avaliação quanto à possibilidade de implementar incentivos

para a formação profissional das pessoas em situação de rua, em especial daqueles inseridos em programas, tais como a casa república, com vistas a implementação de políticas de acesso e permanência a formação profissional.

4.4 Acesso ao trabalho

No campo de questões vinculadas ao trabalho, buscou-se identificar ações de encaminhamento ao trabalho formal, incentivos às empresas para contratar pessoas em situação de rua ou que superaram a situação de rua, incentivos a formas alternativas de trabalho e outras.

A primeira questão desse bloco era se os entrevistados já haviam recebido algum encaminhamento para o trabalho de profissionais de alguns serviços de acompanhamento como, por exemplo, CRAS, CREAS e Centros de Acolhida. 50,9% relataram que já teriam recebido encaminhamento para o trabalho de profissionais desses serviços. Entre os que foram encaminhados para entrevistas de trabalho, 76,8% relataram que conseguiram trabalho a partir dessas entrevistas.

Perguntados também se na opinião dos entrevistados era mais difícil para as pessoas em situação de rua conseguir trabalho, 89,1% responderam que sim. Uma alternativa para enfrentar essa dificuldade seria a oferta de programas de incentivos para contratação de pessoas em situação de rua. Perguntados se conheciam algum programa dessa natureza, 40,9% responderam que sim.

A questão da garantia do trabalho ou emprego para as pessoas em situação de rua, envolve não apenas a preparação das pessoas em situação de rua, mas também dos possíveis empregadores. Ao serem perguntados se o mercado de trabalho estaria pronto para receber pessoas em situação de rua, ou que haviam passado pela situação de rua, 68,2% dos entrevistados opinaram que não.

Questionados também se entendiam que deveria haver incentivos para contratação de pessoas em situação de rua, 92,7% entendiam que sim. E perguntados se entendiam que os contratos com o poder público poderiam reservar cotas para contratação de pessoas em situação de rua, 79,1% entendiam que sim, que os contratos

públicos deveriam reservar cotas para pessoas em situação de rua.

Em resumo, sobre o trabalho formal, verifica-se que metade dos entrevistados já foram encaminhados para entrevistas de emprego pelos técnicos dos serviços que os acompanham, e mais de 75% deles foram contratados nessas entrevistas, o que pode significar que quando foram encaminhados estavam em condições de competitividade para concorrer as vagas. Quase 90% deles avalia que é mais difícil para pessoas em situação de rua conseguirem empregos. A maioria deles entende que o mercado de trabalho não está pronto para recebê-los, e que os governos poderiam promover programas de incentivos para que as empresas contratassem pessoas em situação de rua.

Diante dos resultados desses campos, entendemos que alternativas para o fortalecimento da área de trabalho formal para pessoas em situação de rua, poderiam constituir-se na promoção de programas governamentais, com incentivos fiscais e formação, para que empresas pudessem contratar pessoas em situação de rua. Esses programas poderiam se espelhar em alguns programas que atendem a população carcerária. Outra alternativa seria o estabelecimento de cotas para pessoas em situação de rua em contratações públicas, ou também programas de contratação de pessoas em situação de rua pelos próprios órgãos públicos²⁷.

Alternativas de trabalho que se apresentam também são as cooperativas e as formas de trabalho autônomo. No campo de questões sobre as cooperativas ou sobre o trabalho cooperado, os entrevistados foram questionados se conheciam alguma cooperativa de trabalho da qual participassem pessoas em situação de rua, ao que 52,7% responderam que não conheciam. Outra pergunta foi se eles próprios já haviam participado de alguma cooperativa de trabalho, 73,6% responderam que não participavam, nem tinham participado de cooperativas.

Os entrevistados foram questionados também se conheciam alguma iniciativa dos governos que incentivasse a criação de cooperativas para pessoas em situação de rua. 78,2% responderam que não conheciam nenhuma iniciativa nesse sentido. Outro ponto questionado foi se entendiam que os governos deveriam incentivar mais as

²⁷ Não apenas para funções vinculadas a assistência social.

cooperativas de pessoas em situação de rua, ao que 93,6% responderam que sim.

Questionados também se entendiam que as cooperativas poderiam ser uma alternativa de trabalho para as pessoas em situação de rua, 89,1% responderam que sim.

Considerando o percentual daqueles que entenderam que os governos deveriam incentivar a formação de cooperativas para o trabalho de pessoas em situação de rua (93,6%), e daqueles que entendiam que as cooperativas poderiam ser uma das alternativas de trabalho para as pessoas em situação de rua (89,1%), entende-se que essa modalidade de trabalho apresentou grande aceitação entre os entrevistados, e que talvez devesse se estudar a viabilidade de se estimular essa alternativa de trabalho e renda para as pessoas em situação de rua.

A respeito do trabalho autônomo ou por conta própria, 63,6% dos entrevistados afirmaram já ter trabalhado por conta própria e 79,1% afirmaram que já pensaram em montar o próprio negócio.

Entre os que já haviam trabalhado por conta própria, as áreas em que suas atividades foram desenvolvidas eram para 48,6% a área de vendas, para 14,3% atividades da construção civil, 10,0% serviços para carros, 4,3% artes manuais, 1,4% cata de recicláveis e 1,4% atividades de música.



Gráfico 53 - Em que área era ou é esse trabalho?

Entre os 20% que disseram trabalhar com outras atividades, para 35,71% a atividade era de motorista, para 21,43% deles essa outra atividade era de ajudante geral. As demais atividades podem ser observadas no quadro abaixo:

Os entrevistados foram questionados também se conheciam alguma iniciativa governamental que estimulasse o empreendedorismo das pessoas em situação de rua, sendo que, 80% deles responderam que não conheciam nenhuma atividade dessa natureza. Questionados se pensavam que os governos deveriam incentivar mais as iniciativas das pessoas em situação de rua para obtenção de renda, 93,6% afirmaram que sim.

A última pergunta desse bloco era sobre se os entrevistados se sentiam motivados para trabalhar, ao que 96,4% responderam que sim, se sentiam motivados para trabalhar.

Concluindo essa parte do levantamento, indica-se a necessidade de implantar meios de promoção ao acesso e permanência ao emprego e trabalho formal protegido com registro em carteira profissional, mas os resultados das entrevistas sinalizam também para aceitação de alternativas como o trabalho cooperado, bem como o trabalho autônomo ou ao empreendedorismo.

4.5 Histórico de trabalho e situação atual

Sobre o histórico de trabalho antes de estar em situação de rua, 17,3% dos entrevistados relataram que trabalhavam com serviço de limpeza, 13,6% em atividades da construção civil e 13,6% com atividades de transporte. Apenas 3,6% não trabalhavam antes da situação de rua.



Gráfico 54 - Antes de morar na rua/república no que você trabalhava?

Quase a totalidade dos entrevistados, 99,1% deles, já haviam trabalhado com registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CPTS).

Em comparação com dados da pesquisa amostral, 75,7% da população em situação de rua relataram já ter trabalhado com registro em carteira de trabalho, de modo que o percentual dos usuários da república que já trabalharam com registro em carteira é significativamente superior ao da população em situação de rua em geral.

Sobre o tempo transcorrido desde o último trabalho com registro em carteira profissional, para 48,6% isso foi há menos de 6 meses, para 15,6% o último emprego com carteira assinada foi de 1 a 3 anos atrás, 11% de 6 meses a 1 ano, 10,1% de 5 a 10 anos e 7,3% há mais de 10 anos.

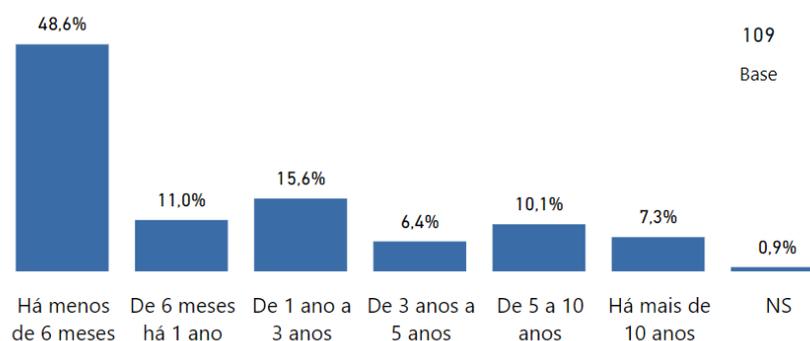


Gráfico 55 - Quando foi a última vez que teve trabalho com registro em carteira?

Em relação a condição atual, 65,5% relataram que estavam empregados com registro

em carteira profissional, 19,1% que estavam trabalhando por conta própria/bicos, 8,2% não estavam trabalhando, 7,3% estavam empregados sem registro em carteira e 7,3% trabalhavam por conta própria.



Gráfico 56 - Atualmente você está?

Em relação a renda, para 70% dos entrevistados a renda mensal era entre R\$ 998,00²⁸ a R\$ 1.996,00, 15,5% ganhavam de R\$ 659,00 a R\$ 997,00 reais e apenas 7,3% ganhavam entre R\$ 1.997,00 a R\$ 2.994,00.

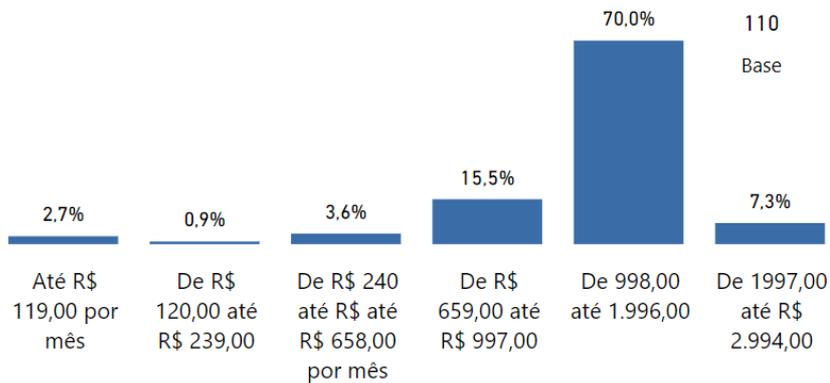


Gráfico 57 - Quanto você ganha por mês?

No que se refere a renda das pessoas em situação de rua, em geral, conforme os dados do perfil, 18,9% dos entrevistados tinham renda inferior a R\$ 119,00 reais por

²⁸ O valor do salário mínimo a época do planejamento da pesquisa era de R\$ 998,00.

mês²⁹, 9,7% tinham renda entre R\$ 120,00 e R\$ 239,00 reais³⁰, 18,8% tinham renda de R\$ 240,00 até R\$ 658,00 reais³¹ por mês e 10,0% tinham renda entre R\$ 659,00 até R\$ 997,00 reais³² por mês. 15,1% declararam ter renda de R\$ 997,00 até R\$ 1.996,00, 2,9% declararam ter renda entre R\$ 1.997,00 até R\$ 2.994,00, 2,7% declararam ter renda acima de R\$ 2.994,00 por mês, e 15% declararam não ter renda nenhuma.

A soma dos entrevistados que recebiam até um salário mínimo era de 57,4%. Assim, verifica-se que renda média dos usuários das repúblicas é superior à média de renda da população em situação de rua em geral e que também no segmento de usuários das repúblicas, a presença de indivíduos com rendas muito baixas é inferior à da população em situação de rua em geral.

Em relação ao tipo de trabalho atual, 17,3% atuava como agente do SUAS, 12,7% com serviços de limpeza, 11,8% como ajudante geral, 8,2% em atividades da construção civil, 6,4% em atividades de comércio ambulante, 4,5% com carga e descarga, 3,6% como vigilante.

²⁹ O Banco Mundial utiliza a faixa de US\$ 1 dólar por dia por pessoa como linha de indigência (renda suficiente para comprar apenas os alimentos necessários para repor os gastos energéticos). Valores referentes a cotação do dólar a R\$ 3,96 quando da preparação da pesquisa.

³⁰ O Banco Mundial utiliza a faixa de US\$ 2 dólares por dia por pessoa como linha de pobreza extrema (renda considerada suficiente para satisfazer as necessidades mínimas dos moradores de um domicílio). Valores referentes a cotação do dólar a R\$ 3,96 quando da preparação da pesquisa.

³¹ O Banco Mundial utiliza a faixa de US\$ 5,5 dólares por dia por pessoa como linha de pobreza em países de renda média alta como o Brasil, (renda considerada suficiente para satisfazer as necessidades básicas dos moradores de um domicílio). Valores referentes a cotação do dólar a R\$ 3,96 quando da preparação da pesquisa.

³² Valor limite de R\$ 997,00 era o valor de um salário mínimo nacional quando da realização de pesquisa.

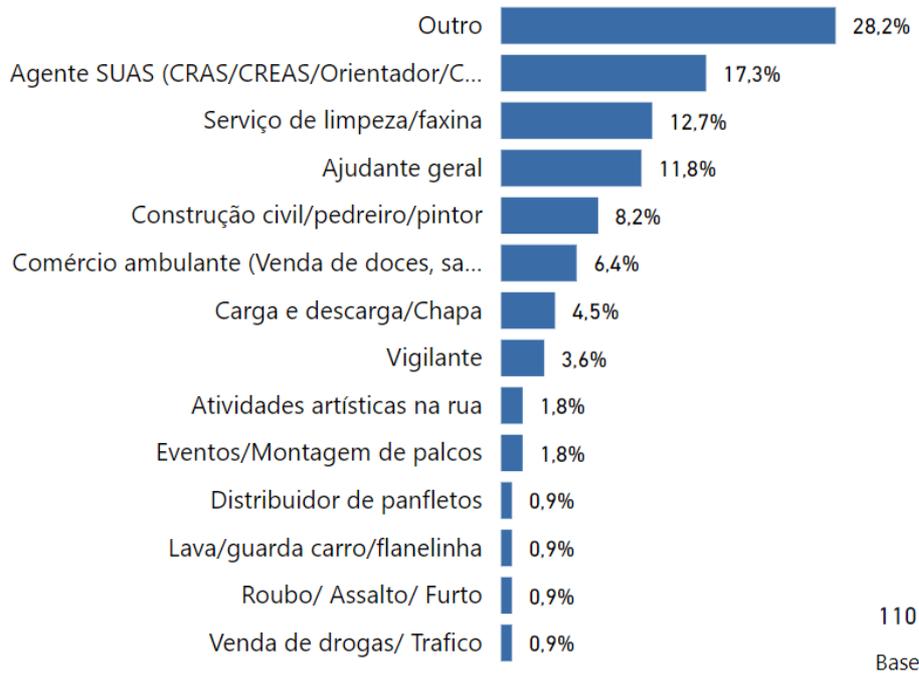


Gráfico 58 - E o que você faz para ganhar dinheiro?

Sobre o recebimento de benefícios socioassistenciais, 63,6% dos usuários das casas repúblicas relataram que não recebiam nenhum tipo de benefício, 30,0% recebiam algum benefício de transferência de renda condicionada, tipo o Programa Bolsa Família, 2,7% recebiam o Benefício de Prestação Continuada, 1,8% o Seguro Desemprego, 0,9% aposentadoria ou pensão e 0,9% auxílio doença.

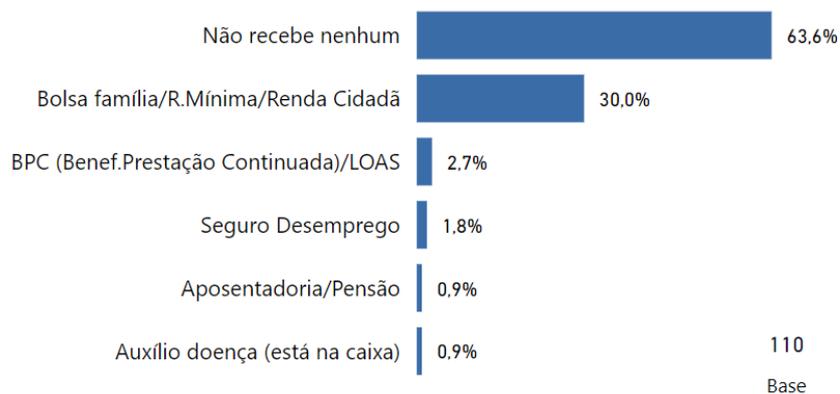


Gráfico 59 - Você recebe algum destes benefícios?

Com base nos dados apresentados, verifica-se que a quase totalidade dos usuários das repúblicas, já trabalharam com registro em carteira, que para quase metade dos entrevistados isso ocorreu a menos de 6 meses, bem como atualmente a maioria dos usuários das repúblicas estavam trabalhando com registro em carteira, e a renda de

70% deles ficava entre um e dois salários mínimos.

4.6 Habitação

O segundo campo prioritário de análise para política pública era a habitação. A falta de habitação aparece como um dos principais motivos para a situação de rua e é indicada pelas pessoas em situação de rua como uma das principais necessidades vinculadas a possibilidade de superação da situação de rua.

As duas primeiras questões desse campo eram se os entrevistados conheciam algum programa habitacional que atendesse pessoas em situação de rua, e também se já haviam participado de algum programa habitacional de modo em geral. A esse respeito 68,2% dos entrevistados não conheciam nenhum programa habitacional que atendesse pessoas em situação de rua e 80% dos entrevistados nunca participaram de nenhum programa habitacional.

Essa questão é importante, pois ao mesmo tempo em que a habitação é indicada como uma necessidade prioritária para superação da situação de rua, em geral, esse segmento populacional não alcança os critérios dos programas habitacionais regulares, necessitando de políticas específicas tanto para locações sociais, quanto para entrega de unidades habitacionais.

Perguntados também se teriam para onde ir se saíssem das casas repúblicas. 90,9% dos entrevistados responderam que não teriam para onde ir caso saíssem das repúblicas, 2,7% poderiam ir para casa de familiares na cidade de São Paulo, e outros 2,7% teriam casa própria na cidade de São Paulo, 1,8% poderiam ir para casa de familiares fora da cidade de São Paulo e também 1,8% teriam casa própria fora da cidade de São Paulo.

Chama a atenção o grande percentual dos que não teriam para onde ir, mas chama atenção também o fato de que há um percentual, mesmo que pequeno, de pessoas que tem casa própria, mas estão na condição de pessoas em situação de rua e acolhidos em um serviço de acolhimento institucional.

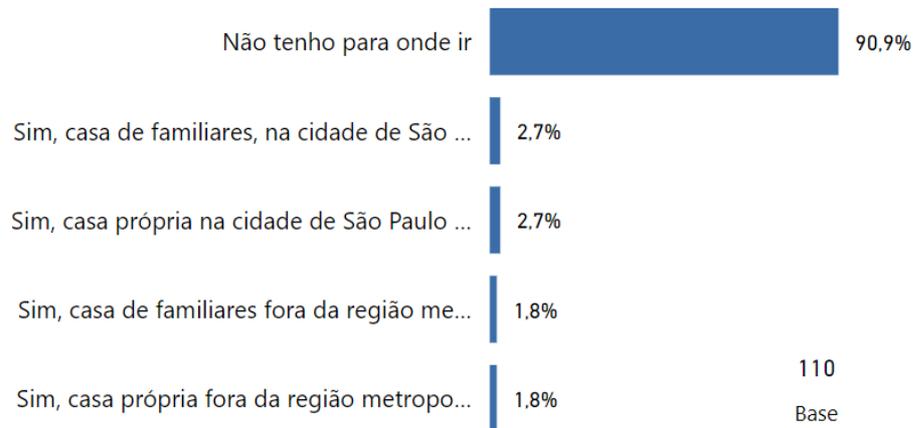


Gráfico 60 - Se saísse da república, você teria casa para onde poderia ir?

Outra questão foi se os usuários das repúblicas pensavam que as pessoas estavam em situação de rua por falta de moradia ao que 57,3% respondeu que sim. Questionados também se achavam que haveria menos pessoas em situação de rua se os governos ofertassem alternativa de moradia para as pessoas logo no início dos primeiros atendimentos, quando elas chegavam à situação de rua, 81,8% dos entrevistados responderam que sim.

Para qualificar esse campo de informação foi questionado aos entrevistados sobre os valores que consideravam que seria necessário para o pagamento de um aluguel na cidade. O menor valor de aluguel indicado foi de R\$ 150,00, o maior de R\$ 1.500,00, a média de valores foi de R\$ 633,30 e a mediana de R\$ 600,00. Perguntados também se seus rendimentos seriam suficientes para custear despesas com aluguel de uma moradia, 83,6% dos entrevistados responderam que não.

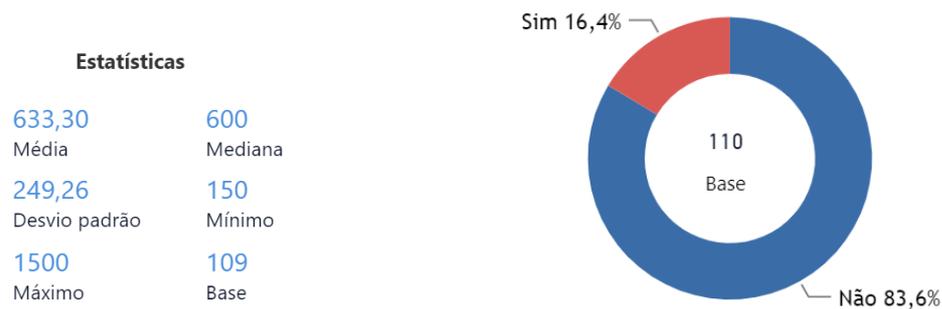


Gráfico 61 - Você considera que seu rendimento é suficiente para custear as despesas de um aluguel/moradia em São Paulo?

Alternativa também para moradia das pessoas em situação de rua, seriam as moradias coletivas. Perguntados se compreendiam que poderiam haver moradias coletivas para pessoas em situação de rua, 87,3% dos entrevistados afirmaram que sim. Outra questão apresentada aos entrevistados foi se eles pensavam que estas moradias coletivas precisavam ter profissionais do governo acompanhando ou supervisionando os moradores. Sobre essa questão, 91,8% dos entrevistados afirmaram que consideravam necessária a supervisão de profissionais.

Por fim, os entrevistados foram perguntados se eles próprios viveriam em moradias coletivas ao que 82,7% dos entrevistados responderam que sim.

Esse campo sobre a habitação mostra que, 90,9% dos entrevistados indicavam que não tinham para onde ir se caso saíssem das repúblicas. Mais da metade dos entrevistados pensavam que as pessoas estavam em situação de rua por falta de moradia, e mais de 80% acreditavam que teriam menos pessoas nas ruas se logo no início do atendimento as pessoas que começavam a ficar nas ruas fosse-lhes ofertado logo uma alternativa de moradia.

Para os entrevistados o valor médio de um aluguel em São Paulo para atender as suas necessidades seria de R\$ 633,30 e 70% dos entrevistados recebiam entre um e dois salários mínimos. A maioria dos entrevistados também indicaram que não conheciam programas de moradias que incluíssem pessoas em situação de rua, e mais de 90% responderam que viveriam em moradias coletivas.

A questão da habitação para pessoas em situação de rua é algo que precisa ser enfrentado. Em geral as pessoas em situação de rua não atendem aos critérios para inserção em programas de habitação para população em geral. São raras as experiências de programas habitacionais que contemplam pessoas em situação de rua ou que lhes são específicos. Na cidade de Vitória, ES, em 2013 foi implantado um programa habitacional específico para pessoas em situação de rua com a perspectiva de aluguéis sociais e de valores para aquisição de moradias.

Um ponto a ser observado é que em geral as alternativas de moradia são pensadas com base nas moradias convencionais e pensadas a partir dos indivíduos unitários. Há experiências de moradias coletivas em que algumas pessoas em situação de rua residem na mesma unidade habitacional com ou sem supervisão direta de agentes públicos, a depender do grau de autonomia dos indivíduos participantes. Essas moradias podem ser interessantes pois reduzem custos para a política, e constituem-se em alternativas ao modelo de acolhimento institucional da política de assistência social.

Uma tendência também em alguns países europeus, e conhecida pelo nome *Houses Frist*, em tradução “casas primeiro”, que consiste, em logo nos primeiros atendimentos às pessoas em situação de rua ofertar o acesso a uma moradia individual, antes de qualquer outro atendimento ou exigências. É interessante esse tipo de oferta, principalmente se consideradas as teorias que explicam a situação de rua e os processos de rualização, de modo que, ao se ofertar logo no início do acompanhamento as possibilidade de sobrevivência fora das ruas, com acesso a moradia e uma renda, evita-se que o processo de rualização se torne mais duradouro o que certamente demandará mais investimentos do governo, como custos com profissionais dos centros de acolhida e um tipo de assistência que, apesar de necessário para uma parte das pessoas em situação de rua e também previsto na política de assistência social, sofre críticas por suas limitações, como o excesso de regras e as restrições a autonomia dos indivíduos em curto e longo prazo entre outras.

4.7 Saída das ruas

O último campo de temas do questionário era a respeito do processo de superação da situação de rua. A primeira questão desse bloco era se os entrevistados conheciam pessoas que tivessem superado a condição de pessoa em situação de rua. 85,5% dos entrevistados informaram que conheciam pessoas que já haviam superado a situação de rua. Essa questão é importante porque indica para aqueles que ainda estão em situação de rua, que a superação dessa condição é possível, bem como indica quais os caminhos e experiências

Questionados sobre sua opinião a respeito de quais os fatores que os entrevistados consideravam que teriam sido importantes para que aqueles que superaram a situação de rua. Para 60,6% dos entrevistados, o principal fator era ter trabalho estável, para 13,8% ter uma moradia, para 8,5% superar a dependência de drogas ilícitas, para 7,4% resolver conflitos familiares, para 4,3% o apoio de familiares, para 2,1% conseguir um salário melhor, para 1,1% resolver problemas com a justiça, para 1,1% superar a dependência de álcool, para 1,1% voltar para a cidade de origem.

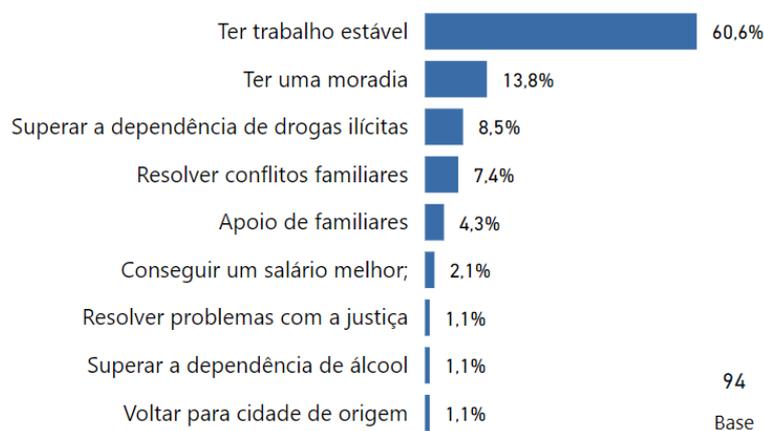


Gráfico 62 - O que você acha que foi importante para que eles saíssem das ruas?

Perguntados também sobre o que os entrevistados pensavam que a política pública poderia fazer que contribuiria para que as pessoas em situação de rua em geral superassem essa condição, 45,5% responderam que seria ofertar trabalho, 27,3% indicaram que seria ofertar alternativa de moradia, 5,5% indicavam a necessidade de ofertar alternativa de renda, 3,6% ofertar tratamentos de saúde, 3,6% ofertar alternativas para o tratamento de dependência química, 2,7% ofertar apoio para resolver conflitos familiares e 1,8% ofertar retorno para a cidade de origem.

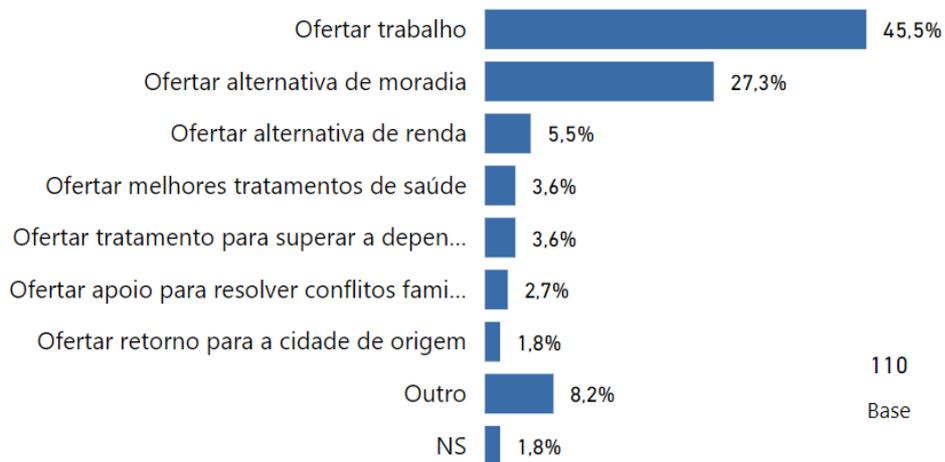


Gráfico 63 - O que você acha que a política pública poderia fazer que contribuiria para a saída das pessoas das ruas?

Em relação a condição individual dos entrevistados, também se perguntou o que, na opinião deles, os ajudaria a superar a situação de rua. 32,7% indicaram que seria conseguir um salário melhor, 28,2% seria conseguir um trabalho estável, 26,4% ter uma moradia, 5,5% resolver conflitos familiares, 2,7% superar a dependência de drogas ilícitas e 1,8% superar a dependência de álcool.

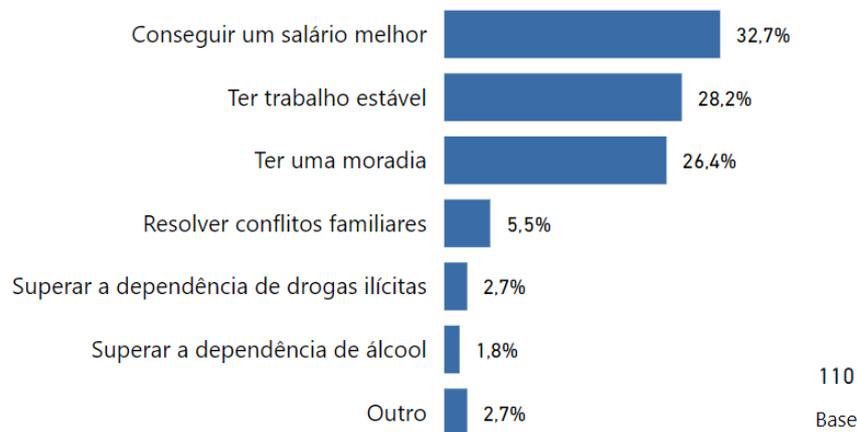


Gráfico 64 - Para você, o que você acha que te ajudaria a superar a situação de rua?

Perguntou-se também aos entrevistados se os motivos que os haviam levado a situação de rua seriam os mesmos motivos que os mantinham nessa condição, e 50,9% deles responderam que sim, 48,2% responderam que não.

Uma última pergunta sobre os fatores que contribuiriam para a superação da situação de rua foi, na opinião dos entrevistados, o que mais os atrapalharia, do ponto de vista individual, a superar a situação de rua. 39,1% era não ter trabalho fixo ou perder

o trabalho, 35,5% era não ter moradia, 3,6% eram os conflitos familiares, 1,8% ser de outra cidade, 0,9% a dependência de álcool, 0,9% ser egresso do sistema prisional, 0,9% ter problemas de saúde, e 15,5% outros motivos.

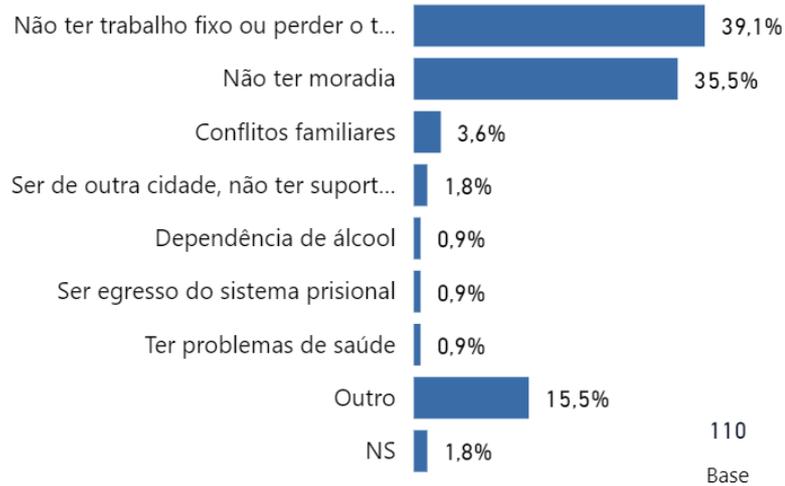


Gráfico 65 - O que mais te atrapalha para sair da situação de rua (república)?

Entre o conjunto de fatores envolvidos no chamado processo de rualização, o grupo dos fatores relacionais envolve as relações pessoais que as pessoas em situação de rua desenvolvem antes ou posteriormente a situação de rua, e que tem o poder de contribuir para situação de rua ou para sua superação, a medida em que estas relações estabelecem conexões de auxílio, apresentam oportunidades ou simplesmente o apoio moral.

Perguntados se os entrevistados tinham alguém com quem contar que não estivesse em situação de rua, 52,7% responderam que não tinham ninguém com quem contar, 29,1% responderam que tinham familiares a quem poderiam recorrer, 15,5% responderam que tinham amigos, e 2,7% responderam que tinham trabalhadores da assistência social.

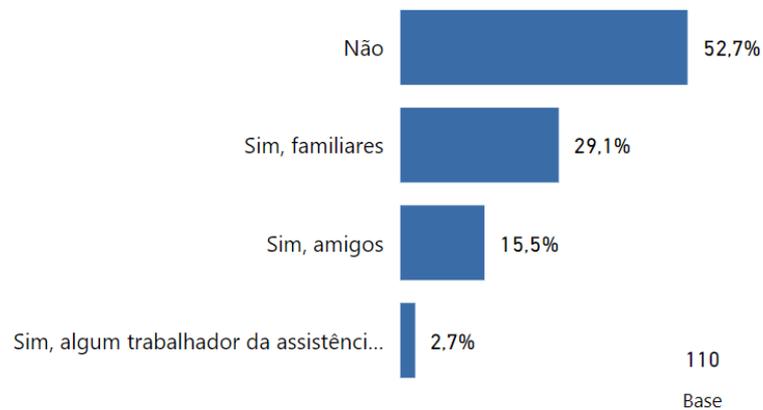


Gráfico 66 - Há alguém que te apoie ou com quem você possa contar que não esteja em situação de rua?

Esse dado é importante, visto que os trabalhadores dos serviços que acompanham as pessoas em situação de rua, podem através de metodologias de gestão de casos, identificar essas relações e potencializá-las durante o processo de acompanhamento com objetivo de promover a superação da situação de rua.

Uma questão nessa área também era se teria algum profissional envolvido em seu atendimento, com quem eles reconheciam que podiam contar. Essa questão é importante, porque não raro durante os processos de acompanhamento a falta de gerenciamento dos casos, e as questões do cotidiano, fazem com que os casos daqueles que demandam menos atenção recebam menor investimento, o que pode favorecer a interrupções no processo de superação da situação de rua, ou reincidências.

Quando os profissionais estabelecem vínculos saudáveis com os usuários, essas relações facilitam os processos de acompanhamento orientado para resultados. É significativo que mais da metade dos entrevistados tenham confiança com os profissionais dos serviços de referência.

A respeito do uso de drogas, verifica-se que, apesar de este aparecer como segundo motivo para a situação de rua, com 33,3% (somados o uso de drogas lícitas e ilícitas), perdendo apenas para os conflitos familiares, como indicado pelas pessoas em situação de rua, quando essas, são questionadas sobre as possibilidades de superação da situação de rua, resolver questões com o uso de drogas não surge como um dos principais fatores.

Quando questionados se já teriam participado de algum tratamento ambulatorial para o uso de drogas, 56,4% relataram que nunca fizeram tratamento ambulatorial para uso de drogas, 25,5% relataram que não usavam drogas ou que nunca tinham tido problemas com o uso de drogas, 8,2% relataram que já tinham feito tratamento de 6 meses a 1 ano, 6,4% por mais de um ano e 3,6% por menos de 6 meses.

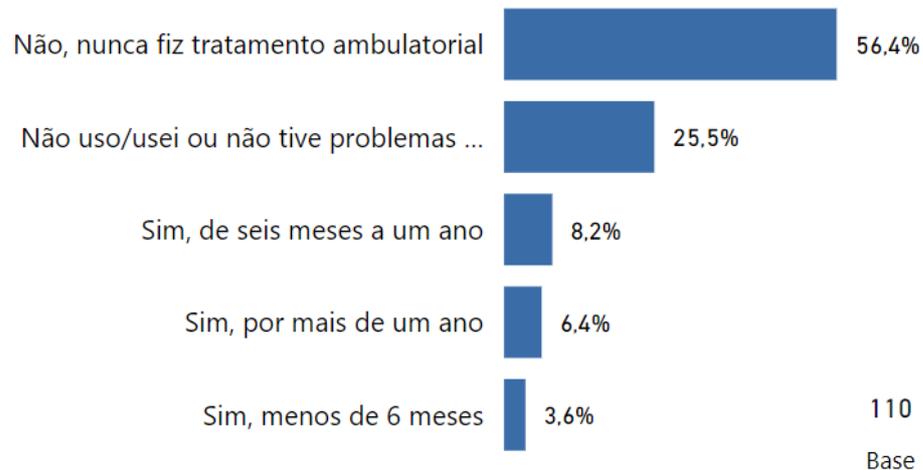


Gráfico 67 - Você já fez algum tratamento ambulatorial para o uso de drogas? (CAPS)

Outra modalidade de tratamento para o uso de drogas seriam as internações nos Centros de Atenção Psicossocial, Clínicas, ou até mesmo em comunidades terapêuticas. Questionados se já teriam passado por este tipo de atendimento, 74,4% relataram que nunca teriam passado por este tipo de atendimento, 9,8% já teriam passado por internação em comunidade terapêutica, 7,3% já teriam sido internados em clínicas, e 8,5% já teriam passado por outro tipo de internação.



Gráfico 68 - Você já fez algum tratamento de internação para o uso de drogas? (CAPS, Clínica)

Perguntados também, para aqueles que tinham participado de alguma das duas modalidades de tratamento citadas acima, se estes tratamentos teriam sido suficientes para resolver a questão do uso de drogas, 17,1% afirmaram que sim, e

57,3% que não, 25,6% não sabiam ou não responderam.

Outra modalidade de acompanhamento das pessoas em situação de rua, são os serviços assistenciais, que são vinculados as duas unidades principais de atendimento dessa política, os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), e os Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS). Questionados se eram acompanhados por algum dos serviços disponíveis nos CRAS ou CREAS, 82,7% responderam que não eram acompanhados, no entanto, ao serem questionados se possuíam técnicos de referência para seu acompanhamento, 47,1% responderam que sim.

A organização da política de assistência social prevê que o acompanhamento dos usuários seja realizado através de programas vinculados aos CRAS e CREAS. Os usuários dos serviços de acolhimento institucional deveriam continuar sendo acompanhados por estes serviços. A definição de um profissional ou dupla de profissionais, como uma referência técnica para os casos é uma metodologia que favorece a gestão dos casos, já que contribui para que se criem vínculos que podem fortalecer o acompanhamento, e também para melhor conhecimento da história do caso.

Outras estratégias de gestão do caso, envolvem a existência de projetos e planos de acompanhamento, com definições claras e objetivas dos objetivos a que se deseja alcançar, pactuados com os usuários dos serviços. Em geral essas estratégias são construídas a partir dos desejos dos usuários e definem metas para os usuários e para os profissionais, com divisão de tarefas. Elas são importantes porque representam um passo no sentido de uma atenção mais orientada e não apenas vinculada ao atendimento de demandas pontuais.

Outra metodologia complementar é a organização de um contrato de acompanhamento, que podem ser realizados por escrito ou verbalmente, onde se estabelecem os limites e as regras do acompanhamento. 35,3% dos entrevistados informaram que tinham um projeto de acompanhamento e 47,1% relataram que possuíam também um contrato de acompanhamento.

Esses percentuais são relativamente baixos para esse perfil de pessoas em situação

de rua que estão em um serviço mais avançado, destinado a pessoas que em tese, estariam próximos a superação da situação de rua.

Já em relação ao acompanhamento realizado no serviço república, questionados se os entrevistados eram acompanhados por técnicos do serviço, e se estes estariam disponíveis quando os usuários necessitavam, 76,4% relataram que eram acompanhados e 81,8% responderam que os técnicos estavam disponíveis quando eram requisitados.

Questionados também sobre, se, tinha algum profissional nas repúblicas, com quem os técnicos poderiam contar, 84,5% responderam que sim, e questionados também, se tinham projeto ou plano de acompanhamento, 70% também responderam que sim.

Já em relação aos contratos de acompanhamento, 54,5% responderam que sim, e questionados também se já haviam deixado a situação de rua e depois retornado a esta situação. 30% responderam que já haviam deixado a situação de rua e voltado a ficar em situação de rua, e 70% afirmaram que não havia deixado a situação de rua.

Perguntado para aqueles que deixaram a situação de rua e depois acabaram voltando, 39,4% relataram que voltaram para a situação de rua por terem perdido o salário, 30,3% por causa de conflitos familiares, 18,2% porque perderam a casa ou não conseguiram manter a moradia, e 12,1% por causa de problemas com uso de drogas.

Questionados se continuaram sendo acompanhados após deixarem a situação de rua, 87,9% responderam que não foram acompanhados após a saída da situação de rua. Para 35,5% dos entrevistados a saída das repúblicas ou superação da condição de em situação de rua dependia de terem uma casa própria, para 28,2% ter um salário mais alto, para 21,8% ter um emprego fixo, o que poderia ser traduzido em ter mais segurança no trabalho, 4,5% indicavam que era receber um aluguel social, 2,7% resolver conflitos familiares, 0,9% não tem interesse em sair da república, e 6,4% sairiam por outros motivos.



Gráfico 69 - O que te levaria a sair da casa de República?

Entre os outros motivos que levariam os usuários a saírem das repúblicas, seriam para 42,9% o término do prazo de permanência nas repúblicas, 14,3% se aposentar, 14,3% ter mais autonomia, 14,3% constituir uma família, e 14,3 não sairiam por nenhum motivo.

Os resultados das entrevistas confirmam a centralidade das áreas eleitas como prioridades para atenção às pessoas em situação de rua no processo de intervenção orientado para promover a superação da situação de rua, reafirmando que trabalho protegido e a moradia constituem-se na indicação dos entrevistados, como as duas principais áreas de intervenção para superação da situação de rua.

5. CARACTERÍSTICAS DOS GRUPOS

5.1 Perfil Idoso

No censo de 2019 foram contados 2.211 idosos que atendiam a definição de pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo, esse número corresponde a 13% do total da população em situação de rua na cidade. Destes, 1.801 foram contados nos centros de acolhida da cidade e 410 nas ruas.

Entre os idosos em situação de rua, 1.943 (88%) indivíduos eram do sexo masculino e 266 (12%) do sexo feminino. Quanto a identidade de gênero, apenas 0,1% dos idosos declarou ter identidade transgênero. A idade máxima encontrada no Censo foi de 92 anos nos centros de acolhida e 89 nas ruas.

Em relação aos critérios de raça/cor, 47,6% se declararam pardos, 28% brancos, 21,7% pretos, 1,7% indígenas e 0,9% amarelos. A soma de pretos e pardos equivale a 69,3. Os idosos recenseados nas ruas foram encontrados em 399 pontos e 29,6% deles foram encontrados em barracas ou moradias improvisadas.

Quanto à instrução formal, 91,9% afirmaram saber ler e escrever, sendo que 17,2% possuem o fundamental incompleto (primário).

Dos idosos entrevistados, levando em consideração os resultados obtidos na pesquisa amostral de perfil socioeconômico, percebe-se que a grande maioria utiliza os Centros de Acolhida na modalidade de vaga fixa (64,9%), bem como 45% não utilizam os Núcleos de Convivência.

Outro aspecto é que 37,08% afirmaram que começaram a dormir na rua/Centro de Acolhida em razão de conflitos familiares, 32,4% por perda de trabalho e 18% por dependência de drogas ilícitas. Além do mais, 86% informaram que vivem sozinhos atualmente. Ainda, 45,5% não possuem mais contato com a família.

Em relação à trabalho e renda, dos idosos em situação de rua entrevistados, 19,4%, antes de morar na rua/Centro de Acolhida, trabalhavam com serviço de limpeza/cozinha, sendo que atualmente a grande maioria está desempregado (56,3%).

Entre os idosos em situação de rua, as doenças com maior frequência são: hipertensão arterial (pressão alta), com 39,6%, dores crônicas, com 33,8% e depressão/doença dos nervos, com 23,9%. Além do mais, 38,6% utilizam bebida alcoólica todos os dias, bem como, 41,2% usam drogas alguns dias por semana.

Quando questionados a respeito do que mais os ajudaria a sair da situação de rua, 30,2% afirmaram que seria ter emprego fixo, 25,2% ter uma moradia permanente e 23,9% acesso à benefícios financeiros.

5.2 Perfil Jovens (18 a 29 anos)

A pesquisa censitária realizada no município de São Paulo demonstrou que da população em situação de rua, 393 pessoas estão entre as idades de 18 a 29 anos. O detalhamento do perfil jovens, caracterizado pela população entre estas idades, limita-se, primeiramente, às informações consolidadas na pesquisa amostral de perfil socioeconômico. Importante destacar que a idade média desse grupo é de 24,52 anos.

Estima-se que dos jovens, a maioria, 80,4%, são do sexo masculino e 19,6% do sexo feminino. Vale ressaltar que a predominância de pessoas jovens do sexo masculino permanece nos Centros de Acolhida (76,1%). Desse público 47,3% classificaram sua raça como parda, 19,1% como branca, 28,5% como preta, 2% indígena e 1,3% amarela.

Quanto à instrução formal, 90,3% sabem ler e escrever, sendo que 90,8% frequentaram escola. 25,8% dos jovens não completaram o Ensino Médio. Entretanto, analisando individualmente o resultado entre os jovens acolhidos, a maior incidência está no grau de escolaridade de Médio Completo (27,6%). Além do mais, a partir do questionamento foi possível identificar que 1,7% dos entrevistados possuem o Superior Completo.

Em relação a posse de documentos, extremamente importantes para a obtenção de empregos, 26% dos jovens entrevistados afirmaram não possuir. Entre os que

afirmaram possuir algum documento consigo ou com a família/Centro de Acolhida (73,8%), destaca-se maior frequência na Carteira de Identidade, CPF e Cartão SUS.

Dos jovens que participaram da pesquisa amostral, 72,7% já dormiu em um Centro de Acolhimento. Quando questionados onde haviam dormido nos últimos 7 dias, levando em consideração a data de realização das entrevistas, 42,5% afirmaram só ter dormido na rua, 33,8% informaram que só dormiram em Centro de Acolhida e 17% haviam dormido na rua e no Centro de Acolhimento.

Levando em consideração as circunstâncias diárias, as pessoas em situação de rua acabam alternando entre as ruas e os serviços ofertados pela Prefeitura. Dessa forma, 38,9% dos jovens utilizam os Centros de Acolhida na modalidade pernoite, bem como 30,8% utilizam os Núcleos de Convivência todos os dias.

Outro aspecto importante está relacionado aos motivos que levaram esses jovens à situação de rua. Além dos aspectos econômicos, destacam-se rompimentos dos laços afetivos. Assim, 39,4% informaram ser em razão de conflitos familiares, 25,4% perda de trabalho e 19,3% por dependência em drogas ilícitas. Frisa-se que aos que estão nas ruas, essa frequência permanece sem mudança significativa, entretanto ao analisarmos, separadamente, os jovens em Centros de Acolhimento, percebe-se um aumento na opção de dependência de drogas ilícitas (20,6%).

Outra questão levantada e já apresentada anteriormente demonstra que a maioria dos jovens vivem sozinhos (61,3%), entretanto, 32,3% possuem contato, toda semana, com parentes que não estão na mesma situação – de rua -. Adicionalmente, é significativa a vontade de retomar os vínculos familiares (52,8%). Do mesmo modo, importante evidenciar que dos jovens que estão em situação de rua atualmente, a grande maioria não possui filhos (61,1%).

Significativo aspecto dessa população está relacionado ao tempo de rua, ou seja, quando deixou de ter uma moradia. 40,7% afirmaram que deixaram de ter uma moradia há menos de 1 ano, sendo que a grande maioria foi direto para a rua (64,9%).

Quando questionados acerca de trabalho e renda atualmente, fator importante para aquisição de renda, a grande maioria informou estar desempregado (46,6%). No mesmo sentido, dos que informaram possuir alguma renda, 22,3% laboram como

catador de materiais recicláveis, 17,9% como ajudante geral e 11% em comércio ambulante, sendo que 17,6% recebem até R\$119,00 por mês.

Além disso, viver na rua contribui para a exposição dessa população a diversos fatores de risco, contribuindo para uma maior vulnerabilidade. Percebe-se entre os jovens há maior incidência em problemas de saúde bucal (28,2%) e depressão/doença dos nervos (25,7%). Quando analisado a população em situação de rua de forma geral, com inclusão das outras faixas etárias, essa incidência sofre alteração, destacando-se, também, as dores crônicas.

A pesquisa, além de ter como um dos objetivos identificar o uso atual de álcool e drogas, abordou questões de uso antes da situação de rua. Assim, a maioria dos jovens informaram que utilizavam cigarro e bebida alcoólica antes de morar nas ruas. Adicionalmente, 64,4% afirmaram usar cigarro e 56% bebida alcoólica atualmente. Destaca-se que se tratava de questão de resposta múltipla.

Outra questão que deve ser enfatizada é quanto à internação em Instituições. 40,2% afirmaram que nunca estiveram em nenhuma das Instituições citadas.

A fim de identificar as perspectivas dos jovens, foi questionado o que mais contribuiria para a saída da rua. Assim, 48,1% afirmaram que ter um emprego fixo os ajudaria a sair da situação de rua, 19,8% ter uma moradia permanente e 7,6% superar a dependência de álcool e droga.

5.3 Perfil transgêneros

Da mesma forma, foram recenseadas 386 pessoas em situação de rua que se consideram transgêneros. A partir do resultado da pesquisa amostral de perfil socioeconômico, estima-se que a grande maioria são do sexo masculino (60,7%).

Quanto à faixa etária dessa população, a maior frequência está entre as idades de 18 a 29 anos (44,6%), sendo a idade média de 32,98 anos. Vale destacar que há um aumento significativo dessa classe nos Centros de Acolhida entre as idades de 40 a 49 anos (27,3%). Frisa-se que a grande maioria se classifica como pardos (55,4%).

Quanto à instrução formal, apenas 5,4% não sabem ler e escrever. 24,5% possuem o

fundamento incompleto, da mesma forma 24,5% possuem o médio completo.

Como já abordado anteriormente, questão de grande importância é sobre ter ou não documentos, visto que influencia, principalmente, na inserção no mercado de trabalho. Entre os transgêneros, 58,9% possuem consigo pelo menos um documento. Os com maior incidência são a Carteira de Identidade, CPF e Cartão do SUS.

Destaca-se que diferentemente dos jovens, essa parcela da população utiliza os Centros de Acolhida na modalidade de vaga fixa (37,5%), bem como 37,5% não utilizam os Núcleos de Convivência. Destaca-se que 64,9% afirmaram que já foram impedidos de entrar nos Centros de Acolhida por serem LGBTQ+.

Quando questionados quanto aos motivos que os levaram à situação de rua, 37,5% informaram ser em razão de conflitos familiares, 26,8% por perda de trabalho e 16,1% por dependência em drogas ilícitas. Adicionalmente, 53,6% afirmaram viverem sozinhos atualmente.

Outro aspecto importante é quanto ao contato com parentes que não estão em situação de rua. Assim, 39,3% afirmaram não ter mais contato com a família, bem como 50% não gostariam de retomar os vínculos familiares.

Além do mais, dos entrevistados, 30,4% deixou de ter uma moradia há menos de 1 ano, sendo que a maioria foi direto para a rua (58,9%). Além disso, 51,8% informaram que procuram os serviços da Prefeitura para conseguirem alimentos, entretanto, um fato que chama atenção é a quantidade de pessoas transgêneros em situação de rua que ficam pelo menos um dia inteiro sem comer (48,2%).

Em relação ao trabalho, 19,6% trabalhavam antes de morar na rua/Centro de Acolhida em atividades da construção civil, 16,1% no comércio formal e 12,5% em serviços de limpeza/cozinha. Atualmente, 57,1% encontram-se desempregados, sendo que dos que possuem renda, 28,6% ganham até R\$119,00 por mês. 23,3% informaram que ganham dinheiro laborando como catador de materiais recicláveis.

Quando questionados acerca de problemas de saúde, entre os entrevistados, 39,3% possuem depressão/doença dos nervos, 32,1% afirmaram possuir problemas de saúde bucal. Chama atenção a incidência de transgêneros em situação de rua que

informaram possuir HIV (AIDS) (30,4%).

Ainda, 75% dessa parte da população informaram que utilizam cigarro antes de morar na rua, bem como 67,9% afirmaram ainda usar. Adicionalmente, cabe destacar que 45,7% utilizam drogas alguns dias por semana.

Quanto à internação em Instituições, 33,9% informaram que já estiveram em Sistema Prisional (Casa de detenção/cadeia/penitenciária).

Por fim, 42,9% dos entrevistados informaram que o que mais os ajudariam a sair da situação de rua seria ter emprego fixo, seguido por ter uma moradia permanente (26,8%) e retornar à casa da família (12,5%).

5.4 Famílias em situação de rua

Uma das variáveis do conceito de população em situação de rua é a ideia de que essas pessoas possuem os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados.

1,8% dos entrevistados nas repúblicas responderam que o que mais gostavam no serviço era a possibilidade de ficar com suas famílias.

Quando da realização do censo, uma das perguntas, questionava as pessoas em situação de rua, se tinha alguém naquele local que eles consideravam suas famílias. 31,2% dos entrevistados afirmaram que sim, que consideravam ao menos uma pessoa que convivia como um familiar.

Já durante a realização da pesquisa amostral buscou-se compreender um pouco mais esta variável. Perguntados sobre com quem viviam, 74,0% das pessoas em situação de rua declararam viver sozinhos. 17,3% declararam viver com algum membro da família, 6,8% declararam viver com amigos e 1,8% declararam viver com outras pessoas.

Ainda em relação a convivência familiar, apenas 25,9% dos entrevistados declarou viver sozinho antes da situação de rua, enquanto 69% declarou viver com familiar antes da situação de rua.

Os dados da pesquisa apresentados na pesquisa de perfil, demonstraram que parte

considerável das pessoas em situação de rua, 17,3%, possuíam vínculos familiares, mas seus familiares também estão em situação de rua, por outro lado, os percentuais de pessoas que viviam sozinhas e também com as famílias se alteram significativamente antes e após a situação de rua.

Outra questão colocada foi se as pessoas em situação de rua mantinham algum tipo de contato com seus familiares que não estavam em situação de rua, e com qual frequência era esse contato. 28,8% declararam que faziam contato com os familiares fora das ruas toda semana, 15,5% declararam que faziam contato pelo menos uma vez por mês e 9,4% faziam contato ao menos uma vez por ano. 7,6% declararam que quase nunca faziam contato com familiares e 37,6% declararam que não tinham mais contato com familiares fora das ruas.

Outra questão que a pesquisa de perfil trouxe, era se os entrevistados tinham filhos. 62,0% responderam sim, que tinham filhos. Ao serem perguntados onde estavam seus filhos, 48,7% dos entrevistados responderam que eles estavam com o outro genitor, 19,2% que os filhos estavam com outros parentes e 16,4% declararam que os filhos estavam em suas próprias casas (filhos adultos). 6,4% ainda declararam que seus filhos estavam com eles, 3,1% que seus filhos estariam sozinhos e 1,7% que eles estariam em abrigos.

Ao serem perguntados se gostariam de retomar seus vínculos familiares 46,2% responderam que desejam retomar seus vínculos, e 49,7% responderam que não desejava retomar seus vínculos familiares.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relatório conclui a última etapa do projeto de pesquisa denominado “*Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo 2019*” que era composto de três etapas (1) Pesquisa Censitária, (2) Amostral de Perfil Socioeconômico e (3) Relatório Temático de Identificação das Necessidades. Este foi promovido pela Prefeitura Municipal de São Paulo e executado pela Qualitest Inteligência em Pesquisa, entre os meses de setembro de 2019, a abril de 2020.

A primeira etapa da pesquisa, foi a realização do censo da população em situação de rua. O censo contou 24.344 pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo, das quais, 12.651 foram contadas em ruas, praças e outros espaços públicos da cidade e 11.693 foram contadas nos Centros de Acolhida. No censo de 2015 foram contadas 15.905 pessoas e o crescimento no quantitativo de pessoas em situação de rua foi de 53% nos últimos 4 a uma taxa anual de 11,23%.

O Censo revelou ainda que 45,38% das pessoas em situação de rua na cidade estavam concentradas na área central, na subprefeitura da Sé. O segundo local com maior contingente de pessoas em situação de rua é a região da Subprefeitura Mooca com 4.779 pessoas 19,63% da população em situação de rua na cidade, sendo que, nesta última a grande concentração de pessoas se dá por conta da oferta de vagas de serviços de acolhimento institucional, onde apenas uma unidade tem capacidade para atender mais de 1.100 pessoas. As duas subprefeituras, Sé e Mooca, juntas concentram 65,01% da população em situação de rua na cidade.

Os dados da pesquisa amostral mostraram também que, 96,7% das pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo são nascidos no Brasil. Destes, 55,0% são naturais do estado de São Paulo e 30% são naturais do município de São Paulo. Entre os 3,4% de imigrantes, 38,8% são de venezuelanos. Entre os que não nasceram na cidade de São Paulo, 63,9% estão na cidade há mais 5 anos. Assim, parece que a imigração internacional não é um problema de grande relevância para esse fenômeno no contexto atual da cidade, e que internamente a maior parte daqueles que migraram para São Paulo não estavam em situação de rua quando chegaram na cidade.

Os principais motivos apontados pela população em situação de rua para viverem em situação de rua foram, conflitos familiares, com 40,9%, a dependência química com 33,3% (somados o uso de drogas lícitas e ilícitas), a perda de trabalho, com 25,8%, e a perda da moradia, com 13,2%.

Em relação ao tempo de situação de rua, 26,0% relataram que estava em situação de rua a menos de 6 meses, 14,3% relataram que estavam em situação de rua de 6 meses a 1 ano, e 20,6% de 1 ano a 3 anos. 10,6% relataram que estavam nas ruas de 3 a 5 anos, 11% de 5 a 10 anos e 15,4% a mais de 10 anos. A soma dos que estão nas ruas a menos de 3 anos equivale a 60,9% do total de pessoas em situação de rua na cidade. Já a soma daqueles que estão nas ruas a mais de 5 anos equivale a 26,4% do total.

85,5% das pessoas em situação de rua na cidade são do sexo masculino. Pelo menos 89,0% está em idade produtiva, entre os 18 e os 59 anos. A soma de pretos e pardos, equivale a 68,6% das pessoas em situação de rua. A maior parte das pessoas em situação de rua, 91,5% sabe ler e escrever, e também a maior parte, 91,9% frequentou escola. A soma dos (as) que não concluíram o ensino médio chega a 69,3%, e, 4,1% concluíram o nível superior. 82% possuem ao menos um documento oficial, e este documento é a Carteira de Identidade para 92,8% das pessoas entrevistadas.

Antes da situação de rua 75,7% dos (as) entrevistados relataram já ter trabalhado com registro em carteira.

Quando se analisa quando foi a ultima vez que tiveram carteira assinada 9,6% relataram que isso ocorreu a menos de 6 meses, 9,0% de 6 meses a 1 ano, 20,6% de 1 ano a 3 anos, 17,2% de 3 a 5 anos, 17,5% de 5 a 10 anos, 23,5% há mais de 10 anos. Quando perguntados o que faziam para ganhar dinheiro, os (As) entrevistados (as) apresentaram as seguintes respostas, 19,9% eram catadores de recicláveis, 13,3% trabalhavam no comércio ambulante, 10,1% eram ajudantes gerais, 8,8% pediam esmolas, 7,1% trabalhavam com carga e descarga de materiais, 6,8% distribuía panfletos, 6,7% trabalham na construção civil, 4,4% trabalhavam com veículos (lavadores e guardadores), 4,1% eram ajudantes em eventos, 4,0% trabalhavam com serviços de limpeza ou com faxinas, 2,0% faziam atividades artísticas, 1,4% eram profissionais do sexo, 1,0%

Sobre o uso de drogas antes de morar nas ruas 68,9% declararam fazer uso de cigarro, 68,2% declararam fazer uso de bebidas alcólicas, 40,1% declararam fazer uso de maconha, 35,6% declararam fazer uso de cocaína, 23,9% declaram fazer uso de crack, 13,4% declararam fazer uso de inalantes, 2,4% declararam fazer uso de outras substâncias, e apenas 12,6% declararam não fazer uso de nenhum tipo de drogas.

Após estarem em situação de rua, 65,0% declararam que faziam uso de cigarros, 56,1% declararam fazer uso de bebidas alcoólicas, 28,9% declararam fazer uso de maconha, 22,3% declararam fazer uso de cocaína, 18,9% declararam fazer uso de crack, 5,3% declararam fazer uso de inalantes, 0,9% declararam usar outras substâncias e 17,3% declararam que não faziam uso de nenhuma substância. Esta questão permitia mais de uma resposta. Observa-se que houve redução do uso de drogas em todas as categorias após a situação de rua.

Uma informação impostar, sobre segurança alimentar revelou que 35,3% das pessoas entrevistadas passaram um dia inteiro sem comer nada nos últimos 7 dias. Em números absolutos isso significa que 8593 pessoas em situação de rua passaram pelo menos um dia inteiro sem se alimentar nos últimos 7 dias.

31,9% declararam já ter sido internados em clínicas para tratamento de dependência química, 31,2% declararam já terem sido privados de liberdade em instituições do sistema prisional, 13,1% declararam serem egressos de serviços de acolhimento institucional como os abrigos, internatos e orfanatos, 12,8% declararam já ter passado por internação psiquiátrica, e 11,8% declararam ter passagem pelo sistema sócio educativo, Fundação Casa e extinta FEBEM.

Verifica-se também que, pelo menos 89% das pessoas em situação de rua na cidade estavam em idade produtiva, entre 18 e os 59 anos. 75,7% das pessoas em situação de rua na cidade haviam trabalhado com registro em carteira antes de estarem situação de rua. Quando se analisa quando foi a última vez que tiveram carteira assinada 9,6% relataram que foi a menos de 6 meses, 9,0% de 6 meses a 1 ano, 20,6% de 1 ano a 3 anos, 17,2% de 3 a 5 anos, 17,5% de 5 a 10 anos, 23,5% há mais de 10 anos. A diferença de tempo em que ocorreu a última experiência de trabalho formalizada indica a necessidade de políticas de acesso ao trabalho diferenciadas.

Outro ponto relevante para a organização da política de atenção é em relação ao tempo de situação de rua, sendo que 26,0% das pessoas em situação de rua na cidade estão nessa condição há menos de 6 meses, 14,3% estão em situação de rua de 6 meses a 1 ano, e 20,6% de 1 ano a 3 anos. 10,6% estão vivendo nas ruas de 3 a 5 anos, 11% de 5 a 10 anos e 15,4% a mais de 10 anos. A soma dos que estavam nas ruas a menos de 3 anos equivale a 60,9% do total de pessoas em situação de rua na cidade. Já a soma daqueles que estavam nas ruas a mais de 5 anos equivale a 26,4% do total. As diferenças de tempo de situação de rua indicam a necessidade do desenvolvimento de políticas de atendimento também diferenciadas.

A última etapa do trabalho a pesquisa de identificação de necessidades, iniciou trazendo o perfil do segmento de usuários das casas repúblicas. Entre os usuários das repúblicas era maior o percentual de usuários do sexo masculino (91,8%), e menor a proporção do sexo feminino (8,2%) em relação a população em situação de rua em geral. Os usuários das repúblicas também tinham idade média (43,39 anos) superior à média geral da população em situação de rua na cidade. Em relação a raça/cor, 36,4% dos residentes nas repúblicas se declararam pardos, 36,4% pretos e 27,3% brancos.

O Tempo de permanência nas repúblicas é inferior a 1 ano para 70% dos usuários do serviço e o principal motivo de saída das repúblicas é o término do tempo de permanência (50,0%). 89,1% dos usuários das repúblicas vieram dos centros de acolhida e 63,6% deles estariam vivendo em algum centro de acolhida se tivessem que sair das repúblicas, que para 77,3% dos entrevistados era muito importante. Os dois aspectos mais positivos das repúblicas indicados pelos entrevistados eram ter maior autonomia 41,8%, e ter mais liberdade 32,7%. Perguntados se desejavam deixar a situação de rua, 97,27% dos entrevistados responderam que sim, 51,8% disseram que para superar a situação de rua precisavam de uma oportunidade de trabalho, e 20,9% responderam que precisavam de um local para moradia. Em relação a promoção ao trabalho, apenas 37,3% do segmento de pessoas em situação de rua residentes nas repúblicas havia participado de cursos profissionalizantes promovidos pelo governo, destes apenas 50% conseguiram emprego em decorrência dessa formação. 50% dos entrevistados também já haviam sido encaminhados para entrevistas de trabalho por profissionais de algum serviço vinculado a assistência

social, e 76,8% dos que foram encaminhados foram contratados por meio dessas entrevistas.

68,2% dos entrevistados, achavam que o mercado de trabalho não estava pronto para receber pessoas em situação de rua, 92,7% entendiam que os órgãos públicos deveriam estimular programas de incentivos para contratação de pessoas em situação de rua e 79,1% entendiam que os governos deveriam estabelecer cotas para contratação de pessoas em situação de rua em seus contratos. Outras formas de trabalho que os entrevistados entendiam que deveriam ser estimuladas eram o trabalho cooperado (93,6%), o empreendedorismo (79,1%) e o trabalho por conta própria (63,6%).

A renda de 70% dos usuários do serviço era em torno de um e dois salários mínimos, o nível de escolaridade também era superior à média geral da população em situação de rua, fatores que são potencialidades para o trabalho junto a estes usuários.

Em relação a habitação, apenas 20,0% dos entrevistados já haviam participado de algum programa habitacional, e 90,9% não teriam para onde ir caso saíssem das repúblicas. 81,8% dos entrevistados também achavam que haveriam menos pessoas nas ruas se os governos oferecessem logo alguma alternativa de moradia para as pessoas assim que elas chegassem a situação de rua. Para os entrevistados o valor médio de um aluguel em São Paulo era de R\$ 633,30 e 83,6% dos entrevistados afirmavam que seus rendimentos não eram suficientes para pagar esse valor de aluguel. Os entrevistados ainda indicavam sua aceitação a possibilidade de moradias coletivas ou outras alternativas de moradias não convencionais.

Para 60,6% dos entrevistados era preciso ter trabalho estável para superar a situação de rua, e para 13,8% era necessário ter uma moradia. 45,5% dos entrevistados entendiam que os governos deveriam promover oferta de trabalho para as pessoas em situação de rua, e 27,3% entendiam que os governos deveriam ofertar alternativas de moradias.

Novamente questionados sobre o que os atrapalhava a sair das repúblicas, 39,1% responderam que era não ter trabalho fixo e 35,5% não ter moradia. Além disso, 52,7% dos entrevistados afirmavam que não tinham pessoas com quem pudessem

contar fora das ruas.

Finalmente os dados comprovam a importância dessas duas dimensões , trabalho e habitação no processo de superação da situação de rua, demonstrando que é preciso implementar políticas que alcancem essas duas necessidades das pessoas em situação de rua, e revelam também que é preciso qualificar a rede de atendimento para que durante o processo de superação da situação de rua os usuários dos serviços recebam apoio dos programa assistenciais como formas de tornar esses processos mais sólidos.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, C. L. R. **Gestão Social da População em situação de rua na cidade de Vitória - ES, 2005-2012**. 2014. 185 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Sumário executivo: pesquisa nacional sobre a população em situação de rua**. Brasília, 2008.

FARIAS, V. C. C. D. **Possibilidade de inserção/reinserção produtiva dos moradores de rua do município de Porto Alegre**. 2007. 140 f. Dissertação (Mestrado em Assistência Social) - Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GREGORI, M. F. **Viração: experiências de meninos nas ruas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KASPER, C. P. **Habitar a rua**. 2006. 226 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2006.

MACIEL, R. D. A. **Sobre as circunstâncias em que transcorreu a infância de jovens que moraram nas ruas de São Paulo e os possíveis efeitos sobre suas personalidades**. 2005. 353 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MARCOLINO, S. C. **Saída das ruas ou reconstrução de vida: a trajetória de estudantes universitários ex-moradores de rua em São Paulo**. 2012. 82 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

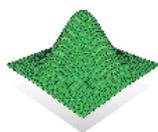
MEDEIROS, A. **Pessoas em situação de rua - a saída para a saída: um estudo sobre pessoas que saíram da rua**. 2010. 187 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

PRATES, J. C.; PRATES, C.; MACHADO, S. **Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por este segmento**. *Temporalis*, Brasília, v. 11, n. 22, p. 191-215, jul./dez. 2011.

RIZZINI, I. **Vida nas ruas - crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?** Rio de Janeiro: Loyola, 2003.

ROSA, C. M. M. **População de rua: Brasil e Canadá**. São Paulo: Hucitec, 1995.

SILVA, M. L. L. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.



Qualitest
Inteligência em Pesquisa



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
ASSISTÊNCIA E
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL